	MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba- Codevasf Secretaria De Licitações e Contratos – PR/SLC
---	--

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº90006/2026 Processo nº 59500.001039/2026-01-e	Data de Abertura: 07/07/2026 às 10h00 (dez horas) No sítio: www.gov.br/compras Código UASG: 195006
--	---

Objeto		
Contratação de empresa para fornecimento, carga, transporte e descarga de mudas de plantas frutíferas, por Sistema de Registro de Preços (SRP), destinadas ao apoio à produção irrigada na área de atuação da Codevasf nos estados de Alagoas, Bahia, Distrito Federal, Mato Grosso e Pernambuco. O objeto encontra-se estruturado em 43 (quarenta e três) itens, destinados à ampla concorrência, conforme detalhamento constante no Termo de Referência.		
Valor estimado		
R\$ 65.927.614,45 (sessenta e cinco milhões novecentos e vinte e sete mil seiscientos e quatorze reais e quarenta e cinco centavos).		
Exigência de Amostra?		Forma de Adjudicação
Não		Por Item
Grupos Exclusivos para ME/EPP?	Grupos com Cota Reservada para ME/EPP?	Dec. Nº 7.174/2010?
Não	Não	Não
Modo de Disputa		Intervalo Mínimo entre os lances
Aberto		0,50%
Qualificação Econômico-Financeira		
Registro de capital social mínimo de 5% (cinco por cento) do valor orçado pela Codevasf, por item que concorrer na licitação, não sendo de forma acumulativa.		
Pedidos de Esclarecimentos/ Impugnações		
Até dia 02/07/2026 para o endereço: licitacao@codevasf.gov.br		

Observações Gerais:
1) Os interessados ficam desde já notificados da necessidade de acessarem os sites www.codevasf.gov.br e www.gov.br/compras para ciência das eventuais alterações e esclarecimentos.

MAIO/2026



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

SUMÁRIO

1.	OBJETO/LOCAL DE ENTREGA	3
2.	FORMA DE REALIZAÇÃO, MODO DE DISPUTA, DIVULGAÇÃO DO VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	4
3.	PARTICIPAÇÃO	5
4.	CREDENCIAMENTO	7
5.	PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS / IMPUGNAÇÕES / RECURSOS ADMINISTRATIVOS	8
6.	ENVIO DAS PROPOSTAS	10
7.	DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS	13
8.	FASE DE LANCES	13
9.	JULGAMENTO DAS PROPOSTAS	17
10.	HABILITAÇÃO	21
11.	REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	27
12.	ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO	28
13.	FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA	28
14.	CONTRATAÇÃO	30
15.	CONTROLE E ALTERAÇÕES DE PREÇOS	31
16.	CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS	32
17.	PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	33
18.	ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	33
19.	GERENCIAMENTO, PARTICIPAÇÃO E ADESÃO	34
20.	PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA	37
21.	FORMA DE PAGAMENTO	39
22.	REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS	39
23.	SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	39
24.	POLÍTICA DE COMBATE À FRAUDE E CORRUPÇÃO	42
25.	POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	42
26.	CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE DA CODEVASF	42
27.	DISPOSIÇÕES GERAIS	43

ANEXOS

ANEXO I	TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS
ANEXO II	CARTA DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA
ANEXO III	MINUTA DA ATA E/OU DE CONTRATO
ANEXO IV	TERMO DE OBSERVÂNCIA AO CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE DA CODEVASF
ANEXO V	CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE DA CODEVASF
ANEXO VI	TERMO DE OBSERVÂNCIA A POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E DE IDENTIFICAÇÃO DE PARTES RELACIONADAS
ANEXO VII	MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

EDITAL Nº 90006/2026
PREGÃO ELETRÔNICO
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP

PROCESSO Nº: 59500.001039/2026-01-e

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – Codevasf - por intermédio de sua Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SL, torna público para conhecimento dos interessados que, na data, horário, e local abaixo indicado, realizará a presente licitação, com fundamento legal nas disposições da Lei n.º 13.303/2016, da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006, do Decreto nº 8.538/2015, do Decreto 11.462, de 31/03/2023, da Lei 14.133, de 01/04/2024, no que couber, e do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf - RILC (disponível em: <https://licitacao.codevasf.gov.br/licitacoes/regulamento-interno-de-licitacoes>) e de acordo com as exigências e demais elementos técnicos constitutivos, expressas neste edital e em seus anexos.

O Edital e seus Anexos encontram-se disponíveis para consulta nos portais: <https://licitacoes.codevasf.gov.br/> e www.gov.br/compras, e na sala 201 do Edifício Manoel Novaes – Sede da Codevasf, localizado no SGAN, Quadra 601, Conjunto I, Brasília – DF, telefone (0xx61) 2028-4619, no horário de 08h00 (oito) às 12h00 (doze) horas e de 13h30 (treze e trinta) às 17h30 (dezessete e trinta), a partir da data da publicação no Diário Oficial da União (DOU).

DATA/HORA PARA INCLUSÃO DAS PROPOSTAS: A partir da disponibilização do Edital no Portal de Compras do Governo Federal até às **09h59 (nove horas e cinquenta e nove minutos)** do dia da sessão pública.

DA SESSÃO PÚBLICA:

DIA: 07 de julho de 2026.

HORÁRIO: 10h00 (horário de Brasília/DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras/pt-br (Portal de Compras do Governo Federal)

CÓDIGO UASG (Órgão Gerenciador): Sede da Codevasf - 195006

1. OBJETO/LOCAL DE ENTREGA

1.1. Fornecimento, carga, transporte e descarga de mudas de plantas frutíferas, por Sistema de Registro de Preços (SRP), destinadas ao apoio à produção irrigada na área de atuação da Codevasf nos estados de Alagoas, Bahia, Distrito Federal, Mato Grosso e Pernambuco, Anexo I deste Edital.

1.1.2. A licitação está estruturada em 43 (quarenta e três) itens, destinados à ampla concorrência, conforme tabela constante no Termo de Referência, facultando-se ao



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse. Cotações para itens isolados não serão aceitas, implicando na desclassificação da proposta.

1.1.3. O critério de julgamento adotado será o **menor desconto**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.1.4. **A participação das licitantes, conforme os itens, será da seguinte forma:**

a) Os 43 (quarenta e três) itens são abertos para participação de todas as empresas.

1.1.5. A descrição geral dos fornecimentos encontra-se detalhada no Termo de Referência, Anexo I, que integra este Edital.

1.1.6. Os bens ora licitados devem atender às recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT (Lei nº 4.150, de 21.11.62) e INMETRO, no que couber, e, principalmente, no que diz respeito aos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança.

1.1.7. No caso de haver divergência entre a descrição constante na “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado” no sistema do Portal de Compras do Governo Federal e aquela contida no Edital, prevalecerá sempre a descrição contida no Edital.

1.1.8. O fornecimento objeto deste Edital poderá ser acrescido ou diminuído, caso a Contratada aceite, de acordo com as necessidades e conveniências da Codevasf, nos termos do art. 81, § 1º, da Lei 13.303/16.

1.2. **LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE EMBARQUE E TRANSPORTE**

1.2.1. O local de entrega e as condições de embarque e transporte dos equipamentos/materiais, objeto deste Pregão, estão mencionados no **item 4** do Termo de Referência, Anexo I deste Edital, que faz parte integrante do mesmo.

2. **FORMA DE REALIZAÇÃO, MODO DE DISPUTA, DIVULGAÇÃO DO VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

a) **Forma de Realização:** Forma eletrônica, por meio de sessão pública, no ambiente do sistema de Pregão Eletrônico (www.gov.br/compras).

b) **Modo de Disputa:** Aberto

c) **Valor estimado:** Público

d) **Forma de Fornecimento:** Por demanda

e) **Critério de Julgamento:** Menor Preço.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

- f) **Intervalo mínimo entre os lances:** 0,50% (meio por cento) do valor do item pertinente, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

3. PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Poderão participar desta licitação empresas do ramo, pertinentes ao objeto desta licitação, isoladas, que satisfaçam a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos, e que estejam previamente credenciados no SICAF (nível básico do registro cadastral) e credenciadas no site www.gov.br/compras, para acesso ao sistema eletrônico (sistema do Pregão Eletrônico), devendo ainda se manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.
- 3.2. Será permitida a participação de empresas estrangeiras autorizadas a operar no país, desde que tenham representação legal no Brasil, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente, e que atendam ao disposto no Código Civil Brasileiro.
- 3.3. As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e sociedades cooperativas poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores, e no Decreto n.º 8.538/2015, devendo declarar, em campo próprio no sistema eletrônico, sob as penas Lei, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º e que está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da referida Lei Complementar.
- 3.3.1. Não serão aplicados os benefícios constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para itens com valor global estimado superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme artigo 4ª, da lei 14.133/2021.
- 3.3.2. O licitante é responsável por solicitar seu desenquadramento da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, no ano fiscal anterior, sob pena de ser declarado inidôneo para licitar e contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das demais sanções, caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios previstos no Decreto 8.538/2015 de 6/10/2015
- 3.4. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão do objeto contratual, e desde que a execução ocorra obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.
- 3.4.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

3.5. Subcontratação

3.5.1. Não será permitida a subcontratação total ou parcial dos serviços objeto deste Edital.

3.6. Poderá ser permitido que o(s) licitante(s) vencedor(es) ou contratado(s) sofra(m) processo de Fusão, Incorporação ou Cisão, desde que sejam observados pela(s) nova(s) empresa(s) os requisitos de Habilitação e que sejam mantidas as condições estabelecidas no(s) contrato(s) original(is), quando já contratado, sendo que, em qualquer uma das hipóteses, a Codevasf deverá ser notificada do processo e deliberará sobre a sua aceitação, ou não, condicionada à análise por parte da Administração quanto à possibilidade de riscos de insucesso.

3.7. A participação na licitação implica aceitação plena e irrevogável do ato convocatório, bem como na observância dos regulamentos e normas administrativas e técnicas aplicáveis, observando-se o disposto neste Edital e seus Anexos e a responsabilidade pela autenticidade e fidelidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

3.8. Caberá ao licitante interessado em participar deste Pregão Eletrônico:

- a) Credenciar-se no SICAF;
- b) Remeter a proposta de preços, no prazo estabelecido no subitem 6.1 deste Edital, **exclusivamente por meio eletrônico, via internet;**
- c) Responsabilizar-se, formalmente, pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Codevasf responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- d) Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
- e) Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a viabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;
- f) Utilizar-se de chave de identificação e da senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica;
- g) Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

3.9. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

- a) Empresas em processo de recuperação judicial ou em processo de falência, exceto se o plano de recuperação tenha sido homologado pelo juiz competente, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- b) Empresas que estejam com o direito de licitar e contratar suspenso com a Codevasf ou com a Administração Direta e Indireta na esfera Federal, e que tenham sido declaradas inidôneas pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
 - b1) constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
 - b2) cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
 - b3) constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
 - b4) cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
 - b5) que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.
- c) Empresa cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da Codevasf;
- d) Empresas estrangeiras que não estejam autorizadas a operar no País;
- e) Pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade hierarquicamente superior no âmbito da Codevasf;
- f) Empresa cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Codevasf há menos de 6 (seis) meses;
- g) Sob a forma de consórcio.

4. CREDENCIAMENTO

- 4.1. Os licitantes que queiram participar desta licitação deverão ser previamente credenciados, perante o provedor do sistema eletrônico, para oferta de lances.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

- 4.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, devendo ser providenciado no site: www.gov.br/compras.
- 4.3. O credenciamento do licitante no Portal de Compras do Governo Federal dependerá também do credenciamento (nível básico do registro cadastral) no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.
- 4.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 4.5. A perda da senha ou quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.
- 4.6. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Codevasf responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 4.7. É de responsabilidade do licitante solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.
- 4.8. Não será admitido nesta licitação o mesmo representante para empresas distintas, **considerando a participação por item**.

5. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS / IMPUGNAÇÕES / RECURSOS ADMINISTRATIVOS

5.1. Pedidos de Esclarecimentos

- 5.1.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes a quaisquer elementos deverão ser enviados à Secretaria de Licitações e Contratos da Codevasf até **03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio do e-mail: licitacao@codevasf.gov.br. Consultas formuladas fora deste prazo serão consideradas como não recebidas.
 - 5.1.1.1. A Codevasf responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido; limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame; e,
 - 5.1.1.2. Analisadas as consultas, a Codevasf deverá esclarecê-las e, acatando-as, alterar ou adequar os elementos constantes do Edital e seus anexos, comunicando sua decisão e devidos esclarecimentos, também por meio eletrônico, via Internet, nos sites www.gov.br/compras e <https://licitacoes.codevasf.gov.br/>, para consulta dos interessados, divulgando a modificação pelo mesmo instrumento de publicação do texto original, reabrindo o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando inquestionavelmente a alteração não afetar a formulação das propostas.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

- 5.1.1.3. Os esclarecimentos divulgados serão partes integrantes do Edital e seus Anexos e vincularão os participantes e a administração.
- 5.1.1.4. As licitantes interessadas ficam, desde já, NOTIFICADAS da necessidade de acessar os sites www.gov.br/compras e <https://licitacoes.codevasf.gov.br/> para ciência das eventuais alterações e esclarecimentos relativos a este Edital.
- 5.1.2. Os licitantes deverão estudar minuciosa e cuidadosamente a documentação, informando-se de todas as circunstâncias e detalhes que possam de algum modo afetar a execução dos serviços, seus custos e prazos.
- 5.1.3. A apresentação da proposta tornará evidente **que o licitante examinou minuciosamente toda a documentação deste Edital e seus Anexos, inclusive os esclarecimentos, as comunicações externas, os FAQs – Perguntas e Respostas Frequentes, e que a comprovou e a achou correta.** Evidenciará, também, que o licitante obteve da Codevasf, todas as informações e esclarecimentos sendo suficientes para a elaboração da proposta apresentada, implicando na aceitação plena de suas condições.

5.2. Impugnação ao Edital

- 5.2.1. Até **3 (três) dias úteis** antes da data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o ato convocatório do Pregão na forma eletrônica, devendo ser observado ainda:
- 5.2.2. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá à Secretaria de Licitações e Contratos da Codevasf, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de **03 (três) dias úteis**, contado da data de recebimento da impugnação, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame;
- 5.2.3. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela Secretaria de Licitações e Contratos da Codevasf, nos autos do processo de licitação.
- 5.2.4. Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

5.3. Recursos Administrativos

- 5.3.1. Haverá fase recursal única, após o término da fase de habilitação.
- 5.3.2. Caso seja concedido o benefício estipulado no subitem 10.10.2 deste Edital, a abertura do prazo recursal em relação ao resultado do certame somente ocorrerá após a finalização do prazo determinado no referido subitem.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

- 5.3.3. O Licitante que desejar apresentar recurso em face dos atos de julgamento da proposta ou da habilitação deverá manifestar imediatamente, através do sistema, após o término de cada sessão (julgamento da proposta ou da habilitação), a sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.
- 5.3.4. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito, ficando a autoridade competente autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- 5.3.5. Declarada a vencedora, o Agente de Contratação (Pregoeiro) abrirá o sistema eletrônico, no prazo **de no mínimo 10 (dez) minutos**, durante o qual os licitantes que manifestaram intenção de recurso em qualquer uma das fases estabelecidas no item 5.3.3 deverão, de forma imediata, em campo próprio do sistema, confirmar ou não sua intenção de recurso.
- 5.3.6. O Licitante que tiver confirmado sua intenção de recurso deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando os demais Licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.
- 5.3.7. Qualquer recurso contra a decisão do Agente de Contratação (Pregoeiro) não terá efeito suspensivo.
- 5.3.8. O recurso será dirigido ao Agente de Contratação (Pregoeiro), que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 5.3.9. O acolhimento do recurso implica tão somente a invalidação daqueles atos que não sejam passíveis de aproveitamento.
- 5.3.10. É assegurada aos licitantes vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 5.3.11. As razões dos recursos deverão ser apresentadas, tempestivamente, via sistema da sessão pública através do Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) ou, em caso de inoperabilidade do sistema, poderá ser enviado via e-mail: licitacao@codevasf.gov.br, dirigidas ao Agente de Contratação (Pregoeiro), que os analisará e quando mantiver sua decisão, encaminhará os autos à autoridade competente que, neste caso, deverá decidir sobre o recurso.
- 5.3.12. Não serão considerados os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os que não forem apresentados na forma estabelecida no subitem acima.

6. ENVIO DAS PROPOSTAS

- 6.1. Após a divulgação do Edital no portal <https://www.gov.br/compras> o licitante deverá encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, **com observância aos preços máximos unitários e global**



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

orçados pela CODEVASF, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

- 6.1.1. A licitante deve atentar que deverá estar com todas as condições de habilitação exigidas neste Edital atendidas, até a data de abertura do certame, considerando o **subitem 10.10.2** deste documento.
- 6.1.2. O licitante deverá enviar sua proposta, em reais, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos, quando aplicável:
 - a) Valor unitário e total do item;
 - b) Marca;
 - c) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação técnica do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- 6.1.3. A CODEVASF não considerará propostas para entrega parcial dos fornecimentos.
- 6.1.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 6.1.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os tributos, fretes, tarifas, custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 6.1.6. A proposta deverá ter validade de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação, sujeita a revalidação por idêntico período.
- 6.1.7. AS PROPOSTAS DAS LICITANTES PREVIAMENTE CLASSIFICADAS EM 1º PRIMEIRO LUGAR deverão ser formuladas e encaminhadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico, obedecendo os prazos estipulados neste instrumento de convocação, e será considerado o preço unitário por item expresso em reais, com 2 (duas) casas decimais.
- 6.1.8. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente incluída no sistema.
- 6.1.9. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Agente de Contratação (Pregoeiro) e os Licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 6.1.10. **Declarações a serem enviadas, em campo próprio, através do sistema do Portal de Compras do Governo Federal, quando do envio da proposta:**
 - a) De que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

A1) Considerando que todos os itens são de ampla concorrência, a ausência da declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte implicará apenas a não ter direito ao tratamento favorecido, previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, ainda que se trate de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

- b) De que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital, e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias.
- c) De que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- d) De que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incs. III e IV do art.1º e no inc. III do art. 5º da Constituição Federal;
- e) Da inexistência de fato superveniente até a data do início da sessão que impeça a sua habilitação no presente processo licitatório, e de que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- f) De que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;
- g) Da Cota de Aprendizagem, nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.

- 6.2. Incluída a proposta, ainda que omissa em sua descrição no sistema no campo correspondente denominado “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado”, o licitante compromete-se a executar o objeto deste Edital, sem preterição do que consta do Termo de Referência, ANEXO I - que integram o presente Edital.
- 6.3. Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo o fornecimento, objeto deste Pregão, a ser entregue a Codevasf sem ônus adicional.
- 6.4. A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 6.5. A proposta, toda a correspondência e os documentos trocados entre o licitante e a Codevasf serão escritos em português, e os preços deverão ser cotados em reais.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

- 6.6. Em caso de divergência entre o preço unitário e o total, será considerado válido o unitário, e entre o valor expresso em algarismo e por extenso será considerado válido o por extenso.

7. DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.1.1. A PROPOSTA mais vantajosa será a de menor valor ofertado para a execução do objeto da licitação;
- 7.1.2. Nas situações onde duas ou mais licitantes apresentem Proposta de Preços com valores idênticos, e estes não sofram alteração após a etapa de lances, será adotado como critério de desempate o previsto no **subitem 8.20** deste Edital.

8. FASE DE LANCES

- 8.1. Classificadas as propostas, o sistema dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances sucessivos exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 8.1.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor UNITÁRIO do ITEM.
- 8.2. O licitante somente poderá oferecer percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, podendo disputar os 2.º, 3.º, 4.º lugares e assim sucessivamente, se houver.
- 8.3. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,50 % (meio por cento).
- 8.4. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 8.5. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 8.6. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 8.7. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

- 8.8. Encerrada a fase competitiva, com a definição da melhor proposta, caso o sistema permita, **poderá** o Agente de Contratação (Pregoeiro), assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da sessão pública de lances, para definição das demais colocações.
- 8.8.1. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 8.9. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, permanecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 8.9.1. O subitem 8.9 aplica-se apenas para a primeira classificação de melhor preço.
- 8.9.2. Em caso de empate, na segunda classificação em diante, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.
- 8.10. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance- registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.
- 8.11. Durante a fase de lances, o Agente de Contratação (Pregoeiro) poderá excluir, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.
- 8.12. No caso de desconexão do Agente de Contratação (Pregoeiro), no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 8.12.1. O Agente de Contratação (Pregoeiro), quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 8.12.2. Quando a desconexão do Agente de Contratação (Pregoeiro) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Agente de Contratação (Pregoeiro) aos participantes no site: www.gov.br/compras.
- 8.13. O critério de julgamento adotado será o **menor preço**, conforme definido neste Edital e seus anexos
- 8.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

Benefícios às Microempresa e Empresas de Pequeno Porte:

- 8.15. **Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte**, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, **caso a contratação não se enquadre nas vedações do item 3.3.1**, deste Edital. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

- 8.16. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 8.17. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 8.18. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 8.19. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

Crítérios de Desempate:

- 8.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão, nesta ordem:
 - a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - b) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 8.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
 - a) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 8.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, **a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio**, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, **vedado qualquer outro processo**.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

8.23. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no subitem acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.24. **DA NEGOCIAÇÃO**

8.24.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de Contratação (Pregoeiro) deverá negociar, pelo sistema eletrônico, condições mais vantajosas com licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital, e ainda:

- a) Se não houver lances e o menor preço global e preços unitários estiver em desacordo com o orçado pela Codevasf;
- b) Quando a proposta classificada em primeiro lugar, ou seja, a de menor preço, estiver com preço global e unitários em desacordo com o orçado pela Codevasf, mesmo após encerramento da etapa competitiva;
- c) Se a proposta de menor valor não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências de habilitação;
- d) No caso de não comparecimento do licitante vencedor para a assinatura do Contrato/Ata de Registro de Preços no prazo estipulado ou em caso de recusa por parte desta, poderá também negociar a proposta subsequente para obter melhor preço.

8.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.24.3. O Agente de Contratação (Pregoeiro) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo mínimo de **02 (duas horas)**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, conforme subitem 9.3, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares.

8.24.4. É facultado ao Agente de Contratação (Pregoeiro) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, ou por interesse da Administração.

8.24.5. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação (Pregoeiro) iniciará a fase de julgamento.

8.25. **ANÁLISE PRÉVIA AO EXAME DA PROPOSTA DE PREÇOS**

8.25.1. Como condição prévia ao exame da proposta de preços do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação (Pregoeiro) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU ([https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0](https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0;));

8.26.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c", "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

8.25.2. A consulta aos cadastros acima mencionados será realizada em nome da empresa licitante e também de seus sócios e administradores, para verificação e cumprimento dos impedimentos previstos no art. 38 da Lei 13.303/2016.

8.25.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Administração diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.25.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.25.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

8.25.3. Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação (Pregoeiro) reputará a desclassificação do licitante, por falta de condição de participação.

8.25.4. No caso de desclassificação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1. Encerrada a etapa de negociação e após a análise prévia ao exame da proposta de preços, o Agente de Contratação (Pregoeiro) examinará a proposta previamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto a seguir:

- 9.1.1. Serão fixados critérios objetivos para definição do melhor preço, considerados os prazos para a execução do contrato e do fornecimento, as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade, as diretrizes do plano de gestão de logística sustentável e as demais condições estabelecidas no edital.
- 9.2. A Proposta de Preços da melhor oferta, classificada em primeiro lugar, deverá ser reformulada, ao último lance ou valor negociado, conforme o item 11 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital, e enviada eletronicamente via sistema do portal <https://www.gov.br/compras>, por meio da opção “Enviar Anexo”, **concedendo-se, para esta providência, o prazo de, no mínimo 02 (duas) horas**, contado a partir da convocação realizada pelo Agente de Contratação (Pregoeiro), compreendendo a descrição do objeto, bem como todas as demais informações afins julgadas necessárias ou convenientes pelo licitante, e contemplando os valores unitário e total, por item, devidamente atualizados, na qual deverá ainda constar explicitamente as seguintes informações:
- a) A Carta de Apresentação da Proposta – Anexo II deste Edital – deverá constituir-se no primeiro documento da Proposta, devidamente datado e assinado pelo representante legal do licitante, e com prazo de validade que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data estabelecida para a entrega da proposta, sujeita à revalidação por idêntico período. A Carta de Apresentação da Proposta deverá conter ainda os seguintes dados:
 - Razão social, CNPJ e endereço completo do licitante, com e-mail, site, número de telefone, Banco, agência, número de conta-corrente, praça de pagamento, e qualificação (nome, estado civil, profissão, nacionalidade, CPF identidade, endereço e telefones fixo e celular) do dirigente ou representante legal, este mediante instrumento de procuração, que assinará o contrato no caso de o licitante ser o vencedor;
 - b) Demais documentos constantes do item 11 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.
 - c) O licitante deverá, além das informações específicas requeridas pela Codevasf, adicionar quaisquer outras que julgar necessárias. Somente serão aceitas aquelas conhecidas que assegurem a qualidade igual ou superior à indicada nas especificações constantes neste Edital e seus Anexo.
- 9.2.1. Caso haja indisponibilidade e/ou dificuldades técnicas referentes ao sistema, enviar a proposta, referida no item acima, para o e-mail: licitacao@codevasf.gov.br.
- 9.2.2. É facultado ao Agente de Contratação (Pregoeiro) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, ou por interesse da Administração.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

9.3. Após a análise das propostas, serão desclassificadas, com base no artigo 56, incisos I a VI da Lei n.º 13.303/2016, as propostas que:

- a) Não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital e seus anexos, descumpram especificações técnicas constantes do instrumento convocatório;
- b) Apresentem vícios insanáveis, irregularidades ou defeitos capazes de impedir o seu julgamento;
- c) Apresentem preços manifestamente inexequíveis;
 - c1) Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão;
 - c2) Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;
 - c3) Se houver indícios de inexequibilidade da proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 2º do art. 56 da Lei nº 13.303/2016, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:
 - i. Questionamentos junto ao licitante vencedor para apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;
 - ii. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
 - iii. Demais verificações que por ventura se fizerem necessárias.
- d) Apresente um desconto menor que o mínimo exigido ou permaneça acima do orçamento estimado pela Codevasf, para valor global e/ou unitário, para a contratação de que trata o § 1º do art. 57 e ressalvada a hipótese prevista no caput do art. 34 da Lei nº 13.303/2016;
- e) Não justificar/adequar as eventuais irregularidades apontadas pelo Agente de Contratação (Pregoeiro), após diligência;
- f) Apresentem desconformidade com outras exigências do instrumento convocatório, salvo se for possível a acomodação a seus termos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes.
- g) O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada no item.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

- 9.3.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 9.4. É facultado ao Agente de Contratação (Pregoeiro), em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes, promover diligências que entender necessárias e/ou adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo, conforme art. 66 do Regulamento de Interno de Licitações e Contratos da Codevasf.
- 9.4.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 9.5. Erros ou distorções em qualquer preço ou componente de preço, que impliquem em acréscimo do preço fixado na Carta de Apresentação de Proposta não serão considerados, não podendo o licitante eximir-se do fornecimento do objeto da presente licitação.
- 9.5.1. Ocorrendo a hipótese prevista no subitem acima a licitante deverá honrar o preço fixado na Carta de Apresentação de Proposta, sob pena de desclassificação e das possíveis sanções cabíveis.
- 9.5.2. A adequação da proposta na forma dos itens anteriores não poderá acarretar majoração de seu valor global.
- 9.6. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a preço, pagamento, prazo ou qualquer condição que importe a modificação dos termos originais, ressalvadas apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros materiais:
- 9.6.1. Após a apresentação da proposta não cabe desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Agente de Contratação (Pregoeiro).
- 9.7. O Agente de Contratação (Pregoeiro) poderá solicitar parecer técnico da Área de origem da licitação e/ou Parecer da Assessoria Jurídica, para subsidiar o julgamento da proposta.
- 9.8. Se a proposta de preços do licitante classificado em primeiro lugar não for aceitável, o Agente de Contratação (Pregoeiro) examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.
- 9.8.1. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Agente de Contratação (Pregoeiro) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

- 9.9. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Agente de Contratação (Pregoeiro) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10. HABILITAÇÃO

- 10.1. A PROPOSTA classificada em primeiro lugar, nos termos do item 9 deste Edital, deverá apresentar os documentos necessários à comprovação da habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira, **válidos e que comprovem situação pré-existente à abertura do certame**, relacionados nos subitens seguintes.

- 10.2. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF deverão ser encaminhados via Sistema do Portal de Compras do Governo Federal ou, em caso de indisponibilidade e/ou dificuldades técnicas referentes ao sistema, enviar para o e-mail: licitacao@codevasf.gov.br, **concedendo-se, para esta providência, o prazo de, no mínimo 02 (duas) horas**, contado a partir da convocação realizada pelo Agente de Contratação (Pregoeiro) no sistema eletrônico.

- 10.2.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.3. Habilitação Jurídica e Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Verificação, "on line", junto do SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, da documentação obrigatória (RECEITA FEDERAL, DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, FGTS, SEGURIDADE SOCIAL-INSS, CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS-CNDT);
 - a1) Nota: A Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitidas pela RFB e PGFN, bem como a Certidão referente à Contribuição Previdenciária (INSS), emitida pela RFB, expedidas anteriormente à vigência da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014, e suas alterações posteriores, poderão ser apresentadas para satisfazer a exigência desta alínea, desde que estejam dentro do prazo de validade nelas constantes, conforme prevê a Portaria MF nº 358, de 5/9/2014 (publicada no DOU de 9/9/2014).
 - a2) Na hipótese de haver documentos com prazo de validade vencido junto ao SICAF, o licitante vencedor deverá apresentar a documentação correspondente com prazo de validade em vigor;



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

- a3) Em se tratando de documentos emitidos via Internet, sua veracidade será confirmada através de consulta realizada nos sites correspondentes;
- a4) Se porventura, quando da verificação “on line” no SICAF constatar-se que o cadastramento do licitante vencedor se encontra vencido, o mesmo deverá encaminhar à CODEVASF, além dos documentos citados na alínea “a” acima e “b” abaixo, a cópia dos seguintes documentos:
 - a4.1) no caso de sociedade limitada unipessoal (SLU): inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
 - a4.2) Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
 - a4.3) Registro comercial, no caso de empresa individual, devendo, no caso de licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz;
 - a4.4) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, com prova da Diretoria em exercício e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento (ATA) de eleição de seus administradores, devendo, no caso do licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz no qual deverá estar contemplado, dentre os objetos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatíveis com o objeto da licitação;
 - a4.5) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- b) Declaração de Elaboração Independente de Proposta, conforme modelo no Anexo VII deste Edital;
- c) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, a mesma deverá apresentar, também, o decreto de autorização ou o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- d) Em relação às licitantes cooperativas, será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:
 - I. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;

- II. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- III. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- IV. O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;
- V. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- VI. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- VII. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10.4. Qualificação Técnica:

a) A Qualificação Técnica constituir-se-á dos documentos apresentados na HABILITAÇÃO **exigidos no item 12** do Termo de Referência, **Anexo I, que integra o presente Edital**, devendo ser apresentados na forma estabelecida para fins de avaliação da qualificação técnica.

a2) No caso de comprovação da capacidade técnica do licitante e dos profissionais em serviços realizados no exterior, deverá ser apresentado Atestado de Capacidade Técnica, devidamente regularizado no país de origem, registrado no Consulado Brasileiro, que para efeito de habilitação, poderá ser apresentado em tradução livre, nos termos do subitem 10.10.1 do Edital;

10.5. Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou execução patrimonial expedida pelo domicílio de pessoa física;



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

- b) **Registro de capital social mínimo de 5% (cinco por cento) do valor orçado pela Codevasf, por item que concorrer na licitação, não sendo de forma acumulativa.**
- c) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou de outro indicador que o venha substituir;
- c1) Observações: serão considerados aceitos como *na forma da lei* o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:
- c.1.1) sociedades regidas pela Lei 6.404/1976 (sociedade anônima):
- ☐ Publicados em Diário Oficial; ou
 - ☐ Publicados em jornal de grande circulação; ou,
 - ☐ Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.
- c.1.2) sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):
- ☐ Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou
 - ☐ Fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante;
- c.1.3) sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar 123/2006 - estatuto das microempresas e das Empresas de Pequeno Porte "SIMPLES":
- ☐ Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou
 - ☐ Fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante;
- c.1.4) sociedade criada no exercício em curso:
- ☐ Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante;
 - ☐ O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

- c2) Caso o licitante seja cooperativa auditada, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;
- c3) Comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante a apresentação dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), igual ou superior a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Onde:

LG - Liquidez Geral

SG - Solvência Geral

LC - Liquidez Corrente

- c4) No caso de Microempreendedor Individual – MEI – o mesmo deve apresentar o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social (Acórdão nº 133/2022 - Plenário).

- 10.6. Para a eficácia dos atos quanto ao atendimento a que se referem as alíneas “a1”, “a2”, “a3” e “b”, do subitem 10.5 acima, será analisada a documentação da licitante vencedora.
- 10.7. A validade das certidões corresponderá ao prazo fixado nos próprios documentos. Caso as mesmas não contenham expressamente o prazo de validade, a Codevasf convencionou o prazo como sendo o de **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua expedição, ressalvada a hipótese do licitante em comprovar que o documento tem prazo de validade superior ao antes convencionado, mediante a juntada de norma legal pertinente.
- 10.7.1. Caso a certidão expedida pela Fazenda Federal seja POSITIVA, deverá constar expressamente na mesma o efeito negativo, nos termos do art. 206 do Código Tributário Nacional/CTN, ou sejam juntados documentos que comprovem que o débito foi parcelado pelo próprio emitente, que a sua cobrança está suspensa, ou se contestado, esteja garantida a execução mediante depósito em dinheiro ou através de oferecimento de bens.
- 10.7.2. Toda a documentação apresentada pelo licitante, para fins de habilitação, deverá pertencer a empresa que efetivamente executará os serviços, ou seja, o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ deverá ser o mesmo em



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

todos os documentos, com exceção da CND referente ao INSS e do CRF referente ao FGTS, sendo que neste último caso deverá comprovar que os recolhimentos de FGTS são centralizados.

- 10.8. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:
- a) Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou,
 - b) Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
- 10.9. **Habilitação: Benefícios às Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Sociedade Cooperativa:**
- 10.9.1. Nos termos do art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto nº 8.538/2015, alterado pelo Decreto nº 10.273/2020, em se tratando das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista somente será exigida para efeito de contratação, observando-se o disposto no item 3.3.1 deste Edital. Contudo, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43, caput da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006).
- 10.9.2. Na hipótese de haver alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista, quando da comprovação de que trata o subitem acima, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, da divulgação do resultado da fase de habilitação, prorrogável por igual período, a critério da Codevasf, mediante justificativa do licitante, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (art. 43, § 1º, da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006), observando-se o procedimento definido no Decreto nº 8.538/2015 art. 4º, § 1º, alterado pelo Decreto alterado pelo Decreto nº 10.273/2020.
- 10.9.3. A comprovação de regularidade fiscal das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte é condição para assinatura do Contrato/Ata de Registro de Preços.
- 10.9.4. A não-regularização da documentação dentro do prazo previsto no subitem 10.9.2 acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no previstas no Capítulo II, Seção III da Lei nº 13.303/2016, de 30/6/16, sendo facultado à Codevasf convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a contratação do objeto de que trata este Edital, ou revogar a licitação (art. 43, § 2º, da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006).
- 10.10. **Os documentos apresentados em língua estrangeira:**
- 10.10.1. Os documentos apresentados durante a sessão pública, emitidos em idioma estrangeiro, poderão ser inicialmente apresentados com tradução livre, para a língua portuguesa.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

- 10.10.2. Na hipótese de o licitante vencedor ser estrangeiro, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos de que trata o subitem 10.10.1 acima, serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas e registrado no Cartório de Títulos e Documentos, arcando o licitante com todas e quaisquer despesas decorrentes da tradução.
- 10.11. Se o licitante desatender às exigências de habilitação, o Agente de Contratação (Pregoeiro) examinará a proposta ou o lance subsequente, na fase de julgamento, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.
- 10.12. Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital e seus Anexos, o licitante será declarado vencedor.

11. REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
- 11.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 11.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o Contrato/Ata de Registro de Preços, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 11.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 11.3. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (chat) de acordo com a fase do procedimento licitatório.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

12. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, exauridos os eventuais recursos administrativos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente poderá adjudicar o objeto e homologar o procedimento licitatório.
- 12.2. A autoridade competente poderá encaminhar o processo ao setor que solicitou a aquisição com vistas à verificação da aceitabilidade do item cotado, antes da homologação do certame.

13. FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA

- 13.1. Homologada a licitação pela autoridade competente será formalizada a Ata de Registro de Preços nos termos do Anexo III deste Edital, com as licitantes consideradas vencedoras do certame.
- 13.2. A Codevasf procederá ao encaminhamento da Ata de Registro de Preços, devidamente preenchida com os itens nos quais o licitante foi considerado vencedor, ao endereço eletrônico informado na proposta desta, que procederá a sua assinatura **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, remetendo-a a Codevasf para o endereço citado no item 1 deste Edital.
- 13.2.1. O prazo previsto no subitem 13.2 poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Codevasf, ou por interesse desta.
- 13.2.2. No caso do licitante se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das punições previstas neste Edital, o Agente de Contratação (Pregoeiro) poderá convocar os licitantes remanescentes, **na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo licitante vencedor**.
- 13.2.3. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem acima, a Codevasf poderá:
- a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
 - b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 13.3. Assinada a Ata de Registro de Preço, esta terá efeito de compromisso de fornecimento.
- 13.4. A efetivação da Ata de Registro de Preços não obriga a Codevasf a firmar as contratações que dela poderão advir, facultada a realização de licitação específica para



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

qualquer aquisição pretendida, sendo assegurado ao fornecedor beneficiário do registro de preços preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.5. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, o licitante deverá manter as condições de habilitação consignadas no Edital.

13.6. O fornecedor beneficiário que não atender o subitem 13.5 acima terá sua proposta desclassificada, podendo a Codevasf convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os documentos habilitatórios e feita a negociação, assumir a colocação de primeiro classificado na Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

13.7. **DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

13.7.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

- a) dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- b) dos licitantes que mantiverem sua proposta original

13.7.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

- a) A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
- b) Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

13.7.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- a) quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- b) quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

13.7.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

- a) convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- b) adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

14. CONTRATAÇÃO

- 14.1. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.
- 14.1.1. **A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.**
- 14.2. Após a assinatura do Instrumento Contratual, de acordo com a demanda de materiais e/ou produtos constantes na ata de registro de preços, procederá a emissão da Nota de Empenho em favor do fornecedor beneficiário do(s) itens(s).
- 14.2.1. O fornecedor beneficiário que não aceitar as condições estabelecidas no instrumento contratual correspondente, conforme o caso, não cumprindo assim as obrigações prescritas na Ata de Registro de Preço, estará sujeito às sanções previstas neste Edital.
- 14.2.2. É facultado à Codevasf, quando o fornecedor beneficiário não aceitar o instrumento contratual correspondente, conforme o caso, nas condições estabelecidas, convocar outro licitante, obedecida a ordem de classificação, para assinatura da Ata de Registro de Preços, após negociação, aceitação da proposta e comprovação dos requisitos de habilitação.
- 14.2.3. O fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços deverá proceder a entrega do objeto deste edital em conformidade com as exigências prescritas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.
- 14.2.4. O licitante vencedor será convocado para assinar o contrato na Área de Irrigação e Operações da Codevasf, em Brasília -DF, devendo comparecer no prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data da convocação, ou assiná-lo digitalmente no mesmo prazo.
- 14.2.5. Quando da contratação da empresa, a mesma deverá garantir, por meio de certificado, a sanidade do material vegetal a ser fornecido, bem como garantir no ato da descarga que as mudas estejam turgidas (sem sintomatologia de déficit hídrico) e saudáveis (sem sintomatologia de deficiência nutricional e danos físicos).
- 14.2.6. O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor, no decorrer do prazo especificado no subitem acima, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração da Codevasf.
- 14.2.7. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

- 14.2.8. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato no prazo estabelecido, bem como não apresentar as mesmas condições exigidas neste certame, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às sanções previstas neste Edital, sem prejuízo das demais cominações legais cabíveis.
- 14.2.9. A Codevasf providenciará a publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial da União, considerando que tal publicação deverá ocorrer nos termos previstos no § 2º do art. 51 da Lei nº 13.303/2016.

15. CONTROLE E ALTERAÇÕES DE PREÇOS

- 15.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, nas seguintes situações:
- a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto no inciso VI do art. 81 da Lei n.º 13.303/16.
 - b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
 - c) ou na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados
- 15.2. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 15.2.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 15.2.2. Na hipótese prevista no item 15.2.1, o gerenciador convocará os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.
- 15.2.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 16, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

- 15.2.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no inciso VI do art. 81 da Lei n.º 13.303/16.
- 15.3. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 15.3.1. Para fins do disposto no item 15.3, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 15.3.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no item 16, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação vigente.
- 15.3.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no item 15.3.2, o gerenciador convocará os fornecedores remanescentes do certame, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.
- 15.3.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 16, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- 15.3.5. Na hipótese de comprovação do disposto no caput e no item 15.3 e subitem 15.3.1, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
- 15.3.6. O órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto inciso VI do art. 81 da Lei n.º 13.303/16.

16. CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

- 16.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
- b) não assinar o contrato, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 15.3.2; ou
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021 ou no inciso III do art. 83 da Lei 13.303, de 2016.

- 16.1.1. Na hipótese prevista na alínea d) do item 16.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 16.1.2. O cancelamento do registro de preços nas hipóteses previstas no caput será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 16.1.3. Na hipótese de cancelamento do registro de preços do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação.
- 16.1.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
 - a) por razão de interesse público;
 - b) a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior;
 - c) ou se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto nos subitens 15.2.3 e 15.3.4.

17. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 17.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, considerando as justificativas constantes no Anexo I do Termo de Referência, deste Edital.

18. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 18.1. A Codevasf se propõe a pagar pelos fornecimentos, objeto desta licitação, o valor máximo global de **65.927.614,45 (sessenta e cinco milhões novecentos e vinte e sete mil seiscentos e quatorze reais e quarenta e cinco centavos)** a preços de setembro de 2026, conforme indicado nas Planilhas de Custos, constantes do Anexo II do Termo de Referência Anexo I deste Edital, que faz parte integrante do mesmo.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

18.2 A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários ocorrerá no momento da formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

19. GERENCIAMENTO, PARTICIPAÇÃO E ADESÃO

ÓRGÃO GERENCIADOR:

19.1. **O órgão gerenciador será a Codevasf Sede - 195006.**

19.2. Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:

- a) remanejar os quantitativos da ata, observado o disposto no art. 30;
- b) gerenciar a ata de registro de preços;
- c) conduzir as negociações para alteração ou atualização dos preços registrados;
- d) deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não tenham manifestado interesse durante o período de divulgação da IRP;
- e) aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório ou na contratação direta e registrá-las no SICAF;
- f) aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, e registrá-las no SICAF; e
- g) autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo de até noventa dias para o órgão não participante efetivar a aquisição ou contratação solicitada, respeitado o prazo de vigência da ata, quando solicitada pelo órgão não participante.

19.3. **Constituem ainda obrigações do órgão gerenciador, quando da execução contratual:**

- a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos;
- b) Verificar, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas nos objetos fornecidos, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, por meio de comissão/serviços especialmente designado;
- e) Prestar informações e esclarecimentos pertinentes e necessários que venham a ser solicitados pelo representante da Contratada;



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

- f) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no edital e seus anexos.
- g) Permitir ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços o acesso ao local da entrega do objeto, desde que observadas as normas de segurança;
- h) Notificar o fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;
- i) Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com aqueles praticados no mercado.

19.3.1. A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Edital, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

ÓRGÃO PARTICIPANTE:

19.4. O órgão participante será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento ao órgão gerenciador de sua estimativa de consumo, local de entrega e, quando couber, cronograma de contratação e respectivas especificações ou termo de referência, nos termos da Lei nº 13.303/16 adequado ao registro de preços do qual pretende fazer parte, devendo ainda:

- I. assegurar-se, quando do uso da ata de registro de preços, de que a contratação a ser realizada atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados;
- II. zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas pelo fornecedor e pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou de obrigações contratuais;
- III. aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informar as ocorrências ao órgão ou à entidade gerenciadora e registrá-las no SICAF; e
- IV. prestar as informações solicitadas pelo órgão ou pela entidade gerenciadora quanto à contratação e à execução da demanda destinada ao seu órgão ou à sua entidade.

19.4.1. A dotação orçamentária referente a quantidades e valores da participação no processo de Intenção de Registro de Preços é de inteira responsabilidade do órgão participante.

ADESÃO:



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

- 19.5. A ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que estejam enquadrados no art. 1º da Lei 13.303/2016 e que não tenham participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas pela Codevasf.
- 19.5.1. É facultada aos órgãos ou entidade da Administração Direta Municipal, Distrital ou Estadual a adesão às Atas de Registro de Preços da Codevasf, devendo apresentar parecer favorável de sua Assessoria Jurídica.
- 19.5.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.
- 19.5.3. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, respeitado o prazo de vigência da ata.
- 19.5.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 19.5.5. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 19.5.6. As adesões à Ata de Registro de Preços não poderão exceder, na totalidade, ao dobro de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.
- 19.5.7. Ao órgão não participante que aderir à presente ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
- 19.6. A adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação deverá observar o disposto no Procedimento para Processos de Adesão a Atas de Registro de Preços da Codevasf.
- 19.7. **Constituem obrigações do Fornecedor beneficiário da Ata:**
- 19.7.1. A Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes do edital, seus anexos e sua proposta, assumindo seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e ainda:



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

- 19.7.2. Informar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública, não participante deste registro de preços, que venha a manifestar o interesse em utilizar o presente registro de preço;
- 19.7.3. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, procedência, prazo de validade, número do contrato e dados bancários para pagamento (banco, nome e código da agência e conta corrente);
- 19.7.4. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, **no caso de fornecimento de bens**;
- 19.7.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o art. 76 da Lei nº 13.303/16;
- 19.7.6. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Edital, objeto com avarias ou defeitos;
- 19.7.7. Comunicar à Contratante, no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 19.7.8. Manter, durante toda a execução do Contrato/Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, além do que está disposto no item 14.1.
- 19.7.9. Assinar a Ata de Registro de Preços/Contrato e aceitar a respectiva Ordem de Fornecimento, no prazo estabelecido no Edital.
- 19.7.10. Pagar todos os tributos devidos em decorrência da execução dos fornecimentos, bem como apresentar os documentos fiscais de cobrança em conformidade com o estabelecido neste Edital.
- 19.7.11. A contratada deverá observar todas as obrigações legais, secundárias, de segurança e medicina do trabalho, sustentabilidade socioambientais, trabalhistas, integridade, anticorrupção, LGPD e demais aplicáveis e necessárias à execução do objeto do Edital.

20. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

- 20.1. Os prazos para execução do objeto e vigência do contrato são os estabelecidos no item 14 do Anexo I – Termo de Referência, **que integra o presente Edital, e nos subitens abaixo.**



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

- 20.1.1. O prazo para execução do objeto deste TR é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a partir da data de emissão da Ordem de Fornecimento, podendo ser prorrogado, mediante manifestação expressa das partes.
- 20.1.2. O prazo máximo para emissão da Ordem de Fornecimento é de 60 (sessenta) dias, contados da data de assinatura do contrato.
- 20.1.3. O prazo para vigência do contrato, contado em dias, a partir da data de sua assinatura, compreende o prazo máximo para emissão da Ordem de Fornecimento, o prazo de execução do objeto informado acima, acrescido de mais 60 (sessenta) dias consecutivos para recebimento definitivo e expedição do Termo de Encerramento Físico dos fornecimentos e mais 30 (trinta) dias para pagamento da Nota Fiscal, perfazendo um prazo total de vigência de 515 dias.
- 20.2. O contrato terá eficácia legal a partir da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, qualquer que seja o valor envolvido, tendo início e vencimento em dia de expediente na Codevasf, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último, podendo ser prorrogado, caso:
- a) haja interesse da Codevasf;
 - b) sejam comprovadas as condições iniciais de habilitação financeira da contratada;
 - c) seja constatada em pesquisa que os preços contratados permanecem vantajosos para a Codevasf;
 - d) Esteja justificada e motivada tecnicamente por escrito, em processo correspondente;
 - e) Esteja previamente autorizada pela autoridade competente.
- 20.2.1. Os pedidos de prorrogação de vigência dos contratos pelo contratado serão analisados pelo Fiscal do Contrato e/ou ao titular da unidade orgânica demandante, que emitirá parecer quanto à necessidade de prorrogação e o encaminhará ao Gestor do Contrato para providências decorrentes.
- 20.2.2. Qualquer pedido de aditamento de prazo, no interesse da CONTRATADA, somente será apreciado pela CODEVASF se manifestado expressamente, por escrito, até 30 (trinta) dias antes do vencimento do Contrato.
- 20.3. A expedição da “Ordem de Fornecimento” somente se efetivará após a publicação do extrato do Contrato no “Diário Oficial da União”.
- 20.4. Os prazos de início das etapas de execução, de conclusão e de entrega do objeto contratado admitirão prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

- a) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei;
- b) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- c) quando necessária a modificação do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- d) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens;
- e) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

20.5. A cada prorrogação a CONTRATADA deverá apresentar prova de regularização com tributos (Fazenda Federal), Previdência Social (CND), Débitos Trabalhistas (CNDT) e FGTS ou comprovante de regularidade do SICAF e no CADIN. Caso não se verifique que a empresa regularizou sua situação, estará sujeita às sanções previstas neste Edital, bem como ao enquadramento nos motivos do Art. 155 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf.

20.6. O Termo Aditivo que prorrogar vigência contratual que implique em alteração no valor do contrato conterá cláusula especificando o respectivo valor.

21. FORMA DE PAGAMENTO

21.1. O pagamento do objeto deste Edital será realizado conforme as condições estabelecidas no item 15 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital, que faz parte integrante do mesmo. Será efetuado em reais, contra a apresentação das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pela Fiscalização da CODEVASF.

22. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

22.1. Os preços registrados permanecerão válidos pelo período de um ano contado da data de apresentação da proposta. Após o período estabelecido, serão adotados os critérios de reajustamento previstos no item 16 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

23. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

- 23.1. Para a apuração das infrações contratuais ou outras cometidas nas Licitações Codevasf, a Codevasf, respeitado o contraditório e ampla defesa, deverá instaurar processo para apuração da responsabilidade do infrator, podendo impor as seguintes penalidades ao contratado ou licitante:
- I. Advertência, nos seguintes casos:
 - a) descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar a aplicação de sanção mais grave; ou;
 - b) inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.
 - I.1) A licitante será notificada que, em caso de inobservância ou reincidência, sanção mais elevada poderá ser aplicada.
 - I.2) Considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato, bem como não causem prejuízos à Codevasf.
 - II. Multa, na forma descrita no Termo de Referência, Anexo I deste Edital;
 - III. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a CODEVASF, por prazo não superior a 02 (dois) anos, o licitante e contratado que:
 - a) Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato;
 - b) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documento falso;
 - c) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - e) Não manter a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;
 - f) Fraudar a licitação ou praticar atos fraudulentos na execução do contrato;
 - g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; ou
 - h) Der causa à inexecução total ou parcial do contrato.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

- 23.1.1. A sanção prevista no inciso I do subitem 23.1 consiste em uma comunicação formal ao licitante/contratado, advertindo-lhe sobre o descumprimento de obrigação legal assumida, cláusula contratual ou falha na execução do serviço ou fornecimento, determinando que seja sanada a impropriedade, notificando-o de que, em caso de inobservância ou reincidência, sanção mais elevada poderá ser aplicada.
- 23.1.2. As sanções definidas no inciso III do subitem 23.1 poderão ser majoradas em 1/2 (um meio) nos seguintes casos, em função do prazo base originário da sanção:
- a) Se o apenado for reincidente; e
 - b) Se a falta do apenado tiver produzido prejuízos relevantes para a empresa.
- 23.1.3. As sanções definidas no inciso III do subitem 23.1 poderão ser atenuadas em 1/4 (um quarto) nos seguintes casos em função do prazo base originário da sanção:
- a) Se o apenado não for reincidente;
 - b) Se a falta do apenado não tiver produzido prejuízos relevantes para a empresa;
 - c) Se o apenado tiver reconhecido a falta e se dispuser a tomar medidas para corrigi-la; e
 - d) Se o apenado comprovar a existência e a eficácia de procedimentos internos de integridade, de acordo com os requisitos do artigo 56 do Decreto nº. 11.129/2022.
- 23.2. Na aplicação de sanções ao contratado será assegurada a observância do contraditório e ampla defesa, garantindo-se o prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentação de defesa prévia pelo contratado.
- 23.3. As sanções de advertência e de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar podem ser cumuladas com a de multa.
- 23.4. A sanção de suspensão, prevista no subitem 23.1 observará os parâmetros estabelecidos no RILC da CODEVASF, e poderá ser aplicada às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos:
- a. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - b. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; ou
 - c. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a CODEVASF, em virtude de atos ilícitos praticados.
- 23.5. Constituem atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, as condutas descritas nos incisos de I a V, do art. 5º da Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), sujeitando-se as empresas licitantes e as empresas contratadas às penalidades previstas no art. 6º, da mesma lei, seguindo a regulamentação do Decreto nº 11.129/2022.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

- 23.5.1. Os atos previstos no item 23.1, que também sejam tipificados como atos lesivos à lei 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, conforme regulamentação do Decreto nº 11.129/2022.
- 23.6. Constitui crime contra a Administração Pública, sujeitando-se às penalidades do Código Penal Brasileiro, as condutas descritas nos artigos 337-E a 337-O, em razão do disposto no art. 41 da Lei 13.303/2016.
- 23.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).
- 23.8. No caso da aplicação das penas de advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Codevasf, caberá recurso no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da intimação ou da lavratura da ata.

24. POLÍTICA DE COMBATE À FRAUDE E CORRUPÇÃO

- 24.1. Tanto a Contratada, quanto a Codevasf, comprometem-se a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, em especial a Lei nº 12.846, de 1º de Agosto de 2013, e o Decreto nº 11.129/2022, de 11 de julho de 2022.
- 24.2. Deverá ser observada a Política de Combate à Fraude e Corrupção, disponível em <https://www.codevasf.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/estatuto-regimentos-politicas-e-regulamentos/politicas>, bem como a Cláusula Anticorrupção disposta no Anexo III - Minuta de Contrato deste Edital.

25. POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

- 25.1. A Contratada deverá apresentar, quando da assinatura do contrato, o Termo de Observância a Política de Transações com Partes Relacionadas, devidamente assinado, conforme modelo constante do Anexo VI deste Edital.
- 25.2. Deverá ser observada a Política de Transações com Partes Relacionadas, disponível em <https://www.codevasf.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/estatuto-regimentos-politicas-e-regulamentos/politicas>.

26. CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE DA CODEVASF

- 26.1. A Contratada deverá apresentar, quando da assinatura do contrato, o Termo de Observância ao Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf, devidamente assinado, conforme modelo constante do Anexo IV deste Edital, sendo condição essencial para a referida assinatura.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

- 26.2. O descumprimento do Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf, constante do Anexo V deste Edital, por empregado da empresa contratada, deverá ser comunicado formalmente ao representante legal da referida empresa.

27. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 27.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, desde que não haja comunicação do Agente de Contratação (Pregoeiro) em contrário.
- 27.2. As situações não previstas neste Edital, inclusive as decorrentes de caso fortuito ou de força maior, serão resolvidas pelo Agente de Contratação (Pregoeiro) ou pela autoridade competente, desde que pertinentes com o objeto do pregão e observada a legislação.
- 27.3. A Minuta de Contrato regulamenta as condições de pagamento, reajustamento, responsabilidade, multas, e encerramento físico e financeiro do Contrato.
- 27.4. Devem ser registradas, por meio de Termo Aditivo, eventuais alterações que ocorrerem durante a execução do contrato.
- 27.5. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.
- 27.6. O não atendimento a exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que, a critério do Agente de Contratação (Pregoeiro), seja possível a aferição de sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública do pregão.
- 27.7. O licitante ao participar deste certame declara ter ciência das Políticas da Codevasf disponíveis no site da Codevasf: <https://www.codevasf.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/estatuto-regimentos-politicas-e-regulamentos/politicas>.
- 27.8. A Codevasf poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-la, no todo ou em parte por vício ou ilegalidade, bem como, desclassificar qualquer proposta ou desqualificar qualquer licitante, caso tome conhecimento de fato que afete a capacidade financeira ou técnica da licitante, sem que isto gere direito à indenização ou ressarcimento de qualquer natureza.
- 27.9. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

- 27.10. Responsabiliza-se o licitante vencedor por quaisquer ônus decorrentes de danos que vier causar à Codevasf e a terceiros, em decorrência da execução do contrato.
- 27.11. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Codevasf.
- 27.12. A homologação do resultado deste Pregão não implicará direito à contratação.
- 27.13. Este Edital e seus Anexos farão parte integrante do Contrato a ser firmado com o licitante vencedor, independente de transcrições.
- 27.14. O Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do local de execução do objeto será o competente para dirimir questões oriundas da presente convocação, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Brasília, 19 de junho de 2026

LUCAS FELIPE DE OLIVEIRA
Diretor-Presidente



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS

TERMO DE REFERÊNCIA- SRP
PREGÃO ELETRÔNICO
VALOR ESTIMADO PÚBLICO
MENOR PREÇO

FORNECIMENTO, CARGA, TRANSPORTE E DESCARGA DE MUDAS DE PLANTAS FRUTÍFERAS, POR SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), DESTINADAS AO APOIO À PRODUÇÃO IRRIGADA NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA CODEVASF NOS ESTADOS DE ALAGOAS, BAHIA, DISTRITO FEDERAL, MATO GROSSO E PERNAMBUCO.

MAIO DE 2026

ÍNDICE

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO	3
2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES	17
3. FORMA DE REALIZAÇÃO, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO	19
4. LOCAL DE ENTREGA, CONDIÇÕES DE TRANSPORTE E LOCAL DE FATURAMENTO	19
5. DESCRIÇÃO DOS FORNECIMENTOS	20
6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	21
7. CONSÓRCIO	21
8. SUBCONTRATAÇÃO	21
9. PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE	21
10. VISITA AO LOCAL DA ENTREGA	21
11. PROPOSTA	22
12. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO	23
12.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	24
13. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	24
14. PRAZOS DE EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS E DE VIGÊNCIA DO CONTRATO	25
15. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	25
16. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS	28
17. MULTAS	28
18. GARANTIA DE EXECUÇÃO	30
19. FISCALIZAÇÃO	31
20. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS FORNECIMENTOS	32
21. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	33
22. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	33
23. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF	34
24. MATRIZ DE RISCOS	35
25. CONDIÇÕES GERAIS	36
26. ANEXOS	36

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Fornecimento, carga, transporte e descarga de mudas de plantas frutíferas, por Sistema de Registro de Preços (SRP), destinadas ao apoio à produção irrigada na área de atuação da Codevasf nos estados de Alagoas, Bahia, Distrito Federal, Mato Grosso e Pernambuco.

1.1.1. A participação das licitantes, conforme os itens, será da seguinte forma:

ITEM	NOME POPULAR - (Nome científico)	Variedade/Cultivar	Características Mínimas	CATMAT	Unidade	Quantidade Máxima Anual
1 - PERNAMBUCO	Banana (Musa spp.)	SCS451 Catarina (Prata Anã)	Muda certificada de Banana cultivar SCS451 Catarina (Prata Anã); produzida a partir de propagação in vitro; aclimatizada; diâmetro do pseudocaule com o mínimo de 1cm, medido a 5 cm a partir do coleto da planta; três folhas expandidas, no mínimo; presença de raízes ativas, com cor variando de branca a creme claro; comprimento de, no mínimo, 30cm; acondicionada em recipiente próprio para mudas com, no mínimo, 15cm de diâmetro e 25cm de altura; isenta de pragas e doenças; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	605603	unidade	281.917
2 - PERNAMBUCO	Acerola (Malpighia emarginata DC.)	Sertaneja BRS 152	Muda certificada de Acerola cultivar Sertaneja BRS 152; produzida por estaquia; com comprimento, a partir do colo, entre 50 e 70 cm; ter haste única, ereta e perfeita; isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 12 meses, a partir da estaquia; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com, no mínimo, 6,5cm de diâmetro e 25cm de altura; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	611162	unidade	185.291
3 - PERNAMBUCO	Goiaba (Psidium guajava L.)	Paluma com porta-enxerto BRS Guaraçá (Psidium guajava L. x Psidium guineense Sw.)	Muda certificada de Goiaba cultivar Paluma com porta-enxerto BRS Guaraçá (Psidium guajava L. x Psidium guineense Sw.); com enxerto feito entre 10 e 15cm de altura, medidos a partir do colo da planta; apresentar diâmetro do enxerto o mínimo de 1cm, não apresentando diferença de mais de 0,5cm entre os diâmetros do enxerto e do porta-enxerto, medidos a 5cm do ponto de enxertia; com comprimento, a partir do colo, entre 40 e 50 cm; ter haste única, ereta e perfeita; isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 12 meses, contados a partir da semeadura do porta-enxerto; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em	605600	unidade	63.395

			recipiente próprio para mudas com dimensões mínimas de 15cm de diâmetro e 25cm de altura; substrato não deverá conter solo; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; deverá ser comprovadamente isenta de nematóides do gênero Meloidogyne, mediante análise laboratorial; e com identificador unitário.			
4 - PERNAMBUCO	Manga (Mangifera indica L.)	Palmer com porta-enxerto IAC 101 Coquinho	Muda certificada de Manga cultivar Palmer com porta-enxerto IAC 101 Coquinho; com enxerto feito, no mínimo a 15cm de altura, medidos a partir do colo da planta; não apresentar diferença de mais de 1cm entre os diâmetros do enxerto e do porta-enxerto, medidos a 5cm do ponto de enxertia; com comprimento, a partir do colo, entre 50 e 70 cm; ter haste única, ereta e perfeita; isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 18 meses, contados a partir da semeadura do porta-enxerto; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com dimensões mínimas de 15cm de diâmetro e 30cm de altura; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	605604	unidade	7.739
5 - PERNAMBUCO	Manga (Mangifera indica L.)	Tommy Atkins com porta-enxerto IAC 101 Coquinho	Muda certificada de Manga cultivar Tommy Atkins com porta-enxerto IAC 101 Coquinho; com enxerto feito, no mínimo a 15cm de altura, medidos a partir do colo da planta; não apresentar diferença de mais de 1cm entre os diâmetros do enxerto e do porta-enxerto, medidos a 5cm do ponto de enxertia; com comprimento, a partir do colo, entre 50 e 70 cm; ter haste única, ereta e perfeita; isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 18 meses, contados a partir da semeadura do porta-enxerto; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com dimensões mínimas de 15cm de diâmetro e 30cm de altura; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	605604	unidade	7.739
6 - PERNAMBUCO	Lima ácida Tahiti (Citrus latifolia (Yu. Tanaka) Tanaka)	CPMF 01 ou CPMF 02 (Tahiti), com porta-enxerto Citrandarin 'San Diego' ou Citrandarin 'Riverside'	Muda certificada de Lima cultivar CPMF 01 ou CPMF 02 (Tahiti), com porta-enxerto Citrandarin 'San Diego' ou Citrandarin 'Riverside'; com enxerto feito entre 10 e 20cm de altura, medidos a partir do colo do porta-enxerto; o enxerto e o porta-enxerto deverão constituir haste única e ereta, tolerando-se uma pequena curvatura logo acima do ponto de enxertia de, no máximo, 15°, e apresentar diferença menor ou igual a 0,5cm entre seus diâmetros, medidos a 5cm acima e abaixo do ponto de enxertia; tecido	611171	unidade	74.146

			amadurecido; ramos íntegros, sem danos físicos; com comprimento, a partir do colo, entre 50 e 60 cm; diâmetro mínimo de 0,5 cm, 5 cm acima do ponto de enxertia; corte do porta-enxerto cicatrizado; estar isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 24 meses, contados a partir da semeadura do porta-enxerto; sistema radicular bem desenvolvido, com raiz principal maior que 20cm, radículas ocupando todo ou quase todo o volume do substrato, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com dimensões mínimas de 10cm de diâmetro e 30cm de altura; substrato não deverá conter solo; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.			
7 - PERNAMBUCO	Abacaxi (Ananas comosus L.)	Pérola	Muda certificada de abacaxi, cultivar Pérola; produzida a partir de propagação in vitro ou secção do caule. Se, oriunda de propagação in vitro: deverá ser submetida à aclimatização; ter, na ocasião da comercialização, no mínimo 25cm de comprimento e 100g de peso; o material de propagação utilizado na propagação in vitro deverá ser retirado de gema apical ou lateral; e o número de subcultivos não poderá ser superior a 5. Se, oriunda de secção do caule, na ocasião da comercialização, deverão apresentar comprimento mínimo de 25cm; peso mínimo de 150g; idade máxima de 12 meses, contada a partir do plantio das secções do caule; e raízes eliminadas. Não deve apresentar sintomas de estresse hídrico e nutricional; isentas de pragas e doenças; e com identificador unitário.	627902	unidade	247.722
8 - PERNAMBUCO	Laranja (Citrus sinensis (L.) Osbeck)	Pera IAC com porta- enxerto limoeiro 'Cravo' (Citrus limonia Osbeck)	Muda certificada de Laranja cultivar Pera IAC com porta-enxerto limoeiro 'Cravo' (Citrus limonia Osbeck); com enxerto feito entre 10 e 20cm de altura, medidos a partir do colo do porta-enxerto; o enxerto e o porta-enxerto deverão constituir haste única e ereta, tolerando-se uma pequena curvatura logo acima do ponto de enxertia de, no máximo, 15°, e apresentar diferença menor ou igual a 0,5cm entre seus diâmetros, medidos a 5cm acima e abaixo do ponto de enxertia; tecido amadurecido; ramos íntegros, sem danos físicos; com comprimento, a partir do colo, entre 50 e 60 cm; diâmetro mínimo de 0,5 cm, 5 cm acima do ponto de enxertia; corte do porta-enxerto cicatrizado; estar isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 18 meses, contados a partir da semeadura do porta-enxerto; sistema radicular bem desenvolvido, com raiz principal maior que 20cm, radículas ocupando todo ou quase todo o volume do substrato, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com dimensões mínimas	611158	unidade	74416

			de 10cm de diâmetro e 30cm de altura; substrato não deverá conter solo; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.			
9 - PERNANBUCO	Açaí (Euterpe oleracea Mart.)	BRS Pai D'égua	Muda certificada de Açaí cultivar BRS Pai Dégua; apresentando 5 folhas completamente expandidas; com altura total entre 50cm e 75cm, medidos da superfície do substrato à ponta da 5ª folha; apresentar diâmetro do caule superior a 14mm, medidos a 1cm da superfície do substrato; a idade não deverá ultrapassar 18 meses, a partir da repicagem da semente pré-germinada; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com, no mínimo, 11cm de diâmetro e 25cm de altura; isenta de pragas e doenças; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	627901	unidade	33.167
10 - PERNAMBUCO	Maracujá (Passiflora foetida L.)	UFERSA BSRM 153	Muda certificada de Maracujá cultivar UFERSA BSRM 153; oriunda da semeadura de sementes; com altura total entre 15cm e 30cm, medidos a partir do colo; a idade não deverá ultrapassar 70 dias, a partir da semeadura; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com, no mínimo, 10cm de diâmetro e 20cm de altura; substrato não deverá conter solo; isenta de pragas e doenças; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	627896	unidade	33.167
11 - DISTRITO FEDERAL	Banana (Musa spp.)	SCS451 Catarina (Prata Anã)	Muda certificada de Banana cultivar SCS451 Catarina (Prata Anã); produzida a partir de propagação in vitro; aclimatizada; diâmetro do pseudocaule com o mínimo de 1cm, medido a 5 cm a partir do coleto da planta; três folhas expandidas, no mínimo; presença de raízes ativas, com cor variando de branca a creme claro; comprimento de, no mínimo, 30cm; acondicionada em recipiente próprio para mudas com, no mínimo, 15cm de diâmetro e 25cm de altura; isenta de pragas e doenças; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	605603	Unidade	281.917
12 - DISTRITO FEDERAL	Acerola (Malpighia emarginata DC.)	Sertaneja BRS 152	Muda certificada de Acerola cultivar Sertaneja BRS 152; produzida por estaquia; com comprimento, a partir do colo, entre 50 e 70 cm; ter haste única, ereta e perfeita; isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 12 meses, a partir da estaquia; sistema radicular bem	611162	unidade	185.291

			desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com, no mínimo, 6,5cm de diâmetro e 25cm de altura; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.			
13 - DISTRITO FEDERAL	Goiaba (Psidium guajava L.)	Paluma com porta-enxerto BRS Guaraçá (Psidium guajava L. x Psidium guineense Sw.)	Muda certificada de Goiaba cultivar Paluma com porta-enxerto BRS Guaraçá (Psidium guajava L. x Psidium guineense Sw.); com enxerto feito entre 10 e 15cm de altura, medidos a partir do colo da planta; apresentar diâmetro do enxerto o mínimo de 1cm, não apresentando diferença de mais de 0,5cm entre os diâmetros do enxerto e do porta-enxerto, medidos a 5cm do ponto de enxertia; com comprimento, a partir do colo, entre 40 e 50 cm; ter haste única, ereta e perfeita; isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 12 meses, contados a partir da sementeira do porta-enxerto; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com dimensões mínimas de 15cm de diâmetro e 25cm de altura; substrato não deverá conter solo; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; deverá ser comprovadamente isenta de nematóides do gênero Meloidogyne, mediante análise laboratorial; e com identificador unitário.	605600	unidade	63.395
14 - DISTRITO FEDERAL	Manga (Mangifera indica L.)	Palmer com porta-enxerto IAC 101 Coquinho	Muda certificada de Manga cultivar Palmer com porta-enxerto IAC 101 Coquinho; com enxerto feito, no mínimo a 15cm de altura, medidos a partir do colo da planta; não apresentar diferença de mais de 1cm entre os diâmetros do enxerto e do porta-enxerto, medidos a 5cm do ponto de enxertia; com comprimento, a partir do colo, entre 50 e 70 cm; ter haste única, ereta e perfeita; isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 18 meses, contados a partir da sementeira do porta-enxerto; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com dimensões mínimas de 15cm de diâmetro e 30cm de altura; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	605604	unidade	15.478

15 - DISTRITO FEDERAL	Lima ácida Tahiti (Citrus latifolia (Yu. Tanaka) Tanaka)	CPMF 01 ou CPMF 02 (Tahiti), com porta-enxerto Citrandarin 'San Diego' ou Citrandarin 'Riverside'	Muda certificada de Lima cultivar CPMF 01 ou CPMF 02 (Tahiti), com porta-enxerto Citrandarin 'San Diego' ou Citrandarin 'Riverside'; com enxerto feito entre 10 e 20cm de altura, medidos a partir do colo do porta-enxerto; o enxerto e o porta-enxerto deverão constituir haste única e ereta, tolerando-se uma pequena curvatura logo acima do ponto de enxertia de, no máximo, 15°, e apresentar diferença menor ou igual a 0,5cm entre seus diâmetros, medidos a 5cm acima e abaixo do ponto de enxertia; tecido amadurecido; ramos íntegros, sem danos físicos; com comprimento, a partir do colo, entre 50 e 60 cm; diâmetro mínimo de 0,5 cm, 5 cm acima do ponto de enxertia; corte do porta-enxerto cicatrizado; estar isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 24 meses, contados a partir da semeadura do porta-enxerto; sistema radicular bem desenvolvido, com raiz principal maior que 20cm, radículas ocupando todo ou quase todo o volume do substrato, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com dimensões mínimas de 10cm de diâmetro e 30cm de altura; substrato não deverá conter solo; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	611171	unidade	74.146
16 - DISTRITO FEDERAL	Abacaxi (Ananas comosus L.)	Pérola	Muda certificada de abacaxi, cultivar Pérola; produzida a partir de propagação in vitro ou secção do caule. Se, oriunda de propagação in vitro: deverá ser submetida à aclimatização; ter, na ocasião da comercialização, no mínimo 25cm de comprimento e 100g de peso; o material de propagação utilizado na propagação in vitro deverá ser retirado de gema apical ou lateral; e o número de subcultivos não poderá ser superior a 5. Se, oriunda de secção do caule, na ocasião da comercialização, deverão apresentar comprimento mínimo de 25cm; peso mínimo de 150g; idade máxima de 12 meses, contada a partir do plantio das secções do caule; e raízes eliminadas. Não deve apresentar sintomas de estresse hídrico e nutricional; isentas de pragas e doenças; e com identificador unitário.	627902	unidade	247.722
17 - DISTRITO FEDERAL	Laranja (Citrus sinensis (L.) Osbeck)	Pera IAC com porta-enxerto limoeiro 'Cravo' (Citrus limonia Osbeck)	Muda certificada de Laranja cultivar Pera IAC com porta-enxerto limoeiro 'Cravo' (Citrus limonia Osbeck); com enxerto feito entre 10 e 20cm de altura, medidos a partir do colo do porta-enxerto; o enxerto e o porta-enxerto deverão constituir haste única e ereta, tolerando-se uma pequena curvatura logo acima do ponto de enxertia de, no máximo, 15°, e apresentar diferença menor ou igual a 0,5cm entre seus diâmetros, medidos a 5cm acima e abaixo do ponto de enxertia; tecido amadurecido; ramos íntegros, sem danos físicos; com comprimento, a	611158	unidade	74416

			partir do colo, entre 50 e 60 cm; diâmetro mínimo de 0,5 cm, 5 cm acima do ponto de enxertia; corte do porta-enxerto cicatrizado; estar isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 18 meses, contados a partir da semeadura do porta-enxerto; sistema radicular bem desenvolvido, com raiz principal maior que 20cm, radículas ocupando todo ou quase todo o volume do substrato, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com dimensões mínimas de 10cm de diâmetro e 30cm de altura; substrato não deverá conter solo; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.			
18 - DISTRITO FEDERAL	Açaí (Euterpe oleracea Mart.)	BRS Pai D'égua	Muda certificada de Açaí cultivar BRS Pai Dégua; apresentando 5 folhas completamente expandidas; com altura total entre 50cm e 75cm, medidos da superfície do substrato à ponta da 5ª folha; apresentar diâmetro do caule superior a 14mm, medidos a 1cm da superfície do substrato; a idade não deverá ultrapassar 18 meses, a partir da repicagem da semente pré-germinada; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com, no mínimo, 11cm de diâmetro e 25cm de altura; isenta de pragas e doenças; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	627901	unidade	33.167
19 - DISTRITO FEDERAL	Maracujá (Passiflora foetida L.)	UFERSA BRSM 153	Muda certificada de Maracujá cultivar UFERSA BRSM 153; oriunda da semeadura de sementes; com altura total entre 15cm e 30cm, medidos a partir do colo; a idade não deverá ultrapassar 70 dias, a partir da semeadura; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com, no mínimo, 10cm de diâmetro e 20cm de altura; substrato não deverá conter solo; isenta de pragas e doenças; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	627896	unidade	33.167
20 -MATO GROSSO	Banana (Musa spp.)	SCS451 Catarina (Prata Anã)	Muda certificada de Banana cultivar SCS451 Catarina (Prata Anã); produzida a partir de propagação in vitro; aclimatizada; diâmetro do pseudocaule com o mínimo de 1cm, medido a 5 cm a partir do coleto da planta; três folhas expandidas, no mínimo; presença de raízes ativas, com cor variando de branca a creme claro; comprimento de, no mínimo, 30cm; acondicionada em recipiente próprio para mudas com, no mínimo, 15cm de diâmetro e 25cm de altura; isenta de pragas e doenças; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	605603	unidade	281.917

21 - MATO GROSSO	Acerola (Malpighia emarginata DC.)	Sertaneja BRS 152	Muda certificada de Acerola cultivar Sertaneja BRS 152; produzida por estaquia; com comprimento, a partir do colo, entre 50 e 70 cm; ter haste única, ereta e perfeita; isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 12 meses, a partir da estaquia; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com, no mínimo, 6,5cm de diâmetro e 25cm de altura; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	611162	unidade	185.291
22 - MATO GROSSO	Goiaba (Psidium guajava L.)	Paluma com porta-enxerto BRS Guaraçá (Psidium guajava L. x Psidium guineense Sw.)	Muda certificada de Goiaba cultivar Paluma com porta-enxerto BRS Guaraçá (Psidium guajava L. x Psidium guineense Sw.); com enxerto feito entre 10 e 15cm de altura, medidos a partir do colo da planta; apresentar diâmetro do enxerto o mínimo de 1cm, não apresentando diferença de mais de 0,5cm entre os diâmetros do enxerto e do porta-enxerto, medidos a 5cm do ponto de enxertia; com comprimento, a partir do colo, entre 40 e 50 cm; ter haste única, ereta e perfeita; isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 12 meses, contados a partir da sementeira do porta-enxerto; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com dimensões mínimas de 15cm de diâmetro e 25cm de altura; substrato não deverá conter solo; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; deverá ser comprovadamente isenta de nematóides do gênero Meloidogyne, mediante análise laboratorial; e com identificador unitário.	605600	unidade	63.395
23 - MATO GROSSO	Manga (Mangifera indica L.)	Palmer com porta-enxerto IAC 101 Coquinho	Muda certificada de Manga cultivar Palmer com porta-enxerto IAC 101 Coquinho; com enxerto feito, no mínimo a 15cm de altura, medidos a partir do colo da planta; não apresentar diferença de mais de 1cm entre os diâmetros do enxerto e do porta-enxerto, medidos a 5cm do ponto de enxertia; com comprimento, a partir do colo, entre 50 e 70 cm; ter haste única, ereta e perfeita; isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 18 meses, contados a partir da sementeira do porta-enxerto; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com dimensões mínimas de 15cm de diâmetro e 30cm de altura; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	605604	unidade	46.888

24 - MATO GROSSO	Lima ácida Tahiti (Citrus latifolia (Yu. Tanaka) Tanaka)	CPMF 01 ou CPMF 02 (Tahiti), com porta-enxerto Citrandarin 'San Diego' ou Citrandarin 'Riverside'	Muda certificada de Lima cultivar CPMF 01 ou CPMF 02 (Tahiti), com porta-enxerto Citrandarin 'San Diego' ou Citrandarin 'Riverside'; com enxerto feito entre 10 e 20cm de altura, medidos a partir do colo do porta-enxerto; o enxerto e o porta-enxerto deverão constituir haste única e ereta, tolerando-se uma pequena curvatura logo acima do ponto de enxertia de, no máximo, 15°, e apresentar diferença menor ou igual a 0,5cm entre seus diâmetros, medidos a 5cm acima e abaixo do ponto de enxertia; tecido amadurecido; ramos íntegros, sem danos físicos; com comprimento, a partir do colo, entre 50 e 60 cm; diâmetro mínimo de 0,5 cm, 5 cm acima do ponto de enxertia; corte do porta-enxerto cicatrizado; estar isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 24 meses, contados a partir da semeadura do porta-enxerto; sistema radicular bem desenvolvido, com raiz principal maior que 20cm, radículas ocupando todo ou quase todo o volume do substrato, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com dimensões mínimas de 10cm de diâmetro e 30cm de altura; substrato não deverá conter solo; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	611171	unidade	74.146
25 - MATO GROSSO	Abacaxi (Ananas comosus L.)	Pérola	Muda certificada de abacaxi, cultivar Pérola; produzida a partir de propagação in vitro ou secção do caule. Se, oriunda de propagação in vitro: deverá ser submetida à aclimatização; ter, na ocasião da comercialização, no mínimo 25cm de comprimento e 100g de peso; o material de propagação utilizado na propagação in vitro deverá ser retirado de gema apical ou lateral; e o número de subcultivos não poderá ser superior a 5. Se, oriunda de secção do caule, na ocasião da comercialização, deverão apresentar comprimento mínimo de 25cm; peso mínimo de 150g; idade máxima de 12 meses, contada a partir do plantio das secções do caule; e raízes eliminadas. Não deve apresentar sintomas de estresse hídrico e nutricional; isentas de pragas e doenças; e com identificador unitário.	627902	unidade	247.722
26 - MATO GROSSO	Laranja (Citrus sinensis (L.) Osbeck)	Pera IAC com porta-enxerto limoeiro 'Cravo' (Citrus limonia Osbeck)	Muda certificada de Laranja cultivar Pera IAC com porta-enxerto limoeiro 'Cravo' (Citrus limonia Osbeck); com enxerto feito entre 10 e 20cm de altura, medidos a partir do colo do porta-enxerto; o enxerto e o porta-enxerto deverão constituir haste única e ereta, tolerando-se uma pequena curvatura logo acima do ponto de enxertia de, no máximo, 15°, e apresentar diferença menor ou igual a 0,5cm entre seus diâmetros, medidos a 5cm acima e abaixo do ponto de enxertia; tecido amadurecido; ramos íntegros, sem danos físicos; com comprimento, a	611158	unidade	74416

			partir do colo, entre 50 e 60 cm; diâmetro mínimo de 0,5 cm, 5 cm acima do ponto de enxertia; corte do porta-enxerto cicatrizado; estar isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 18 meses, contados a partir da semeadura do porta-enxerto; sistema radicular bem desenvolvido, com raiz principal maior que 20cm, radículas ocupando todo ou quase todo o volume do substrato, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com dimensões mínimas de 10cm de diâmetro e 30cm de altura; substrato não deverá conter solo; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.			
27 - MATO GROSSO	Açaí (Euterpe oleracea Mart.)	BRS Pai D'égua	Muda certificada de Açaí cultivar BRS Pai Dégua; apresentando 5 folhas completamente expandidas; com altura total entre 50cm e 75cm, medidos da superfície do substrato à ponta da 5ª folha; apresentar diâmetro do caule superior a 14mm, medidos a 1cm da superfície do substrato; a idade não deverá ultrapassar 18 meses, a partir da repicagem da semente pré-germinada; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com, no mínimo, 11cm de diâmetro e 25cm de altura; isenta de pragas e doenças; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	627901	unidade	33.167
28 - MATO GROSSO	Maracujá (Passiflora foetida L.)	UFERSA BSRM 153	Muda certificada de Maracujá cultivar UFERSA BSRM 153; oriunda da semeadura de sementes; com altura total entre 15cm e 30cm, medidos a partir do colo; a idade não deverá ultrapassar 70 dias, a partir da semeadura; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com, no mínimo, 10cm de diâmetro e 20cm de altura; substrato não deverá conter solo; isenta de pragas e doenças; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	627896	unidade	33.167
29 - ALAGOAS	Banana (Musa spp.)	SCS451 Catarina (Prata Anã)	Muda certificada de Banana cultivar SCS451 Catarina (Prata Anã); produzida a partir de propagação in vitro; aclimatizada; diâmetro do pseudocaule com o mínimo de 1cm, medido a 5 cm a partir do coleto da planta; três folhas expandidas, no mínimo; presença de raízes ativas, com cor variando de branca a creme claro; comprimento de, no mínimo, 30cm; acondicionada em recipiente próprio para mudas com, no mínimo, 15cm de diâmetro e 25cm de altura; isenta de pragas e doenças; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	605603	unidade	281.917

30- ALAGOAS	Acerola (Malpighia emarginata DC.)	Sertaneja BRS 152	Muda certificada de Acerola cultivar Sertaneja BRS 152; produzida por estaquia; com comprimento, a partir do colo, entre 50 e 70 cm; ter haste única, ereta e perfeita; isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 12 meses, a partir da estaquia; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com, no mínimo, 6,5cm de diâmetro e 25cm de altura; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	611162	unidade	185.291
31- ALAGOAS	Goiaba (Psidium guajava L.)	Paluma com porta- enxerto BRS Guaraçá (Psidium guajava L. x Psidium guineense Sw.)	Muda certificada de Goiaba cultivar Paluma com porta-enxerto BRS Guaraçá (Psidium guajava L. x Psidium guineense Sw.); com enxerto feito entre 10 e 15cm de altura, medidos a partir do colo da planta; apresentar diâmetro do enxerto o mínimo de 1cm, não apresentando diferença de mais de 0,5cm entre os diâmetros do enxerto e do porta-enxerto, medidos a 5cm do ponto de enxertia; com comprimento, a partir do colo, entre 40 e 50 cm; ter haste única, ereta e perfeita; isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 12 meses, contados a partir da sementeira do porta-enxerto; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com dimensões mínimas de 15cm de diâmetro e 25cm de altura; substrato não deverá conter solo; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; deverá ser comprovadamente isenta de nematóides do gênero Meloidogyne, mediante análise laboratorial; e com identificador unitário.	605600	unidade	63.395
32- ALAGOAS	Manga (Mangifera indica L.)	Palmer com porta- enxerto IAC 101 Coquinho	Muda certificada de Manga cultivar Palmer com porta-enxerto IAC 101 Coquinho; com enxerto feito, no mínimo a 15cm de altura, medidos a partir do colo da planta; não apresentar diferença de mais de 1cm entre os diâmetros do enxerto e do porta-enxerto, medidos a 5cm do ponto de enxertia; com comprimento, a partir do colo, entre 50 e 70 cm; ter haste única, ereta e perfeita; isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 18 meses, contados a partir da sementeira do porta-enxerto; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com dimensões mínimas de 15cm de diâmetro e 30cm de altura; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	605604	unidade	15.478

33 - ALAGOAS	Lima ácida Tahiti (Citrus latifolia (Yu. Tanaka) Tanaka)	CPMF 01 ou CPMF 02 (Tahiti), com porta-enxerto Citrandarin 'San Diego' ou Citrandarin 'Riverside'	Muda certificada de Lima cultivar CPMF 01 ou CPMF 02 (Tahiti), com porta-enxerto Citrandarin 'San Diego' ou Citrandarin 'Riverside'; com enxerto feito entre 10 e 20cm de altura, medidos a partir do colo do porta-enxerto; o enxerto e o porta- enxerto deverão constituir haste única e ereta, tolerando-se uma pequena curvatura logo acima do ponto de enxertia de, no máximo, 15°, e apresentar diferença menor ou igual a 0,5cm entre seus diâmetros, medidos a 5cm acima e abaixo do ponto de enxertia; tecido amadurecido; ramos íntegros, sem danos físicos; com comprimento, a partir do colo, entre 50 e 60 cm; diâmetro mínimo de 0,5 cm, 5 cm acima do ponto de enxertia; corte do porta-enxerto cicatrizado; estar isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 24 meses, contados a partir da semeadura do porta-enxerto; sistema radicular bem desenvolvido, com raiz principal maior que 20cm, radículas ocupando todo ou quase todo o volume do substrato, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com dimensões mínimas de 10cm de diâmetro e 30cm de altura; substrato não deverá conter solo; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	611171	unidade	74.146
34- ALAGOAS	Abacaxi (Ananas comosus L.)	Pérola	Muda certificada de abacaxi, cultivar Pérola; produzida a partir de propagação in vitro ou secção do caule. Se, oriunda de propagação in vitro: deverá ser submetida à aclimatização; ter, na ocasião da comercialização, no mínimo 25cm de comprimento e 100g de peso; o material de propagação utilizado na propagação in vitro deverá ser retirado de gema apical ou lateral; e o número de subcultivos não poderá ser superior a 5. Se, oriunda de secção do caule, na ocasião da comercialização, deverão apresentar comprimento mínimo de 25cm; peso mínimo de 150g; idade máxima de 12 meses, contada a partir do plantio das secções do caule; e raízes eliminadas. Não deve apresentar sintomas de estresse hídrico e nutricional; isentas de pragas e doenças; e com identificador unitário.	627902	unidade	247.722
35- ALAGOAS	Laranja (Citrus sinensis (L.) Osbeck)	Pera IAC com porta- enxerto limoeiro 'Cravo' (Citrus limonia Osbeck)	Muda certificada de Laranja cultivar Pera IAC com porta-enxerto limoeiro 'Cravo' (Citrus limonia Osbeck); com enxerto feito entre 10 e 20cm de altura, medidos a partir do colo do porta-enxerto; o enxerto e o porta- enxerto deverão constituir haste única e ereta, tolerando-se uma pequena curvatura logo acima do ponto de enxertia de, no máximo, 15°, e apresentar diferença menor ou igual a 0,5cm entre seus diâmetros, medidos a 5cm acima e abaixo do ponto de enxertia; tecido amadurecido; ramos íntegros, sem danos físicos; com comprimento, a	611158	unidade	74416

			partir do colo, entre 50 e 60 cm; diâmetro mínimo de 0,5 cm, 5 cm acima do ponto de enxertia; corte do porta-enxerto cicatrizado; estar isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 18 meses, contados a partir da semeadura do porta-enxerto; sistema radicular bem desenvolvido, com raiz principal maior que 20cm, radículas ocupando todo ou quase todo o volume do substrato, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com dimensões mínimas de 10cm de diâmetro e 30cm de altura; substrato não deverá conter solo; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.			
36- ALAGOAS	Açaí (Euterpe oleracea Mart.)	BRS Pai D'égua	Muda certificada de Açaí cultivar BRS Pai Dégua; apresentando 5 folhas completamente expandidas; com altura total entre 50cm e 75cm, medidos da superfície do substrato à ponta da 5ª folha; apresentar diâmetro do caule superior a 14mm, medidos a 1cm da superfície do substrato; a idade não deverá ultrapassar 18 meses, a partir da repicagem da semente pré-germinada; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com, no mínimo, 11cm de diâmetro e 25cm de altura; isenta de pragas e doenças; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	627901	unidade	33.167
37- ALAGOAS	Maracujá (Passiflora foetida L.)	UFERSA BSRM 153	Muda certificada de Maracujá cultivar UFERSA BSRM 153; oriunda da semeadura de sementes; com altura total entre 15cm e 30cm, medidos a partir do colo; a idade não deverá ultrapassar 70 dias, a partir da semeadura; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com, no mínimo, 10cm de diâmetro e 20cm de altura; substrato não deverá conter solo; isenta de pragas e doenças; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	627896	unidade	33.167
38- ALAGOAS	Manga (Mangifera indica L.)	Tommy Atkins com porta-enxerto IAC 101 Coquinho	Muda certificada de Manga cultivar Tommy Atkins com porta-enxerto IAC 101 Coquinho; com enxerto feito, no mínimo a 15cm de altura, medidos a partir do colo da planta; não apresentar diferença de mais de 1cm entre os diâmetros do enxerto e do porta-enxerto, medidos a 5cm do ponto de enxertia; com comprimento, a partir do colo, entre 50 e 70 cm; ter haste única, ereta e perfeita; isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 18 meses, contados a partir da semeadura do porta-enxerto; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com	605604	unidade	7.739

			dimensões mínimas de 15cm de diâmetro e 30cm de altura; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.			
39 - BAHIA	Cacau (<i>Theobroma cacao</i> L.)	PS1319 ou CCN51 ou CC03	Muda certificada de Cacau; com enxerto feito acima de 15cm de altura, medidos a partir do colo da planta; apresentar 6 folhas totalmente expandidas; com comprimento, a partir do colo do porta-enxerto até a ponta da 6ª folha, entre 30 e 60 cm; deverá ter haste única, ereta e perfeita; isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 18 meses, contados a partir da semeadura do porta-enxerto; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com, no mínimo, 15cm de diâmetro e 30cm de altura; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	627900	unidade	27.778
40 - BAHIA	Cacau (<i>Theobroma cacao</i> L.)	CEPEC2204 com porta-enxerto CEPEC 2002 ou CEPEC2176 com porta-enxerto CEPEC 2002	Muda certificada de Cacau; com enxerto feito acima de 15cm de altura, medidos a partir do colo da planta; apresentar 6 folhas totalmente expandidas; com comprimento, a partir do colo do porta-enxerto até a ponta da 6ª folha, entre 30 e 60 cm; deverá ter haste única, ereta e perfeita; isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 18 meses, contados a partir da semeadura do porta-enxerto; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com, no mínimo, 15cm de diâmetro e 30cm de altura; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	627900	unidade	27.778
41 - BAHIA	Açaí (<i>Euterpe oleracea</i> Mart.)	BRS Pai D'égua	Muda certificada de Açaí; apresentando 5 folhas completamente expandidas; com altura total entre 50cm e 75cm, medidos da superfície do substrato à ponta da 5ª folha; apresentar diâmetro do caule superior a 14mm, medidos a 1cm da superfície do substrato; a idade não deverá ultrapassar 18 meses, a partir da repicagem da semente pré-germinada; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com, no mínimo, 11cm de diâmetro e 25cm de altura; isenta de pragas e doenças; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	627901	unidade	33.334
42 - BAHIA	Mamão (<i>Carica papaya</i> L.)	FORMOSA	Muda certificada de Mamão cultivar Formosa; embalada individualmente; apresentando 2 a 4 pares de folhas definitivas; com altura total entre 15cm e 30cm, medidos a partir do colo; a idade não deverá ultrapassar 6 meses, a partir da semeadura; sistema	627897	unidade	31.371

			radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com, no mínimo, 15cm de diâmetro e 25cm de altura; isenta de pragas e doenças; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.			
43 - BAHIA	Laranja (Citrus sinensis (L.) Osbeck)	Pera IAC com porta-enxerto limoeiro 'Cravo' (Citrus limonia Osbeck)	Muda certificada de Laranja; com enxerto feito entre 10 e 20cm de altura, medidos a partir do colo do porta-enxerto; o enxerto e o porta-enxerto deverão constituir haste única e ereta, tolerando-se uma pequena curvatura logo acima do ponto de enxertia de, no máximo, 15°, e apresentar diferença menor ou igual a 0,5cm entre seus diâmetros, medidos a 5cm acima e abaixo do ponto de enxertia; tecido amadurecido; ramos íntegros, sem danos físicos; com comprimento, a partir do colo, entre 50 e 60 cm; diâmetro mínimo de 0,5 cm, 5 cm acima do ponto de enxertia; corte do porta-enxerto cicatrizado; estar isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 18 meses, contados a partir da semeadura do porta-enxerto; sistema radicular bem desenvolvido, com raiz principal maior que 20cm, radículas ocupando todo ou quase todo o volume do substrato, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com dimensões mínimas de 10cm de diâmetro e 30cm de altura; substrato não deverá conter solo; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	611158	Unidade	72.600

a) Os itens 1 a 43 do presente certame são destinados à ampla concorrência, estando abertos à participação de quaisquer empresas que atendam às exigências estabelecidas neste Termo de Referência e no respectivo instrumento convocatório. Para esses itens, não será aplicada cota reservada para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), nos termos da legislação vigente, em razão das características do objeto e da necessidade de assegurar a competitividade e a vantajosidade da contratação para a Administração Pública.

2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES

Neste Termo de Referência (TR) ou em quaisquer outros documentos relacionados com os fornecimentos acima solicitados, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação:

ÁREA DE IRRIGAÇÃO E OPERAÇÕES – Unidade da administração superior da CODEVASF, a qual estão afetas as demais unidades técnicas que têm por competência a fiscalização e a coordenação dos fornecimentos/serviços, objetos deste Termo de Referência.

AI/GAP – GERÊNCIA DE APOIO À PRODUÇÃO IRRIGADA – a qual compete definir, coordenar, supervisionar, monitorar e elaborar as ações de apoio à produção para o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura irrigada nas bacias hidrográficas situadas na área

de atuação da Codevasf; elaborar e manter estudos e informações relativos ao desempenho econômico e técnico-operacional dos projetos de irrigação; elaborar indicadores de desempenho e avaliar os novos modelos econômicos de produção; e coordenar a execução das atividades desenvolvidas pelas unidades orgânicas sob sua subordinação.

AI/GAP/UGI – UNIDADE DE GESTÃO DE ÁREAS IRRIGADAS – subordinada à Gerência de Apoio à Produção Irrigada a qual compete prospectar e identificar áreas com vocação e potencial para o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura irrigada na área de atuação da Codevasf; coordenar e propor a implementação de ações e projetos de apoio à produção irrigada nas áreas identificadas; elaborar e manter estudos e informações relativos ao desempenho socioeconômico e técnico-operacional das ações de apoio à produção irrigada; e apoiar missões institucionais em agricultura irrigada.

LICITANTE – Empresa habilitada para apresentar proposta.

CATMAT – É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de materiais, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no Portal de Compras do Governo Federal.

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Empresa pública vinculada ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 – Lote 1 – Brasília-DF.

CONTRATO – Documento, subscrito pela CODEVASF e o licitante vencedor do certame, que define as obrigações e direitos de ambas com relação à execução dos serviços ou fornecimentos.

CONTRATADA – Empresa licitante selecionada e contratada pela CODEVASF para a execução dos fornecimentos.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO – representação gráfica da programação parcial ou total de um trabalho, serviço ou fornecimento, no qual são indicadas as suas diversas etapas e respectivos prazos para conclusão, aliados aos custos ou preços.

DOCUMENTOS DE CONTRATO – Conjunto de todos os documentos que integram o contrato e regulam a execução dos fornecimentos, compreendendo o Edital, Termo de Referência, Especificações Técnicas, desenhos e proposta de preços da executante, cronogramas e demais documentos complementares que se façam necessários à execução dos fornecimentos.

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES ou SUPLEMENTARES – Documentos que, por força de condições técnicas imprevisíveis, se fizerem necessários para a complementação ou suplenção dos documentos emitidos nos Termo de Referência.

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA – Tipo de norma destinada a fixar as características dos serviços, condições ou requisitos exigíveis para matérias primas, produtos semifabricados, elementos de construção, materiais ou produtos industriais semifabricados. Conterá a definição do serviço, descrição do método construtivo, controle tecnológico e geométrico e norma de medição e pagamento.

FISCALIZAÇÃO – Equipe da CODEVASF atuando sob a autoridade de um Coordenador, indicada para exercer em sua representação a fiscalização do contrato.

GESTOR DE CONTRATO – Empregado da CODEVASF, detentor de graduação correlata com o objeto do contrato, o qual é formalmente designado pela diretor-presidente ou superintendente

regional para exercer as atividades inerentes à gestão de contratos, sendo também o responsável pela interlocução com as diversas unidades administrativas e pelas atividades de apoio e orientação às atividades de fiscalização exercidas pelo fiscal do contrato.

SIASG - é um conjunto informatizado de ferramentas para operacionalizar internamente o funcionamento sistêmico das atividades de gestão de materiais, edificações públicas, veículos oficiais, comunicações administrativas, licitações e contratos. É utilizado por várias entidades da Administração Pública Federal (Ministérios, Secretarias, etc.). Pode ser acessado pelo Portal de Compras do Governo Federal: www.gov.br/compras.

TERMO DE REFERÊNCIA – conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a licitação e subsidiar a elaboração do edital e fornecer informações ao licitante.

3. FORMA DE REALIZAÇÃO, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

3.1. **Forma de Realização: Pregão Eletrônico** – por Sistema de Registro de Preços

3.2. **Valor Estimado:** Público

3.3. **Critério de Julgamento:** Menor preço

3.4. **Forma de Fornecimento:** Parcial (por demanda)

4. LOCAL DE ENTREGA, CONDIÇÕES DE TRANSPORTE E LOCAL DE FATURAMENTO

4.1. As mudas de plantas frutíferas objetos deste Termo de Referência, deverão ser entregues em locais indicados pela Codevasf, em municípios localizados em sua área de atuação nos estados de Alagoas (5ª/SR), Bahia (2ª/SR e 6ª/SR), Distrito Federal (Sede), Mato Grosso (em áreas de atuação da Codevasf, nos 38 municípios do Estado localizados na bacia hidrográfica do rio Tocantins) e Pernambuco (3ª/SR e 15ª/SR).

4.2. Após a indicação pela Codevasf dos locais a serem entregues, o fornecedor deverá contatar a Unidade de Gestão de Áreas Irrigadas (AI/GAP/UGI), vinculada à Gerência de Apoio a Produção (AI/GAP), da Área de Irrigação e Operações, no endereço: SGAN 601, Módulo I, Edifício Manoel Novaes, Asa Norte, Brasília – CEP: 70830-019, em dias úteis, no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:30h, para informar ao Gestor do Contrato, com antecedência mínima de cinco dias úteis, a respeito do dia e da hora previstos para a descarga das mudas.

4.3. O meio de transporte e o acondicionamento dos itens objeto deste pregão devem seguir padrões de qualidade que assegurem sua integridade e qualidade. Todas as partes sujeitas a vibrações ou pancadas durante o transporte deverão ser travadas ou suportadas de forma a evitar danos aos objetos transportados.

4.4. Será de exclusiva responsabilidade da(s) licitante(s) vencedora(s) o fornecimento, carga, transporte e descarga. A Codevasf não dispõe de mão de obra nem de equipamentos de movimentação para essas funções. Reitera-se que, no valor ofertado para os itens objeto deste termo de referência, deverão estar incluídos o deslocamento até os locais indicados

pela Codevasf, os serviços de carga e descarga, e os demais encargos de natureza fiscal e trabalhista, além de outros aplicáveis ao caso em questão.

- 4.5. Por se tratar de itens que não exigem emplacamento, o CNPJ de faturamento será o da Codevasf Sede ou da Superintendência Regional da Codevasf do local de entrega do bem.
- 4.6. Nos valores registrados, quanto aos produtos a serem fornecidos, incluem-se todos e quaisquer despesas inerentes direta ou indiretamente do fornecimento, tais como: transporte, encargos trabalhistas, impostos, mão de obra para o fornecimento dos produtos e demais incidentes sobre o fornecimento.

5. DESCRIÇÃO DOS FORNECIMENTOS

- 5.1. A descrição dos itens a serem fornecidos consta na Planilha Orçamentária e Escopo de Fornecimento – Anexos II deste Termo de Referência, respectivamente, que deverão ser observadas criteriosamente pelos licitantes.
- 5.2. A descarga das mudas no local de entrega é de inteira responsabilidade do licitante, e a CODEVASF não fornecerá pessoal nem os equipamentos necessários para o manuseio.
- 5.3. O meio de transporte e o acondicionamento do(s) itens objeto deste TR devem ocorrer em padrões de qualidade que assegurem sua integridade.
- 5.4. Todo transporte das mudas deverá atender aos padrões de identidade e qualidade estabelecidos na Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, do Decreto nº 10.586, de 18 de dezembro de 2020, além dos requisitos constantes à Instrução Normativa MAPA nº 28, de 24 de agosto de 2016, atendendo a legislação fitossanitária.
- 5.5. Todo transporte das mudas deverá ser acompanhado dos respectivos romaneios (completos) e notas fiscais.
- 5.6. As mudas de frutíferas a serem fornecidas pela contratada deverão ser provenientes de fornecedores especializados e devidamente registrados no Registro Nacional de Sementes e Mudanças (RENASSEM) do Ministério da Agricultura e Pecuária, de acordo com o detalhamento especificado no Termo de Referência.
- 5.7. As Notas Fiscais deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:
 - 5.7.1. Nome ou nome empresarial, CPF ou CNPJ, endereço e número de inscrição do Fornecedor.
 - 5.7.2. Nome ou nome empresarial, CPF ou CNPJ, endereço e número de inscrição do Produtor das Mudanças no RENASEM — no campo Informações Complementares.
 - 5.7.3. - Nome e endereço do Comprador; e
 - 5.7.4. Número de mudas ou de outras estruturas de propagação obtidas por meio de cultura de tecidos de plantas por lote, espécie e cultivar, e porta-enxerto, quando for o caso.

- 5.8. Se a qualidade fitossanitária das mudas a serem entregues não corresponder às especificações exigidas, o lote de mudas será devolvido para substituição, no prazo de 15 (quinze) dias, independentemente das aplicações das penalidades cabíveis.
- 5.9. O não fornecimento e/ou atraso injustificado do objeto será motivo de aplicação das penalidades previstas na Item 17 deste Termo de Referência, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf (RILC), e ainda conforme rege a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 6.1. Poderão participar da presente licitação quaisquer empresas que atendam às exigências estabelecidas neste Termo de Referência e no respectivo instrumento convocatório. Não será aplicada cota reservada para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), nos termos da legislação vigente, em razão das características do objeto e da necessidade de assegurar a competitividade e a vantajosidade da contratação para a Administração Pública.
- 6.2. Os licitantes poderão apresentar propostas para um ou mais itens, conforme discriminado na Planilha Orçamentária e Escopo de Fornecimento – Anexo II deste Termo de Referência.
- 6.3. As empresas estrangeiras poderão participar nas mesmas condições das empresas nacionais. Tal fato visa proporcionar aumento da competitividade. Isso resultará na obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Ressalta-se que essas empresas devem, para tanto, atender às disposições legais aplicáveis ao caso.
- 6.4. A participação no processo licitatório implica aceitação integral e irretratável dos termos e condições deste Termo de Referência e dos seus Anexos, bem como das normas técnicas gerais e/ou especiais pertinentes.

7. CONSÓRCIO

- 7.1. Não será permitida a participação de consórcio.

8. SUBCONTRATAÇÃO

- 8.1. Não será permitida a subcontratação total ou parcial dos fornecimentos objeto deste Termo de Referência.

9. PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

- 9.1. Não haverá cota exclusiva ou tratamento diferenciado para participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte neste certame, sendo a disputa aberta à participação de todas as empresas, em igualdade de condições, observado o disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com as alterações da LC nº 198/2023, e no Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015.

10. VISITA AO LOCAL DA ENTREGA

- 10.1. O atestado de visita aos locais de descarga **não será obrigatório**, porém, é de inteira responsabilidade do licitante tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros, bem como a verificação das dificuldades e dimensionamento dos dados indispensáveis à apresentação da proposta e execução do contrato. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos. Entende-se que os custos propostos cobrirão quaisquer dificuldades decorrentes da localização do projeto.
- 10.2. Os custos de visita ao local onde serão fornecidas e descarregadas as mudas correrão por exclusiva conta da contratada.
- 10.3. Em caso de dúvidas sobre onde serão entregues as mudas, objetos deste Termo de Referência, ou para marca/agendar a visita, as empresas interessadas poderão optar por entrar em contato com a Unidade de Gestão de Áreas Irrigadas (AI/GAP/UGI) vinculada à Gerência de Apoio a Produção Irrigada (AI/GAP), da Área de Irrigação e Operações (AI), no endereço: SGAN 601, Módulo I, Edifício Manoel Novaes, Asa Norte, Brasília – CEP: 70830-019, em dias úteis, no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:30h.
- 10.4. A visita ao local onde serão entregues as mudas deverá ser marcada com antecedência de pelo menos 48 (quarenta e oito) horas e deverá ser realizada em horário comercial.

11. PROPOSTA

- 11.1. A Proposta de Preço deverá ser firme e precisa, limitada rigorosamente ao objeto desta licitação, e não poderá conter condições ou alternativas ou quantitativos não previstos neste TR e seus anexos constitutivos.
- 11.2. As propostas de preços deverão conter no mínimo o seguinte:
- a) Nome, endereço, cidade, estado e país do fornecedor de cada bem ofertado;
 - b) As especificações técnicas claras, completas e minuciosas dos fornecimentos ofertados, em conformidade com este Termo de Referência.
 - i. Caso o licitante venha a fazer observações quanto aos requisitos técnicos exigidos nas especificações, o mesmo deverá explicitar, em sua proposta, tais observações, fato este sujeito à aprovação pela Codevasf.
 - i. Planilha de preços unitários e totais ofertados para as mudas, devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras, conforme modelo constante do Anexo VIII, que é parte integrante deste Termo de Referência, observando-se os preços unitários orçados pela Codevasf.
 - ii. Junto com a proposta, a Planilha de Custos da Proposta da Proponente deverá ser apresentada em meio eletrônico (Microsoft Excel ou software livre), sem proteção do arquivo, objetivando facilitar a conferência da mesma.

- 11.3. A proponente poderá apresentar proposta para todos os itens ou apenas para os itens em que esteja interessada.
- 11.4. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados a partir da data estabelecida para a entrega das mesmas, sujeita a revalidação por idêntico período.
- 11.5. Nos preços unitários propostos, deverão estar incluídos todos os custos, seguro, transporte, carga e descarga das mudas, mão-de-obra, leis sociais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciárias, securitárias, tributos (ICMS, PIS, COFINS, IRRF, CSLL e IPI), e quaisquer encargos/taxas que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, nos fornecimentos objeto deste termo de Referência. No caso de omissão, considerar-se-ão como inclusas nos preços.
- 11.6. Para efeito do disposto no subitem 11.5 o licitante deverá considerar a tributação plena até o local de entrega das mudas, considerando que a CODEVASF não possui inscrição estadual, sendo considerada consumidora final. É de responsabilidade do licitante arcar com todos os tributos incidentes. A proposta deverá indicar em reais os preços para o fornecimento das mudas, bem como dos serviços de carga, transporte e descarga, com menção discriminada da referida tributação. A concorrente será responsável por quaisquer acréscimos que ocorrerem pela não observância desta particularidade.
- 11.7. Será considerada a melhor proposta, aquela que apresentar o menor preço global avaliado, por item, conforme critérios estabelecidos neste Termo de Referência.
- 11.8. Serão aceitas propostas que atendam aos termos das especificações técnicas sem desvio ou exceções aos requisitos técnicos, na forma solicitada no item 5 — DESCRIÇÃO DOS FORNECIMENTOS — e no ANEXO II deste Termo de Referência.
- 11.9. O licitante poderá dar lance, ou seja, participar de todos os itens. No entanto, as licitantes vencedoras deverão apresentar capital social mínimo de 5% (cinco por cento) do valor orçado pela Codevasf no item da Licitação que concorrer, não sendo de forma acumulativa.

12. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

- 12.1. Deverá ser apresentada em conformidade com as prescrições das leis que regem a matéria, de acordo com a previsão estabelecida no instrumento convocatório.
- 12.2. Será considerado desvio aceitável aquele que não afeta de maneira substancial a qualidade ou o desempenho (performance) das mudas, e que não restrinja os direitos da CODEVASF e as obrigações do licitante e que também não prejudique ou afete a posição competitiva de outros licitantes que ofertarem material vegetal dentro das condições estabelecidas.
- 12.3. A CODEVASF poderá desprezar qualquer discrepância ou irregularidade de menor importância de uma proposta desde que não se verifiquem transgressões na forma construtiva e de materiais, constantes no escopo de especificação do subitem 1.1.1 deste Termo de Referência.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.3.1. A Licitante deverá apresentar os seguintes documentos, preferencialmente em língua portuguesa:

- a) Atestado(s) de Capacidade Técnico-Operacional: Atestado(s) em nome da licitante, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, descrevendo os fornecimentos/serviços de forma a permitir a comprovação da experiência da licitante no fornecimento de mudas de plantas frutíferas CERTIFICADAS ou fornecimentos similares ao objeto da licitação, em quantitativo não inferior a 10% (dez por cento) dos itens aos quais concorre, nos últimos três anos.
 - i. O(s) atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) constando as seguintes emitente: papel timbrado, CNPJ, endereço, telefone, data de emissão, nome e cargo/função de quem assina o documento, bem como conter objeto, atividades desenvolvidas e período da contratação.
 - ii. Não serão aceitos atestados emitidos por empresas Concorrente ou pela própria Concorrente e/ou emitidos por empresas, das quais participem sócios ou diretores da Concorrente.
 - iii. Não há obrigatoriedade de que as nomenclaturas constantes do atestado sejam idênticas à utilizada na definição das categorias indicadas neste Termo de Referência, desde que sejam suficientes à comprovação de capacidade de fornecimento dos bens exigidos neste Termo de Referência.
 - iv. Consideram-se fornecimentos similares: fornecimento de materiais de mesma complexidade tecnológica, finalidade ou pertencente ao mesmo setor produtivo, como mudas de plantas frutíferas, mudas de espécies nativas e exóticas, entre outros, certificadas.
 - v. É permitido ao licitante a soma de atestados para o atendimento das exigências, desde que todas em seu nome.
- b) Registro regular no Registro Nacional de Sementes e Mudas (Renasem).

12.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) As licitantes deverão apresentar, na fase de habilitação, capital social mínimo de 5% (cinco por cento) do valor orçado pela Codevasf, por item que concorrer na licitação, não sendo de forma acumulativa.

13. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 13.1. A Codevasf se propõe a pagar pelos fornecimentos, objeto desta licitação, o valor máximo global de R\$ 65.927.614,45 (sessenta e cinco milhões novecentos e vinte e sete mil seiscientos e quatorze reais e quarenta e cinco centavos), a preços de abril de 2026,

conforme indicado na Planilha Orçamentária e Escopo de Fornecimento, constantes do Anexo II deste termo de Referência.

- 13.2. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários ocorrerá no momento da formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

14. PRAZOS DE EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS E DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 14.1. O prazo para vigência da Ata de Registro de Preços - ARP será de 12 (doze) meses. Considerando o disposto no art. 15 do Decreto nº 11.462/2023, admite-se a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, por igual período, desde que comprovado o atendimento cumulativo dos requisitos legais: vantajosidade da prorrogação, manutenção das condições iniciais pactuadas e interesse público devidamente justificado. Dada a natureza estratégica e continuada da ação, voltada ao fortalecimento da capacidade institucional de fiscalização e supervisão contratos de implantação de sistemas de irrigação, bem como a possibilidade de surgimento de novas demandas ao longo do exercício subsequente, entende-se tecnicamente adequada a previsão de eventual prorrogação da ata de registro de preços. A prorrogação poderá abranger, além da extensão do prazo de vigência, a renovação do quantitativo originalmente registrado, de acordo com a necessidade da Administração e observados os limites legais.
- 14.2. O prazo para execução do objeto deste TR é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a partir da data de emissão da Ordem de Fornecimento, podendo ser prorrogado, mediante manifestação expressa das partes.
- 14.3. O prazo máximo para emissão da Ordem de Fornecimento é de 60 (sessenta) dias, contados da data de assinatura do contrato.
- 14.4. O prazo para vigência do contrato, contado em dias, a partir da data de sua assinatura, compreende o prazo máximo para emissão da Ordem de Fornecimento, o prazo de execução do objeto informado acima, acrescido de mais 60 (sessenta) dias consecutivos para recebimento definitivo e expedição do Termo de Encerramento Físico dos fornecimentos e mais 30 (trinta) dias para pagamento da Nota Fiscal, perfazendo um prazo total de vigência de 515 dias.
- 14.5. A formalização do início da execução das atividades será mediante Ordem de Fornecimento, devidamente assinada pela Autoridade Competente.
- 14.6. A Ordem de Fornecimento somente será emitida após a integralização da Garantia de Execução.

15. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 15.1. Os pagamentos, objetos desta licitação, serão efetuados em reais, com base nos preços unitários das mudas efetivamente entregues, mediante a apresentação das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pela Fiscalização da CODEVASF, conforme legislação vigente e de acordo com o cumprimento dos seguintes eventos:

- a. 100% (cem por cento) após a entrega, o atesto da nota fiscal de agente fiscalizador formalmente designado pela CODEVASF que estará no local para essa tarefa.
- 15.2. Para efeito de pagamento será observado o prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do ateste pela fiscalização da Codevasf nas faturas/notas fiscais da contratada. Esse prazo se inicia com o atesto da Nota Fiscal/Fatura, e abrange demais trâmites burocráticos. Ou seja, é o prazo desde o ateste da fiscalização até o envio da ordem bancária.
- 15.3. O atesto da fiscalização deverá ser efetuado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a entrega das faturas/notas fiscais.
- 15.4. Caso a fiscalização não ateste as faturas/notas fiscais, os documentos apresentados serão devolvidos à empresa contratada, sendo o prazo estabelecido no subitem 15.2 reiniciado após a entrega da nova documentação corrigida.
- 15.5. As Faturas/Notas Fiscais deverão vir acompanhadas da documentação relativa a cada fornecimento faturado, devidamente atestado pela Fiscalização, isentas de erros ou omissões, com destaque das alíquotas tributárias incidentes e com a indicação do domicílio bancário, agência, localidade e número da conta corrente para recebimento dos respectivos créditos.
- 15.6. Por não ser a CODEVASF contribuinte do ICMS, fica estabelecido que a alíquota do imposto a ser destacada na nota fiscal será aquela praticada na operação interna, conforme art. 155, § 2º, inciso VII, letra “b”, da Constituição Federal/88.
- 15.7. A Nota Fiscal/Fatura deverá destacar:
 - a. O valor do IR e demais contribuições incidentes, para fins de retenção na fonte, de acordo com o artigo 2º da IN/RFB nº 2.145, de 26 de junho de 2023, e suas alterações, ou informar a isenção, não incidência ou alíquota zero, e respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço prestado.
- 15.8. Os documentos de cobrança indicarão, obrigatoriamente, o número e a data de emissão da Nota de Empenho, emitida pela CODEVASF, e, que cubram a execução do objeto
- 15.9. É de inteira responsabilidade da empresa contratada a entrega à CODEVASF dos documentos de cobrança acompanhados dos seus respectivos anexos de forma clara, objetiva e ordenada, que se não atendido, implica desconsideração pela CODEVASF dos prazos estabelecidos.
- 15.10. As faturas só serão liberadas para pagamento depois de aprovadas pela área gestora, e deverão estar isentas de erros ou omissões, sem o que, serão, de forma imediata, devolvidas ao licitante vencedor para correções, não se alterando a data de adimplemento da obrigação.

- 15.11. No ato da entrega, será feita a conferência de cada item entregue, atestando que os mesmos estão de acordo com as especificações técnicas que integraram este Termo de Referência.
- 15.12. O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, após o atesto da nota fiscal e conferência dos itens entregues.
- 15.13. Caso a contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES NACIONAL, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.
- 15.14. O pagamento será efetuado através de ordem bancária, e creditado em qualquer entidade bancária indicada na proposta, devendo, para isto, ficarem explicitados o nome do Banco, Agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após a aceitação e atesto das Notas Fiscais/Faturas.
- 15.15. A contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas.
- 15.16. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, após a assinatura do contrato, de comprovada repercussão nos preços contratuais, ensejará a revisão destes, para mais ou para menos, conforme o caso.
- 15.17. Ficam excluídos da hipótese referida no item anterior, tributos ou encargos legais que, por sua natureza jurídica tributária (impostos diretos e/ou pessoais) não reflitam diretamente nos preços do objeto contratual.
- 15.18. Eventual solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato será analisada consoante os pressupostos da Teoria da Imprevisão, nos termos do artigo 81, inciso VI, da Lei nº 13.303/2016.
- 15.19. Será considerado em atraso, o pagamento efetuado após o prazo estabelecido no subitem 15.2, caso em que a CODEVASF efetuará atualização financeira, aplicando-se a seguinte fórmula:

$AM = P \times I$, onde:

AM = Atualização Monetária;

P = Valor da Parcela a ser paga; e

I = Percentual de atualização monetária, assim apurado:

$I = (1 + im_1/100)^{dx1/30} \times (1 + im_2/100)^{dx2/30} \times \dots \times (1 + im_n/100)^{dxn/30} - 1$, onde:

i = Variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA no mês “m”;

d = Número de dias em atraso no mês “m”;

m = Meses considerados para o cálculo da atualização monetária

- 15.20. Não sendo conhecido o índice para o período, será utilizado no cálculo, o último índice conhecido.
- 15.21. Quando utilizar o último índice conhecido, o cálculo do valor ajustado será procedido tão logo seja publicado o índice definitivo correspondente ao período de atraso. Não caberá qualquer remuneração a título de correção monetária para pagamento decorrente do acerto de índice.

16. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

- 16.1. Caso o ocorra assinatura do contrato (ou instrumento equivalente), os preços permanecerão válidos pelo período de um ano contado da data de apresentação da proposta. Após este prazo, poderão ser reajustados aplicando-se a seguinte fórmula de reajuste:

$$R = Vx\left(\frac{I1-I0}{I0}\right), \text{ onde:}$$

Onde:

“R” é o valor do reajuste procurado

“V” é o valor contratual a ser reajustado

“I1” é o índice correspondente ao mês do aniversário da Proposta

“I0” é o índice inicial correspondente à data de apresentação da Proposta

- 16.2. O índice a ser considerado no reajustamento será extraído da tabela publicadas na revista Conjuntura Econômica, editada pela Fundação Getúlio Vargas: índice IPAEP-DI Suprimentos Agropecuários – Código: 1473840.
- 16.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 16.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 16.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

17. MULTAS

- 17.1. Nos casos de atrasos na execução do fornecimento do objeto contratado, por culpa exclusiva da CONTRATADA, caberá a aplicação de multa sobre o valor do contrato/ordem de serviço por dia, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos, conforme abaixo:
- a) 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato/ordem de serviço por dia de atraso na entrega, até o máximo de 12% (doze por cento).

17.2. Nos casos de inexecução total ou parcial do objeto, por culpa exclusiva da CONTRATADA, será cobrada multa baseada no valor do contrato/ordem de serviço, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos, conforme abaixo:

- a) Até o máximo de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de inexecução parcial do contrato/ordem de serviço conforme a Tabela 1;
- b) Até o máximo de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de descumprimento das obrigações contratuais descritas na Tabela 2;
- c) 12% (doze por cento) do valor do contrato/ordem de serviço no caso de inexecução total.

Tabela 01 – Inadimplências e o respectivo grau de penalidade - inexecução parcial

Inadimplências	Grau de Penalidade	Percentual do valor do contrato
Execução parcial de até 80% do valor contratual	01	2%
Execução parcial de até 60% do valor contratual	02	4%
Execução parcial de até 40% do valor contratual	03	8%
Execução parcial de até 20% do valor contratual	04	10%

Tabela 02 – Descumprimento de obrigação contratual e a respectivo penalidade

Ocorrência	Cálculo da multa
Não atendimento às determinações estipuladas pela FISCALIZAÇÃO, no prazo por ela estabelecido, desde que seja comunicada à CONTRATADA, através de comunicação formal do fiscal.	R\$ 100,00 por dia de atraso
Não apresentação de itens exigidos em cláusulas editalícias ou contratuais, dentro do prazo estabelecido.	R\$ 500,00 por dia de atraso

17.3. Comprovando o impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificados e aceitos pela FISCALIZAÇÃO, em relação a um dos eventos arrolados na Tabela 01, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

17.4. A multa será calculada na forma prevista no edital ou no contrato e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado, conforme previsão do artigo 167 do RILC.

17.5. Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pela Codevasf, após regular processo administrativo, observando-se o seguinte:

- a) A multa será descontada da garantia prestada pela contratada;
- b) Caso o valor da multa seja de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, a qual será

descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;

- c) Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a contratada será convocada para complementação do seu valor no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da convocação;
- d) Não havendo qualquer importância a ser recebida pela contratada, esta será convocada a recolher à Gerência de Finanças da Codevasf – AE/GFN o valor total da multa, no prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data da comunicação.

17.6. O licitante vencedor terá um prazo inicialmente de 10 (dez) dias úteis para defesa prévia e, posteriormente, diante de uma eventual decisão que lhe tenha sido desfavorável, terá mais um prazo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir da data de cientificação da aplicação multa, para apresentar recurso à Codevasf. Ouvida a fiscalização e acompanhamento do contrato, o recurso será encaminhado à Assessoria Jurídica da Superintendência Regional/Sede, que procederá ao seu exame.

17.7. Após o procedimento estabelecido no item anterior, o recurso será apreciado pela Autoridade Superior da Codevasf, que poderá dar provimento ou não ao recurso.

17.8. Em caso de provimento do recurso, a Codevasf se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo a relevação novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.

17.9. Caso a Autoridade Superior não dê provimento ao recurso, não caberá novo recurso administrativo.

18. GARANTIA DE EXECUÇÃO

18.1. Como garantia para a completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, fica estipulada uma "Garantia de Execução" no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, que deverá ser entregue em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do instrumento, em espécie, Seguro Garantia emitida por seguradora autorizada pela SUSEP ou Fiança Bancária, a critério da contratada.

18.2. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,08% (oito centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Codevasf a promover a rescisão do contrato por descumprimento de suas cláusulas, conforme dispõe as condições contratuais.

18.3. A garantia a que se refere o subitem 18.2 deverá ser entregue na Unidade de Gestão de Áreas Irrigadas (AI/GAP/UGI) vinculada à Gerência de Apoio a Produção Irrigada (AI/GAP) da Área de Irrigação e Operações da Codevasf (AI).

18.4. A prestação de garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá ter validade de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato.

- 18.5. Após a assinatura do Termo de Encerramento Físico do contrato, será devolvida a “Garantia de Execução”, uma vez verificada a perfeita execução do objeto contratual.
- 18.6. A garantia em espécie deverá ser depositada em instituição financeira oficial, credenciada pela Codevasf, em conta remunerada que poderá ser movimentada somente por ordem da Codevasf.
- 18.7. A não integralização da garantia representa inadimplência contratual, passível de aplicação de multas e de rescisão, na forma prevista nas cláusulas contratuais.
- 18.8. Por ocasião de eventuais aditamentos contratuais que promovam acréscimos ao valor contratado ou prorrogações de prazo contratual, a garantia prestada deverá ser reforçada e/ou renovada, de forma a manter a observância do disposto no caput desta cláusula, em compatibilidade com os novos valores e prazos pactuados.
- 18.9. Não haverá qualquer restituição de garantia em caso de dissolução contratual, na forma do disposto na cláusula de rescisão, hipótese em que a garantia reverterá e será apropriada pela Codevasf.
- 18.10. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:
- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - b) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Codevasf à contratada; e
 - c) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

19. FISCALIZAÇÃO

- 19.1. A gestão do contrato, bem como a fiscalização da execução será realizada pela CODEVASF, por técnicos designados, a quem compete verificar se o Licitante vencedor está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram.
- 19.2. A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se o Licitante vencedor mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.
- 19.3. A Fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a Contratada, inclusive rejeitando fornecimentos que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas vigentes relacionadas ao objeto deste Termo de Referência e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a Contratada a assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos materiais, e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.
- 19.4. A Fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer fornecimento que não esteja sendo executado dentro dos termos do contrato, dando conhecimento do fato à Área de Irrigação e Operações - AI, responsável pela execução do contrato.

- 19.5. Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.
- 19.6. Das decisões da Fiscalização poderá a Contratada recorrer Área de Irrigação e Operações – AI da Codevasf, responsável pelo acompanhamento do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos a multas serão feitos na forma prevista na respectiva cláusula.
- 19.7. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.
- 19.8. Fica assegurado aos técnicos da CODEVASF o direito de, ao seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou através de terceiros, da execução dos fornecimentos prestados pelo licitante vencedor, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos fornecimentos.
- 19.9. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

20. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS FORNECIMENTOS

- 20.1. Após o término dos fornecimentos objeto deste TR, a CONTRATADA requererá à Codevasf, através da Fiscalização, o seu recebimento provisório, que deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias da data da solicitação dos mesmos.
- 20.2. O recebimento definitivo do objeto, após a sua conclusão, obedecerá ao disposto no descrito abaixo:
- a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;
 - b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.
 - c) O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
- 20.3. Na hipótese de o termo circunstanciado ou a verificação a que se refere este item não serem, respectivamente, lavrado ou procedida dentro dos prazos fixados, reputar-se-

ão como realizados, desde que comunicados à Administração nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos.

- 20.4. A Codevasf rejeitará, no todo ou em parte fornecimento executado em desacordo com o contrato.
- 20.5. Na hipótese da necessidade de correção, será estabelecido um prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os materiais vegetais rejeitados.
- 20.6. A CONTRATADA entende e aceita que o pleno cumprimento do estipulado neste item é condicionante para:
- a) Emissão, pela Codevasf, do Atestado de Capacidade Técnica;
 - b) Emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF); e
 - c) Liberação da Garantia de Execução (caução).
- 20.7. Aceitos e aprovados os fornecimentos, a Codevasf emitirá o Termo de Encerramento Físico (TEF), que deverá ser assinado por representante autorizado da CONTRATADA, possibilitando a liberação da prestação de garantia.
- 20.8. O Termo de Encerramento Físico de Contrato (TEF) está condicionado à emissão de Laudo Técnico pela Codevasf sobre a execução do objeto contratado.
- 20.9. A última fatura somente será encaminhada para pagamento após a emissão do Termo de Encerramento Físico de Contrato (TEF), que deverá ser anexado ao processo de liberação e pagamento.
- 20.10. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

21. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

- 21.1. O licitante vencedor deverá observar os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, no que couber, conforme a Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010.
- 21.2. Que as mudas devam ser, preferencialmente, acondicionadas em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- 21.3. O licitante vencedor deverá apresentar certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências supracitadas.
- 21.4. Em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, a Codevasf poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências deste TR, antes da assinatura do contrato, correndo as despesas por conta do licitante vencedor. Caso não se confirme a adequação do produto, a proposta vencedora será desclassificada.

22. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 22.1. A contratada fica obrigada a garantir a plena entrega de todas as mudas referente ao item pretendido, conforme especificações constantes neste Termo de Referência e em seus anexos.
- 22.2. A contratada deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei 12.846/2013, do Decreto nº 11.129/22, da lei 13.303/2016, e da Política de Integridade da Codevasf, abstando-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.
- 22.3. A contratada deverá apresentar, quando solicitado, atestado de origem genética ou do certificado de sementes ou de mudas ou do termo de conformidade das mudas objeto desta licitação.
- 22.4. Serão de responsabilidade do licitante vencedor o fornecimento abaixo, cujos custos correrão por sua exclusiva conta:
- a) Fornecimento de manuais, em língua portuguesa, em 02 (duas) vias por produtor beneficiário, com recomendações referentes à devida aclimação das mudas do recebimento até o plantio das mudas à campo;
- 22.5. A descarga das mudas adquiridas deve ser avisada, via e-mail ou telefone, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data da entrega, de modo a permitir o acompanhamento do recebimento dos materiais a serem entregues.
- 22.6. A contratada deverá comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 22.7. A contratada deverá comprovar, por meio da Nota Fiscal de fornecimento, que as mudas foram produzidas por produtor/cooperado com inscrição no RENASEM.
- 22.8. A contratada deverá substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.
- 22.9. A contratada deverá manter, durante toda a execução do serviço, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação

23. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF

- 23.1. Exigir da CONTRATADA o cumprimento integral deste Contrato.
- 23.2. Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela CONTRATADA, através de correspondências protocoladas.
- 23.3. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato.

- 23.4. Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas a CONTRATADA, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.
- 23.5. Rejeitar todo e qualquer fornecimento inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.
- 23.6. Emitir parecer para liberação das faturas, e receber os fornecimentos/serviços contratados.
- 23.7. Efetuar o pagamento no prazo previsto no contrato.

24. MATRIZ DE RISCOS

- 24.1. A matriz de risco está apresentada no anexo IV deste Termo de Referência com o objetivo de definir os riscos a que está exposta à execução do objeto, advindas de eventos supervenientes à contratação, dado relevante para sua identificação, prevenção e respectivas responsabilidades pela eventual ocorrência, bem como para o dimensionamento das propostas pelas licitantes.
- 24.2. A contratada não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste cuja responsabilidade na Matriz de Riscos seja da Codevasf.
- 24.3. A contratada é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, sem limitação, daqueles alocados para a contratada.
- 24.4. Constitui peça integrante do contrato a Matriz de Riscos, independentemente de transcrição no instrumento.
- 24.5. A contratada tem pleno conhecimento, quando da participação do processo licitatório, da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos e deve levar tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.
- 24.6. O termo risco no contrato é designado como um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, tem um efeito em pelo menos um objetivo do objeto contratual. O risco é o resultado da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento futuro e o impacto resultante caso ele ocorra. Esse conceito pode ser ainda mais específico ao se classificar o risco como a probabilidade de ocorrência de um determinado evento que gere impactos econômicos positivos ou negativos, bem como no prazo de execução do contrato.
- 24.7. Sempre que atendidas as condições do contrato e mantidas as disposições do contrato e as disposições da matriz de riscos, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.
- 24.8. A Contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ou aditivo de prazo nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade na matriz de riscos.

- 24.9. Os casos omissos na matriz de riscos serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.
- 24.10. A referida matriz de riscos é parte integrante do contrato, pois tais obrigações são de resultado e devidamente delimitadas neste TR.

25. CONDIÇÕES GERAIS

- 25.1. Este Termo de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a CONTRATADA, independentemente de transcrições.

26. ANEXOS

- 26.1. São ainda, documentos integrantes deste Termo de Referência:
- Anexo I – Justificativas
 - Anexo II – Planilha Orçamentária e Escopo de Fornecimento (Especificações Técnicas)
 - Anexo III – Estudo Técnico Preliminar
 - Anexo IV – Matriz e Mapa de Riscos
 - Anexo V – Modelo de Planilha de Preços (Proposta)
 -

ANEXO I - JUSTIFICATIVAS

(Gravado em arquivo separado)

ANEXO II

**PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E ESCOPO DE
FORNECIMENTO (ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS)**

(Gravado em arquivo separado)

ANEXO III
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
(Gravado em arquivo separado)

ANEXO IV
MATRIZ DE RISCOS
(Gravado em arquivo separado)

ANEXO V

MODELOS DE PLANILHAS DE PREÇOS

(PROPOSTA DE PREÇOS)

(Gravado em arquivo separado)

ANEXO I - JUSTIFICATIVAS

Finalidade: Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade do objeto a ser adquirido, previstas no Termo de Referência e que aqui após relacionadas passam a integrar o TR.

Aprovação do Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar – ETP: O Termo de Referência e o Estudo Técnico Preliminar foram aprovados por ato da Diretora da Área de Irrigação e Operações, conforme documentos constantes no presente processo.

Justificativas:

Da necessidade da contratação:

A contratação permitirá o fornecimento de mudas frutíferas certificadas e livres de pragas e doenças, fator essencial para garantir a viabilidade técnica e econômica da fruticultura irrigada. Como benefícios diretos, destacam-se o aumento da produtividade, a redução de riscos de perdas e a melhoria da renda dos agricultores familiares. Indiretamente, a medida contribui para a segurança alimentar, a inclusão produtiva, o fortalecimento das cadeias agrícolas locais e a promoção do desenvolvimento regional sustentável.

A iniciativa está alinhada ao Plano Anual de Contratações 2025, aprovado pelo Conselho de Administração da Codevasf, e integra as ações do Projeto Irrigar para Desenvolver e dos Projetos Públicos de Irrigação, reforçando a estratégia institucional de fomentar a agricultura irrigada como vetor de desenvolvimento regional.

A contratação favorece a sustentabilidade ao disponibilizar mudas adaptadas ao zoneamento agrícola da região e compatíveis com os sistemas de irrigação em uso (aspersão, microaspersão e gotejamento), contribuindo para o uso racional da água, a redução de impactos ambientais e a eficiência dos recursos hídricos aplicados à produção agrícola.

A necessidade da contratação foi identificada a partir de diagnóstico realizado junto às comunidades agrícolas situadas na área de atuação da Codevasf nos estados de Alagoas, Bahia, Distrito Federal, Mato Grosso e Pernambuco, bem como de informações técnicas oriundas das instituições que trabalham na extensão rural, que evidenciam o peso dos custos das mudas de qualidade no custo de produção de culturas de grande expressão econômica.

Da escolha da solução mais adequada ao atendimento da necessidade:

A contratação ora planejada visa suprir a lacuna identificada, atendendo à demanda diagnosticada em consulta direta às comunidades agrícolas situadas na área de atuação da Codevasf nos estados Alagoas, Bahia, Distrito Federal, Mato Grosso e Pernambuco.

A solução proposta consiste na contratação, por sistema de registro de preços, do fornecimento, carga, transporte e descarga de mudas de plantas frutíferas certificadas.

O escopo da contratação inclui mudas com comprovada qualidade genética e fitossanitária, adaptadas ao zoneamento agrícola da região, compatíveis com os sistemas de irrigação

implantados (aspersão, microaspersão e gotejamento), o que possibilitará maior produtividade, consequentemente maior retorno econômico aos agricultores familiares beneficiados.

Essa solução busca consolidar o modelo dos projetos de agricultura irrigada, ao integrar o fornecimento de sistemas de irrigação com a disponibilização de insumos estratégicos – como as mudas de plantas frutíferas - promovendo a inclusão produtiva, a segurança alimentar e o fortalecimento das cadeias agrícolas locais. Além disso, contribui para o uso racional dos recursos hídricos, a sustentabilidade ambiental e o cumprimento da missão institucional da Codevasf de fomentar o desenvolvimento regional.

Do procedimento de pesquisa de preços realizado e dos critérios adotados para a seleção dos orçamentos formadores do valor estimado:

Para o levantamento de Preços de Mercado e obtenção da Planilha Orçamentária para o processo licitatório, foi adotada metodologia estabelecida na Norma de Pesquisa e Definição dos Preços de Referência para Licitações de Bens e Serviços nº 440.

Da adoção do Pregão Eletrônico:

Conforme art. 35, inciso II, § 1º, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC), o pregão deverá ser utilizado, de forma preferencial, para aquisição de bens e serviços comuns, inclusive de engenharia. Portanto, a modalidade de licitação definida para esta licitação é o Pregão Eletrônico, considerando que se trata de bens comuns (ou serviços comuns de engenharia). A finalidade é ampliar a competição, permitindo, assim, a obtenção de um melhor preço pela administração, com a possibilidade de lances e negociação direta pelo pregoeiro.

Ressalta-se que a técnica envolvida na execução do fornecimento (ou serviços) objeto desta licitação é conhecida no mercado, possibilitando, por isso, sua descrição de forma objetiva, conforme consta das Especificações Técnicas que integrarão o Edital e planilhas de quantidades e preços máximos, caracterizando, portanto, o objeto licitado como bens/serviços comuns.

O essencial para a eficácia da licitação é que o escopo de fornecimento (ou serviços) sejam bem definidos e especificados de forma precisa e suficiente para identificar o produto final a ser obtido. O Termo de Referência e Especificações Técnicas definem de forma criteriosa e objetiva o escopo do fornecimento (ou serviços) que serão contratados.

Da adoção do SRP (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS):

A adoção do Sistema de Registro de Preços, na modalidade Pregão Eletrônico, visa ampliar a eficiência nesta contratação, a competitividade entre os licitantes, assegurar o tratamento isonômico, buscar maior simplificação, celeridade, dar transparência e eficiência nos procedimentos para dispêndio de recursos públicos e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

Os bens objeto desta contratação se classificam como bens comuns para fins de Pregão Eletrônico, não havendo nenhuma complexidade que descaracterize os mesmos quanto a isso.

Além disso, justifica-se o uso da modalidade SRP considerando a imprevisibilidade do quantitativo a ser adquirido, do momento da celebração do contrato e dos recursos orçamentários que serão alocados para as referidas aquisições, conforme consta no art. 3º do decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.

Justifica-se o procedimento licitatório por Sistema de Registro de Preços devido à conveniência administrativa e as características dos bens, que será realizado com base em demandas apresentadas pelos governos dos estados, prefeituras, associações, cooperativas, entre outros, localizados na área de atuação das Superintendências Regionais, com execução parcial por produtos previamente especificados, havendo necessidade de contratações frequentes.

Entende-se ser possível a realização da licitação na modalidade Pregão, com Sistema de Registro de Preços, porque não há como prever, no momento, o quantitativo exato a ser adquirido, existindo assim a possibilidade de contratações parceladas, à medida que forem sendo apresentados novos pedidos dos insumos incluídos na presente licitação.

Da prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços:

Sim. Considerando o disposto no art. 15 do Decreto nº 11.462/2023, admite-se a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, por igual período, desde que comprovado o atendimento cumulativo dos requisitos legais: vantagem da prorrogação, manutenção das condições iniciais pactuadas e interesse público devidamente justificado. Dada a natureza estratégica e continuada da ação, voltada ao fortalecimento da capacidade institucional de fiscalização e supervisão contratos de implantação de sistemas de irrigação, bem como a possibilidade de surgimento de novas demandas ao longo do exercício subsequente, entende-se tecnicamente adequada a previsão de eventual prorrogação da ata de registro de preços. A prorrogação poderá abranger, além da extensão do prazo de vigência, a renovação do quantitativo originalmente registrado, de acordo com a necessidade da Administração e observados os limites legais. Tal medida assegura a continuidade dos serviços de apoio técnico, evita a descontinuidade de atividades essenciais e contribui para a otimização dos procedimentos administrativos e operacionais, em alinhamento às diretrizes de planejamento e gestão da Codevasf.

Da não instauração de procedimento de Intenção de Registro de Preços (dispensa de divulgação) e não permissão de participantes na licitação:

Deverá ser divulgada a Intenção de Registro de Preços. De acordo com o art. 9º do Decreto 11.462/2023, a divulgação da intenção de registro de preços será de, no mínimo, 08 (oito) dias úteis e será contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação da IRP.

Da admissão de adesão dos órgãos não participantes (carona):

Sim – A adesão a Atas de Registro de Preços promove a eficiência nas contratações públicas, pois, por serem mais céleres, facilitam o planejamento da gestão, promovem economicidade ao contratar pelo melhor preço e pouco custo. Além de otimizar a gestão, sem se afastar-se dos princípios da Administração Pública quais sejam: legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, economicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, pode ser ainda uma alternativa de contratação no caso de

necessidade de execução orçamentária, observando no caso em concreto a urgência na aquisição dos referidos bens. As adesões são ferramentas para otimizar o serviço público, no que diz respeito a eficiência e celeridade nas aquisições públicas.

A contratação de bens e serviços no âmbito do Poder Público depende de uma série de procedimentos custosos, lentos e burocráticos. Já um procedimento de adesão a uma licitação torna bem mais simples e célere uma contratação necessária e urgente pelos órgãos públicos, inclusive pelas Superintendências Regionais da Codevasf. Não obstante ser auto evidente a vantagem de uma adesão, esta se coloca como uma exceção ao dever de licitar.

Justificativa da adoção do valor estimado público:

Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

Critério de Julgamento:

O critério de julgamento será o menor preço, de acordo com o Art. 67 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf. O objetivo é buscar a proposta mais vantajosa para a administração, assegurando uma competição equitativa e transparente entre os licitantes.

Dos requisitos de aceitação das propostas:

Utilização do valor máximo aceitável:

Quando estabelecido em edital não se admite a contratação por valor superior ao definido, e neste caso, qualquer proposta superior deve ser desclassificada e, não pode ser alterado no decorrer do certame, conforme Acórdão nº 7.213/2015 TCU 2º Câmara.

Assim, estabelecido o preço máximo, esse já não serve como base para aceitar as propostas, mas como um verdadeiro limite de preços ofertados, não sendo aceito, em qualquer hipótese valor acima do previsto.

A definição do valor máximo aceitável em uma licitação é justificada para garantir o controle de gastos, a eficiência na utilização dos recursos públicos, a prevenção de propostas abusivas, a transparência e a imparcialidade, além de proteger o interesse público. Isso assegura que os contratos firmados estejam alinhados com os preços praticados no mercado e atendam às necessidades da administração pública de forma econômica e eficaz.

Dos requisitos de Qualificação Técnica (exigências habilitatórias indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações):

Os itens que compõem a Qualificação Técnica (Habilitação) do presente Termo de Referência foram selecionados conforme a complexidade dos itens a serem adquiridos, permitindo a

comprovação de fornecimentos de itens similares em quantitativo não inferior a 10%, conforme a legislação vigente, que estabelece que a exigência não deve ser superior a 50% das quantidades licitadas.

A escolha destes itens se justificam ser exigidos da licitante, pois estes itens irão demonstrar o quanto a empresa tem capacidade técnica para executar o fornecimento do objeto deste TR.

Da exigência ou não de apresentação de capital social mínimo:

A Administração pode estabelecer em edital exigências de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, até o limite 10% do valor estimado da contratação. A exigência de capital mínimo deve observar o valor estimado de cada grupo e não o valor global a ser contratado.

O capital social e o patrimônio líquido mínimo não são exigências obrigatórias, a que a Administração esteja vinculada. Ao revés, trata-se de decisão de cunho discricionário

“SÚMULA TCU 275: Para fins de qualificação econômico-financeira, a Administração pode exigir das licitantes, de forma não cumulativa, capital social mínimo, patrimônio líquido mínimo ou garantias que assegurem o adimplemento do contrato a ser celebrado, no caso de compras para entrega futura e de execução de obras e serviços.”

A previsão de capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo no edital de licitação é uma medida prudente e justificada pela necessidade de garantir a capacidade econômico-financeira das licitantes. Esta exigência, fundamentada na legislação vigente e em orientações do TCU, visa proteger os interesses da Administração, assegurando a execução eficiente e contínua dos contratos celebrados. Ao estabelecer tais critérios, a Administração exerce seu poder discricionário de forma responsável e transparente, promovendo a eficiência e a segurança nas contratações públicas.

Na presente licitação, foi adotada a exigência de capital social mínimo de 5%. Considerando que o objeto da licitação consiste na contratação de serviços de fornecimento de mudas de espécies frutíferas, verifica-se que o mercado fornecedor é composto, em sua grande maioria, por empresas de pequeno e médio porte, especializadas na produção de mudas. Essas empresas, embora possuam capacidade técnica comprovada e experiência no setor, frequentemente apresentam estrutura de capital social compatível com sua dimensão empresarial, o que pode dificultar o atendimento de exigências econômico-financeiras mais elevadas.

Dessa forma, a manutenção da exigência de capital social mínimo equivalente a 10% do valor total do grupo licitado pode restringir a participação de potenciais licitantes aptos à execução do objeto, reduzindo a competitividade do certame e, consequentemente, as possibilidades de obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Nesse contexto, a redução do capital social mínimo exigido para 5% do valor do item apresenta-se como medida adequada e proporcional, pois mantém um nível mínimo de garantia quanto à capacidade econômico-financeira das empresas participantes, ao mesmo tempo em que amplia o universo de potenciais concorrentes, permitindo a participação de empresas idôneas e tecnicamente qualificadas que atuam no setor.

A medida também se alinha aos princípios que regem as licitações públicas, especialmente os princípios da competitividade, da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa, previstos na

legislação aplicável, evitando a imposição de requisitos excessivamente restritivos que possam limitar a participação de interessados.

Assim, a redução do capital social mínimo de 10% para 5% do valor do item licitado mostra-se tecnicamente justificável e administrativamente recomendável, por contribuir para o aumento da competitividade do certame, sem comprometer a segurança da contratação, assegurando maior eficiência e economicidade ao processo licitatório.

Da não previsão de requisitos exigidos com vistas à sustentabilidade socioambiental da contratação:

Serão exigidos requisitos com vistas à sustentabilidade socioambiental da contratação, em conformidade com o Art. 144 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Da não exclusividade e/ou cota reservada para ME/EPP: microempresas e empresas de pequeno porte:

A opção pela não exclusividade e pela não destinação de cota reservada para microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP) na presente licitação para aquisição de mudas de espécies frutíferas fundamenta-se em razões de ordem técnica, econômica e de interesse público, em consonância com o disposto na Lei Complementar nº 123 e no Decreto nº 8.538.

Inicialmente, destaca-se que o objeto da contratação envolve o fornecimento de mudas em quantidade expressiva, com exigências específicas quanto à qualidade fitossanitária, padronização, logística de transporte e prazos de entrega, fatores que demandam capacidade técnica e operacional compatível com a complexidade do fornecimento. A restrição da participação ou a divisão do objeto em cotas poderia comprometer a uniformidade das mudas, dificultar o controle de qualidade e aumentar o risco de descontinuidade no fornecimento, prejudicando a execução das políticas públicas vinculadas ao objeto.

Ademais, a adoção de cota reservada ou exclusividade para ME/EPP, embora seja medida prevista na legislação, não possui caráter absoluto, podendo ser afastada quando demonstrada a sua inviabilidade ou prejuízo ao conjunto da contratação. No caso em tela, a segmentação do objeto poderia resultar em perda de economia de escala, elevação dos custos administrativos e contratuais, além de potenciais dificuldades na gestão e fiscalização de múltiplos contratos ou fornecedores.

Dessa forma, visando assegurar a ampla competitividade, a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e a adequada execução do objeto contratual, justifica-se a não adoção de exclusividade ou de cota reservada para ME/EPP, mantendo-se a participação aberta a todos os portes de empresas, sem prejuízo dos demais benefícios legais assegurados a essas entidades, quando aplicáveis.

Permissão para Participação de Consórcios:

Não: Por se tratar de fornecimento de materiais comuns, de baixa complexidade, a logística necessária para cumprimento do objeto não exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, não sendo consequentemente pertinente a formação de consórcios com intuito de

reforçar a capacidade técnica e financeira do licitante. As empresas isoladas podem perfeitamente conseguir preencher os requisitos necessários para tal.

Permissão para Participação de Sociedades Cooperativas:

Sim: Será permitida a participação de sociedades cooperativas, desde que atendam às exigências previstas no instrumento convocatório e demonstrem capacidade técnica e operacional compatível com o objeto da contratação.

A admissão de cooperativas mostra-se compatível com a natureza do objeto, considerando que o fornecimento de mudas poderá envolver produtores organizados de forma cooperativa, em consonância com o item 22.7 do Termo de Referência, que estabelece que a contratada deverá comprovar, por meio da Nota Fiscal de fornecimento, que as mudas foram produzidas por produtor/cooperado com inscrição regular no RENASEM.

Dessa forma, a participação de cooperativas contribui para a ampliação da competitividade do certame, observados os requisitos legais, técnicos e de regularidade exigidos para a adequada execução contratual.

Permissão para Subcontratação:

Não: Não será permitida subcontratação do fornecimento, parcial ou total, deste Termo de Referência, considerando que o objeto não envolve diversas especialidades que exigem empresas de ramos distintos, como também não se trata de metodologia de execução de alta complexidade.

A subcontratação não será permitida para assegurar:

- a. Controle de Qualidade e Conformidade Técnica: Garante que a empresa contratada, com a expertise exigida, mantenha os padrões de qualidade e siga as especificações técnicas sem desvios.
- b. Responsabilidade e Rastreabilidade: Centraliza a responsabilidade em uma única empresa, facilitando o monitoramento e a correção de não conformidades.
- c. Cumprimento dos Prazos: Evita atrasos ao assegurar o controle total sobre recursos e cronograma.

Dos critérios de reajustamento:

Os critérios de reajustamento garantem a estabilidade econômica do contrato ao longo do tempo. Os preços permanecem válidos por um ano após a proposta. Após esse período, os preços podem ser ajustados usando uma fórmula que considera a diferença entre o índice do mês do aniversário da proposta e o índice inicial.


Entre os reajustes, deve haver um intervalo mínimo de um ano. Se o índice de reajuste não estiver mais disponível, será escolhido um novo índice oficial ou determinado pela legislação. Esses critérios garantem a previsibilidade, transparência e adaptação do contrato às condições de mercado.

Garantia de Execução (caução):

A exigência de garantia de execução, correspondente a 5% do valor da ordem de serviço, é estipulada para garantir o cumprimento das obrigações contratuais e a liquidação de multas convencionais. Essa medida visa proteger os interesses de ambas as partes e assegurar a execução satisfatória dos serviços contratados. A contratada tem a opção de fornecer uma "Seguro Garantia" ou uma "Fiança Bancária", oferecendo flexibilidade na escolha da modalidade de garantia. É necessário para fins de emissão da Ordem de Serviço, que a empresa contratada tenha apresentado a Garantia de Execução do Contrato.

ANEXO II – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E ESCOPO DE FORNECIMENTO (ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS)

1. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

<div>  <div> Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional Companhia de desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba </div> </div>								
ITEM	NOME POPULAR - (Nome científico)	Variedade/ Cultivar	Características Mínimas	CATMAT	Unidade	Quantidade Máxima Anual	Preço	Preço Total
							Unitário	
1 - PERNAMBUCO	Banana (Musa spp.)	SCS451 Catarina (Prata Anã)	Muda certificada de Banana cultivar SCS451 Catarina (Prata Anã); produzida a partir de propagação in vitro; aclimatizada; diâmetro do pseudocaule com o mínimo de 1cm, medido a 5 cm a partir do coleto da planta; três folhas expandidas, no mínimo; presença de raízes ativas, com cor variando de branca a creme claro; comprimento de, no mínimo, 30cm; acondicionada em recipiente próprio para mudas com, no mínimo, 15cm de diâmetro e 25cm de altura; isenta de pragas e doenças; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	605603	Unidade	281.917	RS 7,67	RS 2.162.303,39
2 - PERNAMBUCO	Acerola (Malpighia emarginata DC.)	Sertaneja BRS 152	Muda certificada de Acerola cultivar Sertaneja BRS 152; produzida por estaquia; com comprimento, a partir do colo, entre 50 e 70 cm; ter haste única, ereta e perfeita; isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 12 meses, a partir da estaquia; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com, no mínimo, 6,5cm de diâmetro e 25cm de altura; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	611162	unidade	185.291	RS 31,95	RS 5.920.047,45

3 - PERNAMBUCO	Goiaba (Psidium guajava L.)	Paluma com porta- enxerto BRS Guaraçá (Psidium guajava L. x Psidium guineense Sw.)	Muda certificada de Goiaba cultivar Paluma com porta- enxerto BRS Guaraçá (Psidium guajava L. x Psidium guineense Sw.); com enxerto feito entre 10 e 15cm de altura, medidos a partir do colo da planta; apresentar diâmetro do enxerto o mínimo de 1cm, não apresentando diferença de mais de 0,5cm entre os diâmetros do enxerto e do porta-enxerto, medidos a 5cm do ponto de enxertia; com comprimento, a partir do colo, entre 40 e 50 cm; ter haste única, ereta e perfeita; isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 12 meses, contados a partir da semeadura do porta- enxerto; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com dimensões mínimas de 15cm de diâmetro e 25cm de altura; substrato não deverá conter solo; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; deverá ser comprovadamente isenta de nematóides do gênero Meloidogyne, mediante análise laboratorial; e com identificador unitário.	605600	unidade	63.395	R\$ 19,82	R\$ 1.256.488,90
4 - PERNAMBUCO	Manga (Mangifera indica L.)	Palmer com porta- enxerto IAC 101 Coquinho	Muda certificada de Manga cultivar Palmer com porta- enxerto IAC 101 Coquinho; com enxerto feito, no mínimo a 15cm de altura, medidos a partir do colo da planta; não apresentar diferença de mais de 1cm entre os diâmetros do enxerto e do porta-enxerto, medidos a 5cm do ponto de enxertia; com comprimento, a partir do colo, entre 50 e 70 cm; ter haste única, ereta e perfeita; isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 18 meses, contados a partir da semeadura do porta-enxerto; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com dimensões mínimas de 15cm de diâmetro	605604	unidade	7.739	R\$ 12,00	R\$ 92.868,00

			e 30cm de altura; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.					
5 - PERNAMBUCO	Manga (Mangifera indica L.)	Tommy Atkins com porta- enxerto IAC 101 Coquinho	Muda certificada de Manga cultivar Tommy Atkins com porta-enxerto IAC 101 Coquinho; com enxerto feito, no mínimo a 15cm de altura, medidos a partir do colo da planta; não apresentar diferença de mais de 1cm entre os diâmetros do enxerto e do porta-enxerto, medidos a 5cm do ponto de enxertia; com comprimento, a partir do colo, entre 50 e 70 cm; ter haste única, ereta e perfeita; isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 18 meses, contados a partir da sementeira do porta-enxerto; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com dimensões mínimas de 15cm de diâmetro e 30cm de altura; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	605604	unidade	7.739	R\$ 20,56	R\$ 159.113,84
6 - PERNAMBUCO	Lima ácida Tahiti (Citrus latifolia (Yu. Tanaka) Tanaka)	CPMF 01 ou CPMF 02 (Tahiti), com porta-enxerto Citrandarin 'San Diego' ou Citrandarin' Riverside'	Muda certificada de Lima cultivar CPMF 01 ou CPMF 02 (Tahiti), com porta-enxerto Citrandarin 'San Diego' ou Citrandarin' Riverside' ; com enxerto feito entre 10 e 20cm de altura, medidos a partir do colo do porta-enxerto; o enxerto e o porta-enxerto deverão constituir haste única e ereta, tolerando-se uma pequena curvatura logo acima do ponto de enxertia de, no máximo, 15°, e apresentar diferença menor ou igual a 0,5cm entre seus diâmetros, medidos a 5cm acima e abaixo do ponto de enxertia; tecido amadurecido; ramos íntegros, sem danos físicos; com comprimento, a partir do colo, entre 50 e 60 cm; diâmetro mínimo de 0,5 cm, 5 cm acima do ponto de enxertia; corte do porta-enxerto cicatrizado; estar isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 24 meses, contados a partir da sementeira do	611171	unidade	74.146	R\$ 20,50	R\$ 1.519.993,00

			porta-enxerto; sistema radicular bem desenvolvido, com raiz principal maior que 20cm, radículas ocupando todo ou quase todo o volume do substrato, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com dimensões mínimas de 10cm de diâmetro e 30cm de altura; substrato não deverá conter solo; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.					
7 - PERNAMBUCO	Abacaxi (Ananas comosus L.)	Pérola	Muda certificada de abacaxi, cultivar Pérola; produzida a partir de propagação in vitro ou secção do caule. Se, oriunda de propagação in vitro: deverá ser submetida à aclimatização; ter, na ocasião da comercialização, no mínimo 25cm de comprimento e 100g de peso; o material de propagação utilizado na propagação in vitro deverá ser retirado de gema apical ou lateral; e o número de subcultivos não poderá ser superior a 5. Se, oriunda de secção do caule, na ocasião da comercialização, deverão apresentar comprimento mínimo de 25cm; peso mínimo de 150g; idade máxima de 12 meses, contada a partir do plantio das secções do caule; e raízes eliminadas. Não deve apresentar sintomas de estresse hídrico e nutricional; isentas de pragas e doenças; e com identificador unitário.	627902	unidade	247.722	R\$ 3,42	R\$ 847.209,24
8 - PERNAMBUCO	Laranja (Citrus sinensis (L.) Osbeck)	Pera IAC com porta- enxerto limoeiro 'Cravo' (Citrus limonia Osbeck)	Muda certificada de Laranja cultivar Pera IAC com porta-enxerto limoeiro 'Cravo' (Citrus limonia Osbeck); com enxerto feito entre 10 e 20cm de altura, medidos a partir do colo do porta-enxerto; o enxerto e o porta-enxerto deverão constituir haste única e ereta, tolerando-se uma pequena curvatura logo acima do ponto de enxertia de, no máximo, 15°, e apresentar diferença menor ou igual a 0,5cm entre seus diâmetros, medidos a 5cm acima e abaixo do ponto de enxertia; tecido amadurecido;	611158	unidade	74416	R\$ 26,76	R\$ 1.991.372,16

			ramos íntegros, sem danos físicos; com comprimento, a partir do colo, entre 50 e 60 cm; diâmetro mínimo de 0,5 cm, 5 cm acima do ponto de enxertia; corte do porta-enxerto cicatrizado; estar isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 18 meses, contados a partir da sementeira do porta-enxerto; sistema radicular bem desenvolvido, com raiz principal maior que 20cm, radículas ocupando todo ou quase todo o volume do substrato, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com dimensões mínimas de 10cm de diâmetro e 30cm de altura; substrato não deverá conter solo; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.					
9 - PERNANBUCO	Açaí (Euterpe oleracea Mart.)	BRS Pai D'égua	Muda certificada de Açaí cultivar BRS Pai D'égua; apresentando 5 folhas completamente expandidas; com altura total entre 50cm e 75cm, medidos da superfície do substrato à ponta da 5ª folha; apresentar diâmetro do caule superior a 14mm, medidos a 1cm da superfície do substrato; a idade não deverá ultrapassar 18 meses, a partir da repicagem da semente pré-germinada; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com, no mínimo, 11cm de diâmetro e 25cm de altura; isenta de pragas e doenças; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	627901	unidade	33.167	RS 28,62	RS 949.239,54
10 - PERNAMBUCO	Maracujá (Passiflora foetida L.)	UFERSA BRSRM 153	Muda certificada de Maracujá cultivar UFERSA BRSRM 153; oriunda da sementeira de sementes; com altura total entre 15cm e 30cm, medidos a partir do colo; a idade não deverá ultrapassar 70 dias, a partir da sementeira; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas;	627896	unidade	33.167	RS 11,78	RS 390.707,26

			acondicionada em recipiente próprio para mudas com, no mínimo, 10cm de diâmetro e 20cm de altura; substrato não deverá conter solo; isenta de pragas e doenças; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.					
11 - DISTRITO FEDERAL	Banana (Musa spp.)	SCS451 Catarina (Prata Anã)	Muda certificada de Banana cultivar SCS451 Catarina (Prata Anã); produzida a partir de propagação in vitro; aclimatizada; diâmetro do pseudocaule com o mínimo de 1cm, medido a 5 cm a partir do coleto da planta; três folhas expandidas, no mínimo; presença de raízes ativas, com cor variando de branca a creme claro; comprimento de, no mínimo, 30cm; acondicionada em recipiente próprio para mudas com, no mínimo, 15cm de diâmetro e 25cm de altura; isenta de pragas e doenças; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	605603	Unidade	281.917	R\$ 7,44	R\$ 2.097.462,48
12 - DISTRITO FEDERAL	Acerola (Malpighia emarginata DC.)	Sertaneja BRS 152	Muda certificada de Acerola cultivar Sertaneja BRS 152; produzida por estaquia; com comprimento, a partir do colo, entre 50 e 70 cm; ter haste única, ereta e perfeita; isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 12 meses, a partir da estaquia; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com, no mínimo, 6,5cm de diâmetro e 25cm de altura; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	611162	unidade	185.291	R\$ 30,14	R\$ 5.584.670,74
13 - DISTRITO FEDERAL	Goiaba (Psidium guajava L.)	Paluma com porta-enxerto BRS Guaraçá (Psidium guajava L. x Psidium guineense Sw.)	Muda certificada de Goiaba cultivar Paluma com porta-enxerto BRS Guaraçá (Psidium guajava L. x Psidium guineense Sw.); com enxerto feito entre 10 e 15cm de altura, medidos a partir do colo da planta; apresentar diâmetro do enxerto o mínimo de 1cm, não apresentando diferença de mais de 0,5cm entre os diâmetros do enxerto e do porta-enxerto,	605600	unidade	63.395	R\$ 23,03	R\$ 1.459.986,85

			medidos a 5cm do ponto de enxertia; com comprimento, a partir do colo, entre 40 e 50 cm; ter haste única, ereta e perfeita; isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 12 meses, contados a partir da semeadura do porta-enxerto; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com dimensões mínimas de 15cm de diâmetro e 25cm de altura; substrato não deverá conter solo; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; deverá ser comprovadamente isenta de nematóides do gênero Meloidogyne, mediante análise laboratorial; e com identificador unitário.					
14 - DISTRITO FEDERAL	Manga (Mangifera indica L.)	Palmer com porta-enxerto IAC 101 Coquinho	Muda certificada de Manga cultivar Palmer com porta-enxerto IAC 101 Coquinho; com enxerto feito, no mínimo a 15cm de altura, medidos a partir do colo da planta; não apresentar diferença de mais de 1cm entre os diâmetros do enxerto e do porta-enxerto, medidos a 5cm do ponto de enxertia; com comprimento, a partir do colo, entre 50 e 70 cm; ter haste única, ereta e perfeita; isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 18 meses, contados a partir da semeadura do porta-enxerto; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com dimensões mínimas de 15cm de diâmetro e 30cm de altura; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	605604	unidade	15.478	RS 20,62	RS 319.156,36

15 - DISTRITO FEDERAL	Lima ácida Tahiti (Citrus latifolia (Yu. Tanaka) Tanaka)	CPMF 01 ou CPMF 02 (Tahiti), com porta- enxerto Citrandarin 'San Diego' ou Citrandarin' Riverside'	Muda certificada de Lima cultivar CPMF 01 ou CPMF 02 (Tahiti), com porta- enxerto Citrandarin 'San Diego' ou Citrandarin'Riverside' ; com enxerto feito entre 10 e 20cm de altura, medidos a partir do colo do porta- enxerto; o enxerto e o porta-enxerto deverão constituir haste única e ereta, tolerando-se uma pequena curvatura logo acima do ponto de enxertia de, no máximo, 15°, e apresentar diferença menor ou igual a 0,5cm entre seus diâmetros, medidos a 5cm acima e abaixo do ponto de enxertia; tecido amadurecido; ramos íntegros, sem danos físicos; com comprimento, a partir do colo, entre 50 e 60 cm; diâmetro mínimo de 0,5 cm, 5 cm acima do ponto de enxertia; corte do porta-enxerto cicatrizado; estar isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 24 meses, contados a partir da semeadura do porta-enxerto; sistema radicular bem desenvolvido, com raiz principal maior que 20cm, radículas ocupando todo ou quase todo o volume do substrato, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com dimensões mínimas de 10cm de diâmetro e 30cm de altura; substrato não deverá conter solo; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	611171	unidade	74.146	R\$ 21,00	R\$ 1.557.066,00
16 - DISTRITO FEDERAL	Abacaxi (Ananas comosus L.)	Pérola	Muda certificada de abacaxi, cultivar Pérola; produzida a partir de propagação in vitro ou secção do caule. Se, oriunda de propagação in vitro: deverá ser submetida à aclimatização; ter, na ocasião da comercialização, no mínimo 25cm de comprimento e 100g de peso; o material de propagação utilizado na propagação in vitro deverá ser retirado de gema apical ou lateral; e o número de subcultivos não poderá ser superior a 5. Se, oriunda de secção do caule, na ocasião da comercialização, deverão apresentar	627902	unidade	247.722	R\$ 3,42	R\$ 847.209,24

			comprimento mínimo de 25cm; peso mínimo de 150g; idade máxima de 12 meses, contada a partir do plantio das secções do caule; e raízes eliminadas. Não deve apresentar sintomas de estresse hídrico e nutricional; isentas de pragas e doenças; e com identificador unitário.					
17 - DISTRITO FEDERAL	Laranja (Citrus sinensis (L.) Osbeck)	Pera IAC com porta-enxerto limoeiro 'Cravo' (Citrus limonia Osbeck)	Muda certificada de Laranja cultivar Pera IAC com porta-enxerto limoeiro 'Cravo' (Citrus limonia Osbeck); com enxerto feito entre 10 e 20cm de altura, medidos a partir do colo do porta-enxerto; o enxerto e o porta-enxerto deverão constituir haste única e ereta, tolerando-se uma pequena curvatura logo acima do ponto de enxertia de, no máximo, 15°, e apresentar diferença menor ou igual a 0,5cm entre seus diâmetros, medidos a 5cm acima e abaixo do ponto de enxertia; tecido amadurecido; ramos íntegros, sem danos físicos; com comprimento, a partir do colo, entre 50 e 60 cm; diâmetro mínimo de 0,5 cm, 5 cm acima do ponto de enxertia; corte do porta-enxerto cicatrizado; estar isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 18 meses, contados a partir da semeadura do porta-enxerto; sistema radicular bem desenvolvido, com raiz principal maior que 20cm, radículas ocupando todo ou quase todo o volume do substrato, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com dimensões mínimas de 10cm de diâmetro e 30cm de altura; substrato não deverá conter solo; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	611158	unidade	74416	R\$ 21,00	R\$ 1.562.736,00
18 - DISTRITO FEDERAL	Açaí (Euterpe oleracea Mart.)	BRS Pai D'égua	Muda certificada de Açaí cultivar BRS Pai Dégua; apresentando 5 folhas completamente expandidas; com altura total entre 50cm e 75cm, medidos da superfície do substrato à ponta da 5ª folha; apresentar diâmetro do caule superior a 14mm, medidos a 1cm	627901	unidade	33.167	R\$ 20,03	R\$ 664.335,01

			da superfície do substrato; a idade não deverá ultrapassar 18 meses, a partir da repicagem da semente pré-germinada; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com, no mínimo, 11cm de diâmetro e 25cm de altura; isenta de pragas e doenças; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.					
19 - DISTRITO FEDERAL	Maracujá (Passiflora foetida L.)	UFERSA BRSRM 153	Muda certificada de Maracujá cultivar UFERSA BRSRM 153; oriunda da sementeira de sementes; com altura total entre 15cm e 30cm, medidos a partir do colo; a idade não deverá ultrapassar 70 dias, a partir da sementeira; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com, no mínimo, 10cm de diâmetro e 20cm de altura; substrato não deverá conter solo; isenta de pragas e doenças; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	627896	unidade	33.167	R\$ 11,49	R\$ 381.088,83
20 -MATO GROSSO	Banana (Musa spp.)	SCS451 Catarina (Prata Anã)	Muda certificada de Banana cultivar SCS451 Catarina (Prata Anã); produzida a partir de propagação in vitro; aclimatizada; diâmetro do pseudocaule com o mínimo de 1cm, medido a 5 cm a partir do coleto da planta; três folhas expandidas, no mínimo; presença de raízes ativas, com cor variando de branca a creme claro; comprimento de, no mínimo, 30cm; acondicionada em recipiente próprio para mudas com, no mínimo, 15cm de diâmetro e 25cm de altura; isenta de pragas e doenças; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	605603	Unidade	281.917	R\$ 7,11	R\$ 2.004.429,87

21 - MATO GROSSO	Acerola (Malpighia emarginata DC.)	Sertaneja BRS 152	Muda certificada de Acerola cultivar Sertaneja BRS 152; produzida por estaquia; com comprimento, a partir do colo, entre 50 e 70 cm; ter haste única, ereta e perfeita; isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 12 meses, a partir da estaquia; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com, no mínimo, 6,5cm de diâmetro e 25cm de altura; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	611162	unidade	185.291	R\$ 38,86	R\$ 7.200.408,26
22 - MATO GROSSO	Goiaba (Psidium guajava L.)	Paluma com porta-enxerto BRS Guaraçá (Psidium guajava L. x Psidium guineense Sw.)	Muda certificada de Goiaba cultivar Paluma com porta-enxerto BRS Guaraçá (Psidium guajava L. x Psidium guineense Sw.); com enxerto feito entre 10 e 15cm de altura, medidos a partir do colo da planta; apresentar diâmetro do enxerto o mínimo de 1cm, não apresentando diferença de mais de 0,5cm entre os diâmetros do enxerto e do porta-enxerto, medidos a 5cm do ponto de enxertia; com comprimento, a partir do colo, entre 40 e 50 cm; ter haste única, ereta e perfeita; isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 12 meses, contados a partir da semeadura do porta-enxerto; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com dimensões mínimas de 15cm de diâmetro e 25cm de altura; substrato não deverá conter solo; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; deverá ser comprovadamente isenta de nematoides do gênero Meloidogyne, mediante análise laboratorial; e com identificador unitário.	605600	unidade	63.395	R\$ 16,15	R\$ 1.023.829,25

23 - MATO GROSSO	Manga (Mangifera indica L.)	Palmer com porta-enxerto IAC 101 Coquinho	Muda certificada de Manga cultivar Palmer com porta-enxerto IAC 101 Coquinho; com enxerto feito, no mínimo a 15cm de altura, medidos a partir do colo da planta; não apresentar diferença de mais de 1cm entre os diâmetros do enxerto e do porta-enxerto, medidos a 5cm do ponto de enxertia; com comprimento, a partir do colo, entre 50 e 70 cm; ter haste única, ereta e perfeita; isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 18 meses, contados a partir da semeadura do porta-enxerto; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com dimensões mínimas de 15cm de diâmetro e 30cm de altura; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	605604	unidade	46.888	RS 20,62	RS 966.830,56
24 - MATO GROSSO	Lima ácida Tahiti (Citrus latifolia (Yu. Tanaka)	CPMF 01 ou CPMF 02 (Tahiti), com porta-enxerto Citrandarin 'San Diego' ou Citrandarin' Riverside'	Muda certificada de Lima cultivar CPMF 01 ou CPMF 02 (Tahiti), com porta-enxerto Citrandarin 'San Diego' ou Citrandarin' Riverside' ; com enxerto feito entre 10 e 20cm de altura, medidos a partir do colo do porta-enxerto; o enxerto e o porta-enxerto deverão constituir haste única e ereta, tolerando-se uma pequena curvatura logo acima do ponto de enxertia de, no máximo, 15°, e apresentar diferença menor ou igual a 0,5cm entre seus diâmetros, medidos a 5cm acima e abaixo do ponto de enxertia; tecido amadurecido; ramos íntegros, sem danos físicos; com comprimento, a partir do colo, entre 50 e 60 cm; diâmetro mínimo de 0,5 cm, 5 cm acima do ponto de enxertia; corte do porta-enxerto cicatrizado; estar isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 24 meses, contados a partir da semeadura do porta-enxerto; sistema radicular bem desenvolvido, com raiz principal maior que 20cm, radículas ocupando todo ou quase todo o volume	611171	unidade	74.146	RS 20,00	RS 1.482.920,00

			do substrato, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com dimensões mínimas de 10cm de diâmetro e 30cm de altura; substrato não deverá conter solo; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.					
25 - MATO GROSSO	Abacaxi (Ananas comosus L.)	Pérola	Muda certificada de abacaxi, cultivar Pérola; produzida a partir de propagação in vitro ou secção do caule. Se, oriunda de propagação in vitro; deverá ser submetida à aclimatização; ter, na ocasião da comercialização, no mínimo 25cm de comprimento e 100g de peso; o material de propagação utilizado na propagação in vitro deverá ser retirado de gema apical ou lateral; e o número de subcultivos não poderá ser superior a 5. Se, oriunda de secção do caule, na ocasião da comercialização, deverão apresentar comprimento mínimo de 25cm; peso mínimo de 150g; idade máxima de 12 meses, contada a partir do plantio das secções do caule; e raízes eliminadas. Não deve apresentar sintomas de estresse hídrico e nutricional; isentas de pragas e doenças; e com identificador unitário.	627902	unidade	247.722	R\$ 3,42	R\$ 847.209,24
26 - MATO GROSSO	Laranja (Citrus sinensis (L.) Osbeck)	Pera IAC com porta-enxerto limoeiro 'Cravo' (Citrus limonia Osbeck)	Muda certificada de Laranja cultivar Pera IAC com porta-enxerto limoeiro 'Cravo' (Citrus limonia Osbeck); com enxerto feito entre 10 e 20cm de altura, medidos a partir do colo do porta-enxerto; o enxerto e o porta-enxerto deverão constituir haste única e ereta, tolerando-se uma pequena curvatura logo acima do ponto de enxertia de, no máximo, 15°, e apresentar diferença menor ou igual a 0,5cm entre seus diâmetros, medidos a 5cm acima e abaixo do ponto de enxertia; tecido amadurecido; ramos íntegros, sem danos físicos; com comprimento, a partir do colo, entre 50 e 60 cm; diâmetro mínimo de 0,5 cm, 5 cm acima do ponto de enxertia;	611158	unidade	74416	R\$ 33,14	R\$ 2.466.146,24

			corte do porta-enxerto cicatrizado; estar isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 18 meses, contados a partir da semeadura do porta-enxerto; sistema radicular bem desenvolvido, com raiz principal maior que 20cm, radículas ocupando todo ou quase todo o volume do substrato, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com dimensões mínimas de 10cm de diâmetro e 30cm de altura; substrato não deverá conter solo; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.					
27 - MATO GROSSO	Açaí (Euterpe oleracea Mart.)	BRS Pai D'égua	Muda certificada de Açaí cultivar BRS Pai Dégua; apresentando 5 folhas completamente expandidas; com altura total entre 50cm e 75cm, medidos da superfície do substrato à ponta da 5ª folha; apresentar diâmetro do caule superior a 14mm, medidos a 1cm da superfície do substrato; a idade não deverá ultrapassar 18 meses, a partir da repicagem da semente pré-germinada; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com, no mínimo, 11cm de diâmetro e 25cm de altura; isenta de pragas e doenças; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	627901	unidade	33.167	R\$ 25,37	R\$ 841.446,79
28 - MATO GROSSO	Maracujá (Passiflora foetida L.)	UFERSA BRSRM 153	Muda certificada de Maracujá cultivar UFERSA BRSRM 153; oriunda da semeadura de sementes; com altura total entre 15cm e 30cm, medidos a partir do colo; a idade não deverá ultrapassar 70 dias, a partir da semeadura; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com, no mínimo, 10cm de diâmetro e 20cm de altura; substrato não deverá conter solo;	627896	unidade	33.167	R\$ 12,73	R\$ 422.215,91

			isenta de pragas e doenças; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.					
29 - ALAGOAS	Banana (Musa spp.)	SCS451 Catarina (Prata Anã)	Muda certificada de Banana cultivar SCS451 Catarina (Prata Anã); produzida a partir de propagação in vitro; aclimatizada; diâmetro do pseudocaule com o mínimo de 1cm, medido a 5 cm a partir do coleto da planta; três folhas expandidas, no mínimo; presença de raízes ativas, com cor variando de branca a creme claro; comprimento de, no mínimo, 30cm; acondicionada em recipiente próprio para mudas com, no mínimo, 15cm de diâmetro e 25cm de altura; isenta de pragas e doenças; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	605603	Unidade	281.917	R\$ 7,11	R\$ 2.004.429,87
30 - ALAGOAS	Acerola (Malpighia emarginata DC.)	Sertaneja BRS 152	Muda certificada de Acerola cultivar Sertaneja BRS 152; produzida por estaquia; com comprimento, a partir do colo, entre 50 e 70 cm; ter haste única, ereta e perfeita; isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 12 meses, a partir da estaquia; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com, no mínimo, 6,5cm de diâmetro e 25cm de altura; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	611162	unidade	185.291	R\$ 31,53	R\$ 5.842.225,23
31 - ALAGOAS	Goiaba (Psidium guajava L.)	Paluma com porta-enxerto BRS Guaraçá (Psidium guajava L. x Psidium guineense Sw.)	Muda certificada de Goiaba cultivar Paluma com porta-enxerto BRS Guaraçá (Psidium guajava L. x Psidium guineense Sw.); com enxerto feito entre 10 e 15cm de altura, medidos a partir do colo da planta; apresentar diâmetro do enxerto o mínimo de 1cm, não apresentando diferença de mais de 0,5cm entre os diâmetros do enxerto e do porta-enxerto, medidos a 5cm do ponto de enxertia; com comprimento, a partir do colo, entre 40 e 50 cm; ter haste única, ereta e perfeita; isenta	605600	unidade	63.395	R\$ 23,66	R\$ 1.499.925,70

			de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 12 meses, contados a partir da semeadura do porta-enxerto; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com dimensões mínimas de 15cm de diâmetro e 25cm de altura; substrato não deverá conter solo; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; deverá ser comprovadamente isenta de nematóides do gênero Meloidogyne, mediante análise laboratorial; e com identificador unitário.					
32 - ALAGOAS	Manga (Mangifera indica L.)	Palmer com porta-enxerto IAC 101 Coquinho	Muda certificada de Manga cultivar Palmer com porta-enxerto IAC 101 Coquinho; com enxerto feito, no mínimo a 15cm de altura, medidos a partir do colo da planta; não apresentar diferença de mais de 1cm entre os diâmetros do enxerto e do porta-enxerto, medidos a 5cm do ponto de enxertia; com comprimento, a partir do colo, entre 50 e 70 cm; ter haste única, ereta e perfeita; isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 18 meses, contados a partir da semeadura do porta-enxerto; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com dimensões mínimas de 15cm de diâmetro e 30cm de altura; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	605604	unidade	15.478	RS 20,31	RS 314.358,18
33 - ALAGOAS	Lima ácida Tahiti (Citrus latifolia (Yu. Tanaka) Tanaka)	CPMF 01 ou CPMF 02 (Tahiti), com porta-enxerto Citrandarin 'San Diego' ou Citrandarin' Riverside'	Muda certificada de Lima cultivar CPMF 01 ou CPMF 02 (Tahiti), com porta-enxerto Citrandarin 'San Diego' ou Citrandarin' Riverside'; com enxerto feito entre 10 e 20cm de altura, medidos a partir do colo do porta-enxerto; o enxerto e o porta-enxerto deverão constituir haste única e ereta, tolerando-se uma pequena curvatura logo acima do ponto de enxertia	611171	unidade	74.146	RS 20,11	RS 1.491.076,06

			de, no máximo, 15°, e apresentar diferença menor ou igual a 0,5cm entre seus diâmetros, medidos a 5cm acima e abaixo do ponto de enxertia; tecido amadurecido; ramos íntegros, sem danos físicos; com comprimento, a partir do colo, entre 50 e 60 cm; diâmetro mínimo de 0,5 cm, 5 cm acima do ponto de enxertia; corte do porta-enxerto cicatrizado; estar isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 24 meses, contados a partir da sementeira do porta-enxerto; sistema radicular bem desenvolvido, com raiz principal maior que 20cm, radículas ocupando todo ou quase todo o volume do substrato, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com dimensões mínimas de 10cm de diâmetro e 30cm de altura; substrato não deverá conter solo; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.					
34 - ALAGOAS	Abacaxi (Ananas comosus L.)	Pérola	Muda certificada de abacaxi, cultivar Pérola; produzida a partir de propagação in vitro ou secção do caule. Se, oriunda de propagação in vitro: deverá ser submetida à aclimatização; ter, na ocasião da comercialização, no mínimo 25cm de comprimento e 100g de peso; o material de propagação utilizado na propagação in vitro deverá ser retirado de gema apical ou lateral; e o número de subcultivos não poderá ser superior a 5. Se, oriunda de secção do caule, na ocasião da comercialização, deverão apresentar comprimento mínimo de 25cm; peso mínimo de 150g; idade máxima de 12 meses, contada a partir do plantio das secções do caule; e raízes eliminadas. Não deve apresentar sintomas de estresse hídrico e nutricional; isentas de pragas e doenças; e com identificador unitário.	627902	unidade	247.722	R\$ 3,42	R\$ 847.209,24

35 - ALAGOAS	Laranja (Citrus sinensis (L.) Osbeck)	Pera IAC com porta-enxerto limoeiro 'Cravo' (Citrus limonia Osbeck)	Muda certificada de Laranja cultivar Pera IAC com porta-enxerto limoeiro 'Cravo' (Citrus limonia Osbeck); com enxerto feito entre 10 e 20cm de altura, medidos a partir do colo do porta-enxerto; o enxerto e o porta-enxerto deverão constituir haste única e ereta, tolerando-se uma pequena curvatura logo acima do ponto de enxertia de, no máximo, 15°, e apresentar diferença menor ou igual a 0,5cm entre seus diâmetros, medidos a 5cm acima e abaixo do ponto de enxertia; tecido amadurecido; ramos íntegros, sem danos físicos; com comprimento, a partir do colo, entre 50 e 60 cm; diâmetro mínimo de 0,5 cm, 5 cm acima do ponto de enxertia; corte do porta-enxerto cicatrizado; estar isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 18 meses, contados a partir da semeadura do porta-enxerto; sistema radicular bem desenvolvido, com raiz principal maior que 20cm, radículas ocupando todo ou quase todo o volume do substrato, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com dimensões mínimas de 10cm de diâmetro e 30cm de altura; substrato não deverá conter solo; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	611158	unidade	74416	R\$ 22,49	R\$ 1.673.615,84
36 - ALAGOAS	Açaí (Euterpe oleracea Mart.)	BRS Pai D'égua	Muda certificada de Açaí cultivar BRS Pai Dégua; apresentando 5 folhas completamente expandidas; com altura total entre 50cm e 75cm, medidos da superfície do substrato à ponta da 5ª folha; apresentar diâmetro do caule superior a 14mm, medidos a 1cm da superfície do substrato; a idade não deverá ultrapassar 18 meses, a partir da repicagem da semente pré-germinada; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com, no mínimo, 11cm de	627901	unidade	33.167	R\$ 28,37	R\$ 940.947,79

			diâmetro e 25cm de altura; isenta de pragas e doenças; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.					
37 - ALAGOAS	Maracujá (Passiflora foetida L.)	UFERSA BRSRM 153	Muda certificada de Maracujá cultivar UFERSA BRSRM 153; oriunda da sementeira de sementes; com altura total entre 15cm e 30cm, medidos a partir do colo; a idade não deverá ultrapassar 70 dias, a partir da sementeira; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com, no mínimo, 10cm de diâmetro e 20cm de altura; substrato não deverá conter solo; isenta de pragas e doenças; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	627896	unidade	33.167	R\$ 13,98	R\$ 463.674,66
38-ALAGOAS	Manga (Mangifera indica L.)	Tommy Atkins com porta-enxerto IAC 101 Coquinho	Muda certificada de Manga cultivar Tommy Atkins com porta-enxerto IAC 101 Coquinho; com enxerto feito, no mínimo a 15cm de altura, medidos a partir do colo da planta; não apresentar diferença de mais de 1cm entre os diâmetros do enxerto e do porta-enxerto, medidos a 5cm do ponto de enxertia; com comprimento, a partir do colo, entre 50 e 70 cm; ter haste única, ereta e perfeita; isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 18 meses, contados a partir da sementeira do porta-enxerto; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com dimensões mínimas de 15cm de diâmetro e 30cm de altura; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	605604	unidade	7.739	R\$ 20,56	R\$ 159.113,84

39 - BAHIA	Cacau (<i>Theobroma cacao</i> L.)	PS1319 ou CCN51 ou CC03	Muda certificada de Cacau; com enxerto feito acima de 15cm de altura, medidos a partir do colo da planta; apresentar 6 folhas totalmente expandidas; com comprimento, a partir do colo do porta-enxerto até a ponta da 6ª folha, entre 30 e 60 cm; deverá ter haste única, ereta e perfeita; isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 18 meses, contados a partir da semeadura do porta-enxerto; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com, no mínimo, 15cm de diâmetro e 30cm de altura; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	627900	unidade	27.778	R\$ 23,53	R\$ 653.616,34
40 - BAHIA	Cacau (<i>Theobroma cacao</i> L.)	CEPEC2204 com porta-enxerto CEPEC 2002 ou CEPEC2176 com porta-enxerto CEPEC 2002	Muda certificada de Cacau; com enxerto feito acima de 15cm de altura, medidos a partir do colo da planta; apresentar 6 folhas totalmente expandidas; com comprimento, a partir do colo do porta-enxerto até a ponta da 6ª folha, entre 30 e 60 cm; deverá ter haste única, ereta e perfeita; isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 18 meses, contados a partir da semeadura do porta-enxerto; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com, no mínimo, 15cm de diâmetro e 30cm de altura; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	627900	unidade	27.778	R\$ 23,53	R\$ 653.616,34
41 - BAHIA	Açaí (<i>Euterpe oleracea</i> Mart.)	BRS Pai D'égua	Muda certificada de Açaí; apresentando 5 folhas completamente expandidas; com altura total entre 50cm e 75cm, medidos da superfície do substrato à ponta da 5ª folha; apresentar diâmetro do caule superior a 14mm, medidos a 1cm da superfície do substrato; a idade não deverá ultrapassar 18 meses, a partir da repicagem da semente pré-germinada; sistema radicular bem desenvolvido, sem	627901	unidade	33.334	R\$ 20,03	R\$ 667.680,02

			raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com, no mínimo, 11cm de diâmetro e 25cm de altura; isenta de pragas e doenças; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.					
42 - BAHIA	Mamão (Carica papaya L.)	FORMOSA	Muda certificada de Mamão cultivar Formosa; embalada individualmente; apresentando 2 a 4 pares de folhas definitivas; com altura total entre 15cm e 30cm, medidos a partir do colo; a idade não deverá ultrapassar 6 meses, a partir da semeadura; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com, no mínimo, 15cm de diâmetro e 25cm de altura; isenta de pragas e doenças; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	627897	unidade	31.371	R\$ 7,83	R\$ 245.634,93
43 - BAHIA	Laranja (Citrus sinensis (L.) Osbeck)	Pera IAC com porta-enxerto limoeiro 'Cravo' (Citrus limonia Osbeck)	Muda certificada de Laranja; com enxerto feito entre 10 e 20cm de altura, medidos a partir do colo do porta-enxerto; o enxerto e o porta-enxerto deverão constituir haste única e ereta, tolerando-se uma pequena curvatura logo acima do ponto de enxertia de, no máximo, 15°, e apresentar diferença menor ou igual a 0,5cm entre seus diâmetros, medidos a 5cm acima e abaixo do ponto de enxertia; tecido amadurecido; ramos íntegros, sem danos físicos; com comprimento, a partir do colo, entre 50 e 60 cm; diâmetro mínimo de 0,5 cm, 5 cm acima do ponto de enxertia; corte do porta-enxerto cicatrizado; estar isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 18 meses, contados a partir da semeadura do porta-enxerto; sistema radicular bem desenvolvido, com raiz principal maior que 20cm, radículas ocupando todo ou quase todo o volume do substrato, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas;	611158	Unidade	72.600	R\$ 20,00	R\$ 1.452.000,00

			acondicionada em recipiente próprio para mudas com dimensões mínimas de 10cm de diâmetro e 30cm de altura; substrato não deverá conter solo; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.					
TOTAL								R\$ 65.927.614,45

2. ESCOPO DO FORNECIMENTO (ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS)

1. As especificações técnicas referente aos itens a serem fornecidos consta na Planilha Orçamentária, que deverão ser observadas criteriosamente pelos licitantes.
2. As mudas poderão ser oriundas de todo o território nacional, desde que atendam às exigências técnicas e fitossanitárias dos órgãos de controle.
3. A descarga das mudas no local de entrega é de inteira responsabilidade do licitante, e a CODEVASF não fornecerá pessoal nem os equipamentos necessários para o manuseio.
4. O meio de transporte e o acondicionamento do(s) itens objeto deste TR devem ocorrer em padrões de qualidade que assegurem sua integridade, devendo-se evitar a sobreposição de materiais para que não haja danos físicos às mudas.
5. Recomenda-se que o transporte dos materiais seja realizado preferencialmente em horários com temperaturas amenas, e que durante as paradas, o veículo que esteja realizando o transporte estacione em ambiente sombreado, a fim de evitar o aquecimento do veículo, causando possíveis danos físicos e fisiológicos às mudas.
6. O veículo e o motorista a serem designados para o transporte das mudas deverão estar em conformidade com as normas de trafegabilidade nas vias, a fim de evitar transtornos e atrasos na entrega, bem como evitar à exposição dos materiais vegetais às condições que afete os processos fisiológicos.
7. Todo transporte das mudas deverá atender aos padrões de identidade e qualidade estabelecidos na Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, do Decreto nº 10.586, de 18 de dezembro de 2020, além dos requisitos constantes à Instrução Normativa MAPA nº 28, de 24 de agosto de 2016, atendendo a legislação fitossanitária.
8. Além do disposto, nos casos de mudas obtidas por meio de cultura de tecidos de plantas deverão estar identificadas e acompanhadas da respectiva nota fiscal, e de cópia do Atestado de Origem Genética ou do Certificado de Mudas e de Outras Estruturas de Propagação produzida por meio de cultura de tecidos de plantas, conforme Anexo VI da

Instrução Normativa MAPA nº 22, de 27 de agosto de 2012, ou do Termo de Conformidade de Mudanças e de Outras Estruturas de Propagação produzidas por meio de cultura de tecidos de plantas, conforme o Anexo VII da IN MAPA nº 22, de 27 de agosto de 2012.

9. As mudas de frutíferas a serem fornecidas pela contratada deverão ser provenientes de fornecedores especializados e devidamente registrados no Registro Nacional de Sementes e Mudanças (RENASSEM) do Ministério da Agricultura e Pecuária, de acordo com o detalhamento especificado no Termo de Referência.
10. As Notas Fiscais deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:
 - Nome ou nome empresarial, CPF ou CNPJ, endereço e número de inscrição do Fornecedor.
 - Nome ou nome empresarial, CPF ou CNPJ, endereço e número de inscrição do Produtor das Mudanças no RENASSEM — no campo Informações Complementares.
 - Nome e endereço do Comprador; e
 - Número de mudas ou de outras estruturas de propagação obtidas por meio de cultura de tecidos de plantas por lote, espécie e cultivar, e porta-enxerto, quando for o caso.
11. O não fornecimento e/ou atraso injustificado do objeto será motivo de aplicação das penalidades previstas na Item 17 deste Termo de Referência, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf (RILC), e ainda conforme rege a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.
12. Se a qualidade fitossanitária das mudas a serem entregues não corresponder às especificações exigidas, o lote de mudas será devolvido para substituição, no prazo de 15 (quinze) dias, independentemente das aplicações das penalidades cabíveis.
13. As mudas deverão ser entregues nas propriedades selecionadas, cabendo à contratada pelo transporte, definir a melhor logística para chegar à essas áreas, independente das mesmas estarem situadas próximas às zonas urbanas ou zonas rurais.
14. Todos os materiais, alugueis de veículos, gastos com comunicação, deslocamento e diárias de pessoal próprio, salvo o disposto em contrário nestas especificações, serão fornecidos pela Contratada.
15. Toda a mão-de-obra, salvo o disposto em contrário nestas especificações, serão fornecidos pela(s) executora(s).
16. Serão impugnados, pela Fiscalização, todos os trabalhos que não satisfaçam às condições contratuais.

17. Ficará a contratada obrigada a desfazer e a refazer os trabalhos impugnados logo após a oficialização pela CODEVASF, ficando por sua conta exclusiva as despesas decorrentes dessas providências.
18. A contratada será responsável pelos danos causados a CODEVASF e a terceiros, decorrentes de sua negligência, imperícia e omissão.



Ministério da Integração e do desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Irrigação e Operações - AI

ANEXO III - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

FORNECIMENTO, CARGA, TRANSPORTE E DESCARGA DE MUDAS DE PLANTAS FRUTÍFERAS, POR SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), DESTINADAS AO APOIO À PRODUÇÃO IRRIGADA NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA CODEVASF NOS ESTADOS DE ALAGOAS, BAHIA, DISTRITO FEDERAL, MATO GROSSO E PERNAMBUCO.

BRASÍLIA-DF

Abril de 2026



ÍNDICE

1	INFORMAÇÕES BÁSICAS	3
2	DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO E DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO	5
3	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	7
4	LEVANTAMENTO DE MERCADO (RILC ART. 21, III).....	9
5	ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS (RILC ART. 21, V)	9
6	JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (RILC ART. 21, VII)	24
7	CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (RILC ART. 21, VIII).....	24
8	DEMONSTRAÇÃO DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO (RILC ART. 21, IX)	24
9	RESULTADOS PRETENDIDOS (RILC ART. 21, X).....	25
10	PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS (RILC ART. 21, XI).....	26
11	POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (RILC ART. 21, XII)	26
12	DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE (RILC ART. 21, XIII)	26
13	DA AVALIAÇÃO DA NECESSIDADE DE CLASSIFICAÇÃO DO ETP COMO SIGILOSO, NOS TERMOS DA LEI Nº 12.527/2011 (RILC ART. 21, XIV)	27
14	CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
15	REFERÊNCIAS	27
16	RESPONSÁVEIS	28



Ministério da Integração e do desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Irrigação e Operações - AI

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1 INFORMAÇÕES BÁSICAS

Com base na Instrução Normativa nº 40/2020, do Ministério da Economia, e do artigo nº 21 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf (2024), apresenta-se este Estudo Técnico Preliminar (ETP), que se refere ao estudo da proposta para aquisição de mudas de plantas frutíferas, sendo uma continuidade dos trabalhos em andamento no âmbito do Projeto Irrigar para Desenvolver, que compreende:

- 1.1. Fornecimento, carga, transporte e descarga de mudas de plantas frutíferas, por Sistema de Registro de Preços (SRP), destinadas ao apoio à produção irrigada na área de atuação da Codevasf nos estados de Alagoas, Bahia, Distrito Federal, Mato Grosso e Pernambuco conforme descrito abaixo:

ITEM	NOME POPULAR - (Nome científico)	Variedade/Cultivar	CATMAT	Unidade	Quantidade Máxima Anual
1 - PERNAMBUCO	Banana (Musa spp.)	SCS451 Catarina (Prata Anã)	605604	Unidade	281.917
2 - PERNAMBUCO	Acerola (Malpighia emarginata DC.)	Sertaneja BRS 152	611162	unidade	185.291
3 - PERNAMBUCO	Goiaba (Psidium guajava L.)	Paluma com porta-enxerto BRS Guaraçá (Psidium guajava L. x Psidium guineense Sw.)	605600	unidade	63.395
4 - PERNAMBUCO	Manga (Mangifera indica L.)	Palmer com porta-enxerto IAC 101 Coquinho	605604	unidade	7.739
5 - PERNAMBUCO	Manga (Mangifera indica L.)	Tommy Atkins com porta-enxerto IAC 101 Coquinho	605604	unidade	7.739
6 - PERNAMBUCO	Lima ácida Tahiti (Citrus latifolia (Yu. Tanaka) Tanaka)	CPMF 01 ou CPMF 02 (Tahiti), com porta-enxerto Citrandarin 'San Diego' ou Citrandarin 'Riverside'	611171	unidade	74.146
7 - PERNAMBUCO	Abacaxi (Ananas comosus L.)	Pérola	627902	unidade	247.722
8 - PERNAMBUCO	Laranja (Citrus sinensis (L.) Osbeck)	Pera IAC com porta-enxerto limoeiro 'Cravo' (Citrus limonia Osbeck)	611158	unidade	74416
9 - PERNAMBUCO	Açaí (Euterpe oleracea Mart.)	BRS Pai Dégua	627901	unidade	33.167
10 - PERNAMBUCO	Maracujá (Passiflora foetida L.)	UFERSA BRSRM 153	627896	unidade	33.167



Ministério da Integração e do desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Irrigação e Operações - AI

11 - DISTRITO FEDERAL	Banana (Musa spp.)	SCS451 Catarina (Prata Anã)	605604	Unidade	281.917
12 - DISTRITO FEDERAL	Acerola (Malpighia emarginata DC.)	Sertaneja BRS 152	611162	unidade	185.291
13 - DISTRITO FEDERAL	Goiaba (Psidium guajava L.)	Paluma com porta-enxerto BRS Guaraçá (Psidium guajava L. x Psidium guineense Sw.)	605600	unidade	63.395
14 - DISTRITO FEDERAL	Manga (Mangifera indica L.)	Palmer com porta-enxerto IAC 101 Coquinho	605604	unidade	15.478
15 - DISTRITO FEDERAL	Lima ácida Tahiti (Citrus latifolia (Yu. Tanaka) Tanaka)	CPMF 01 ou CPMF 02 (Tahiti), com porta-enxerto Citrandarin 'San Diego' ou Citrandarin 'Riverside'	611171	unidade	74.146
16 - DISTRITO FEDERAL	Abacaxi (Ananas comosus L.)	Pérola	627902	unidade	247.722
17 - DISTRITO FEDERAL	Laranja (Citrus sinensis (L.) Osbeck)	Pera IAC com porta-enxerto limoeiro 'Cravo' (Citrus limonia Osbeck)	611158	unidade	74416
18 - DISTRITO FEDERAL	Açaí (Euterpe oleracea Mart.)	BRS Pai Dégua	627901	unidade	33.167
19 - DISTRITO FEDERAL	Maracujá (Passiflora foetida L.)	UFERSA BRSRM 153	627896	unidade	33.167
20 - MATO GROSSO	Banana (Musa spp.)	SCS451 Catarina (Prata Anã)	605604	Unidade	281.917
21 - MATO GROSSO	Acerola (Malpighia emarginata DC.)	Sertaneja BRS 152	611162	unidade	185.291
22 - MATO GROSSO	Goiaba (Psidium guajava L.)	Paluma com porta-enxerto BRS Guaraçá (Psidium guajava L. x Psidium guineense Sw.)	605600	unidade	63.395
23 - MATO GROSSO	Manga (Mangifera indica L.)	Palmer com porta-enxerto IAC 101 Coquinho	605604	unidade	46.888
24 - MATO GROSSO	Lima ácida Tahiti (Citrus latifolia (Yu. Tanaka) Tanaka)	CPMF 01 ou CPMF 02 (Tahiti), com porta-enxerto Citrandarin 'San Diego' ou Citrandarin 'Riverside'	611171	unidade	74.146
25 - MATO GROSSO	Abacaxi (Ananas comosus L.)	Pérola	627902	unidade	247.722
26 - MATO GROSSO	Laranja (Citrus sinensis (L.) Osbeck)	Pera IAC com porta-enxerto limoeiro 'Cravo' (Citrus limonia Osbeck)	611158	unidade	74416
27 - MATO GROSSO	Açaí (Euterpe oleracea Mart.)	BRS Pai Dégua	627901	unidade	33.167
28 - MATO GROSSO	Maracujá (Passiflora foetida L.)	UFERSA BRSRM 153	627896	unidade	33.167



Ministério da Integração e do desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Irrigação e Operações - AI

29- ALAGOAS	Banana (Musa spp.)	SCS451 Catarina (Prata Anã)	605604	Unidade	281.917
30- ALAGOAS	Acerola (Malpighia emarginata DC.)	Sertaneja BRS 152	611162	unidade	185.291
31- ALAGOAS	Goiaba (Psidium guajava L.)	Paluma com porta-enxerto BRS Guaraçá (Psidium guajava L. x Psidium guineense Sw.)	605600	unidade	63.395
32- ALAGOAS	Manga (Mangifera indica L.)	Palmer com porta-enxerto IAC 101 Coquinho	605604	unidade	15.478
33 - ALAGOAS	Lima ácida Tahiti (Citrus latifolia (Yu. Tanaka) Tanaka)	CPMF 01 ou CPMF 02 (Tahiti), com porta-enxerto Citrandarin 'San Diego' ou Citrandarin 'Riverside'	611171	unidade	74.146
34- ALAGOAS	Abacaxi (Ananas comosus L.)	Pérola	627902	unidade	247.722
35- ALAGOAS	Laranja (Citrus sinensis (L.) Osbeck)	Pera IAC com porta-enxerto limoeiro 'Cravo' (Citrus limonia Osbeck)	611158	unidade	74416
36- ALAGOAS	Açaí (Euterpe oleracea Mart.)	BRS Pai Dégua	627901	unidade	33.167
37- ALAGOAS	Maracujá (Passiflora foetida L.)	UFERSA BRSRM 153	627896	unidade	33.167
38- ALAGOAS	Manga (Mangifera indica L.)	Tommy Atkins com porta-enxerto IAC 101 Coquinho	605604	unidade	7.739
39 - BAHIA	Cacau (Theobroma cacao L.)	PS1319 ou CCN51 ou CC03	Unidade	24035	27.778
40 - BAHIA	Cacau (Theobroma cacao L.)	CEPEC2204 com porta-enxerto CEPEC 2002 ou CEPEC2176 com porta-enxerto CEPEC 2002	Unidade	24035	27.778
41 - BAHIA	Açaí (Euterpe oleracea Mart.)	Pai-d'égua	Unidade	61408	33.334
42 - BAHIA	Mamão (Carica papaya L.)	FORMOSA	Unidade	34332	31.371
43 - BAHIA	Laranja (Citrus sinensis (L.) Osbeck)	Pera IAC com porta-enxerto limoeiro 'Cravo' (Citrus limonia Osbeck)	Unidade	5117	72.600

2 DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO E DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Descrição da Necessidade de Contratação (RILC Art. 21, I)

A presente contratação é necessária para viabilizar a continuidade e a efetividade das ações da Codevasf voltadas à promoção do desenvolvimento regional sustentável por meio da agricultura irrigada.



Observou-se que, nas áreas de atuação da Codevasf, quer seja no âmbito do Projeto Irrigar para Desenvolver quer seja nas áreas dos Projetos Públicos de Irrigação, o acesso a mudas de plantas frutíferas de qualidade, adaptadas às condições edafoclimáticas regionais, tem constituído um dos principais entraves para o sucesso dos pequenos agricultores que trabalham com a fruticultura irrigada.

Ademais, tem sido observado, no contexto produtivo e de mercado, um aumento significativo nos custos de produção agrícola, em razão da elevação dos preços dos insumos necessários à implantação e condução das culturas. Entre os principais fatores, destacam-se os custos com corretivos e fertilizantes, defensivos agrícolas e demais tratos culturais.

Em consequência desse cenário, agricultores familiares, especialmente aqueles localizados em regiões com baixo IDH, diante da limitação de recursos financeiros, principalmente em função de ter investido nas etapas iniciais do processo de implantação do empreendimento - preparo do solo e da área de cultivo -, acabam optando por materiais vegetais de baixa qualidade, comprometendo o sucesso da atividade agrícola.

Por exemplo, de acordo com a EMATER DF, no 1º bimestre de 2025 para o cultivo de 1 (um) hectare de morango, cultura de grande expressão na região, são necessários cerca de R\$ 210.730,00 (duzentos e dez mil, setecentos e trinta reais), dos quais, aproximadamente, R\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais) são destinados à aquisição de mudas de qualidade no mercado nacional. Esse valor corresponde a aproximadamente 22% do custo de produção. Trata-se de um percentual significativo, sobretudo para agricultores familiares, especialmente aqueles em fase inicial de inserção na atividade agrícola.

Tal realidade compromete diretamente os resultados esperados com os investimentos públicos voltados à promoção do desenvolvimento regional mediante a agricultura irrigada, reduzindo a efetividade das ações.

Dessa forma, o fornecimento de material vegetal de qualidade – mudas de plantas frutíferas certificadas – é essencial para garantir a viabilidade técnica e econômica das propriedades e dos cultivos, sendo assim, fator determinante para o sucesso da produção irrigada.

Descrição da Solução como um Todo (RILC Art. 21, II e IV)

Nesse contexto, a contratação ora planejada visa suprir a lacuna identificada, atendendo à demanda diagnosticada em consulta direta às comunidades agrícolas situadas na área de atuação da Codevasf nos estados nos estados de Alagoas, Bahia, Distrito Federal, Mato Grosso e Pernambuco. A solução proposta consiste na contratação, por sistema de registro de preços, do fornecimento, carga, transporte e descarga de mudas de plantas frutíferas certificadas.



O escopo da contratação inclui mudas com comprovada qualidade genética e fitossanitária, adaptadas ao zoneamento agrícola da região, compatíveis com os sistemas de irrigação implantados (aspersão, microaspersão e gotejamento), o que possibilitará maior produtividade, consequentemente maior retorno econômico aos agricultores familiares beneficiados.

Essa solução busca consolidar o modelo dos projetos de agricultura irrigada, ao integrar o fornecimento de sistemas de irrigação com a disponibilização de insumos estratégicos – como as mudas de plantas frutíferas - promovendo a inclusão produtiva, a segurança alimentar e o fortalecimento das cadeias agrícolas locais. Além disso, contribui para o uso racional dos recursos hídricos, a sustentabilidade ambiental e o cumprimento da missão institucional da Codevasf de fomentar o desenvolvimento regional.

Este documento é parte integrante da fase de planejamento das contratações públicas e objetiva demonstrar a real necessidade dessa compra, apresentando as análises realizadas em termos de requisitos, alternativas, escolhas, resultados pretendidos e demais características, dando base ao Termo de Referência.

A presente contratação não consta no Plano Anual de Contratações – PAC 2026, aprovado pelo Conselho de Administração da Codevasf, em razão de que, à época da elaboração e consolidação do referido plano, encontrava-se em andamento procedimento licitatório contemplando o mesmo objeto da contratação ora pretendida.

Naquele momento, considerou-se que a demanda institucional seria devidamente atendida por meio da licitação já instaurada, motivo pelo qual não houve a previsão de nova contratação específica no PAC 2026. Entretanto, durante a condução do certame anteriormente instaurado, verificou-se o fracasso de quase todos os itens licitados, em decorrência da ausência de propostas válidas e/ou do não atendimento das exigências estabelecidas no instrumento convocatório, inviabilizando a efetiva contratação pretendida.

Dessa forma, tornou-se necessária a realização de novo procedimento licitatório, a fim de assegurar o atendimento das demandas institucionais e a continuidade das ações e programas desenvolvidos pela Codevasf, especialmente considerando a relevância do objeto para a execução das atividades finalísticas da empresa. Assim, a ausência da contratação no PAC 2026 decorre de fato superveniente e devidamente justificado, não configurando omissão de planejamento, mas consequência do insucesso do certame anteriormente realizado. Diante disso, a presente licitação será inserida no PAC 2026 na próxima janela de alterações.

3 DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A adoção do Sistema de Registro de Preços, na modalidade Pregão Eletrônico, visa ampliar a eficiência nesta contratação, a competitividade entre os licitantes, assegurar o tratamento isonômico, buscar maior simplificação, celeridade, dar transparência e eficiência nos procedimentos para dispêndio de recursos públicos e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.



Ministério da Integração e do desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Irrigação e Operações - AI

Os bens objeto desta contratação se classificam como bens comuns para fins de Pregão Eletrônico, não havendo nenhuma complexidade que descaracterize os mesmos quanto a isso.

Além disso, justifica-se o uso da modalidade SRP considerando a imprevisibilidade do quantitativo a ser adquirido, do momento da celebração do contrato e dos recursos orçamentários que serão alocados para as referidas aquisições, conforme consta no art. 3º do decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, que determina que o SRP poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Quando da contratação da empresa, a mesma deverá garantir, por meio de certificado, a sanidade do material vegetal a ser fornecido, bem como garantir no ato da descarga que as mudas estejam turgidas (sem sintomatologia de déficit hídrico) e saudáveis (sem sintomatologia de deficiência nutricional e danos físicos).

A contratada deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei 12.846/2013, do Decreto nº 11.129/2022, da Lei 13.303/2016, e da Política de Integridade da Codevasf, abstendo se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.

Como condição de habilitação deverá ser exigido do licitante atestado(s) de Capacidade Técnico-Operacional, em nome da licitante, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, descrevendo os fornecimentos/serviços de forma a permitir a comprovação da experiência da licitante no fornecimento de mudas de plantas frutíferas CERTIFICADAS ou fornecimentos similares ao objeto da licitação, em quantitativo não inferior a 10% (dez por cento) dos itens aos quais concorre, nos últimos três anos.



Os serviços serão prestados diretamente pela contratada, conforme especificações constantes no Termo de Referência. Os itens dessa licitação, estimados em quantidades, serão solicitados conforme necessidade, com remuneração por unidade de medida.

A contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em conformidade com as obrigações por ela assumidas e manter situação regular junto ao Cadastro Informativo de Créditos do Setor Público Federal — CADIN, conforme disposto no Artigo 6º da Lei nº 10.522, de 9 de julho de 2002.

4 LEVANTAMENTO DE MERCADO (RILC ART. 21, III)

Para o levantamento de Preços de Mercado e obtenção da Planilha Orçamentária para o processo licitatório, foi adotada a metodologia estabelecida na Norma de Pesquisa e Definição dos Preços de Referência para Licitações de Bens e Serviços nº 440.

Conforme esse normativo, a determinação do preço estimado em processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada utilizando, preferencialmente de maneira combinada, as seguintes fontes de preços:

4.2.5 A determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada utilizando, preferencialmente de maneira combinada, as seguintes fontes de preços:

a) contratações similares feitas pela Codevasf ou outro ente da Administração Pública (preço de licitações anteriores), em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente, devendo-se adotar a seguinte ordem de prioridade:

- 1. contratações realizadas para fornecimento no mesmo estado;*
- 2. nos estados vizinhos;*
- 3. nos demais estados da mesma região; e*
- 4. nos demais estados da federação.*

b) pesquisa direta de mercado, mediante solicitação formal de cotação, preferencialmente por meio de e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha dos fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, devendo ser consultados, no mínimo, 3 (três) fornecedores, e preferencialmente pelo menos 5 (cinco) ou mais fornecedores a fim de aplicar o saneamento das cotações sugerido nesta Norma.

c) sistema referencial de custos próprio da Codevasf, com custos calculados a partir de critérios compatíveis com esta Norma.

5 ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS (RILC ART. 21, V)

Conforme o Inciso V, do Art 21 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf, o Estudo Técnico Preliminar deverá apresentar estimativas das quantidades a serem contratadas, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar a economia de escala.

Art. 21. O Estudo Técnico Preliminar – ETP, produzido com base nas informações consolidadas na fase de Formalização da Demanda, deverá conter:



Ministério da Integração e do desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Irrigação e Operações - AI

V - Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

Cabe ressaltar inicialmente que os quantitativos de cada cultura definidos por estados foram estimados com base em levantamentos junto às Superintendências Regionais; visitas técnicas realizadas em campo e demandas apresentadas por associações, cooperativas e órgãos/entidades públicas para implantação do Programa Irrigar para Desenvolver em suas respectivas áreas de atuação.

O programa “Irrigar para Desenvolver - PID” é constituído por um conjunto de ações que visam promover o desenvolvimento regional e reduzir as desigualdades por meio do fortalecimento da agricultura irrigada familiar. O PID consiste em assegurar, às famílias beneficiárias, segurança hídrica, soluções de irrigação, assistência técnica e gerencial, capacitações, acesso a mercado/canais de comercialização e agregação de valor aos produtos gerados, por meio de parcerias entre instituições públicas federais, estaduais, municipais e entidades paraestatais e privadas sem fins lucrativos. O programa surgiu de uma parceria exitosa entre a Codevasf, a Secretaria de Agricultura do Estado de Goiás (SEAPA-GO), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e as Prefeituras Municipais de Flores de Goiás, São João da Aliança e Formosa.

Nos tópicos 5.1, 5.2, 5.3, 5.4, 5.5 e 5.6 são apresentadas as metodologias utilizadas para estimativa dos quantitativos a serem contratados em cada estado.

5.1 Alagoas

Para o estado de Alagoas, serão licitadas mudas das espécies discriminadas no quadro 2, acompanhadas das respectivas estimativas de quantidades a serem contratadas.

Quadro 2: Detalhamento das espécies, cultivares/variedades e respectivas estimativas de quantidades a serem contratadas para o estado de Alagoas.

ITEM	Variedade/Cultivar	CATMAT	Unidade	Quantidade Máxima Anual
Banana (Musa spp.)	SCS451 Catarina (Prata Anã)	605604	Unidade	281.917
Acerola (Malpighia emarginata DC.)	Sertaneja BRS 152	611162	unidade	185.291
Goiaba (Psidium guajava L.)	Paluma com porta-enxerto BRS Guaraçá (Psidium guajava L. x Psidium guineense Sw.)	605600	unidade	63.395
Manga (Mangifera indica L.)	Palmer com porta-enxerto IAC 101 Coquinho	605604	unidade	15.478

**Ministério da Integração e do desenvolvimento Regional – MIDR**
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Irrigação e Operações - AI

Lima ácida Tahiti (Citrus latifolia (Yu. Tanaka) Tanaka)	CPMF 01 ou CPMF 02 (Tahiti), com porta-enxerto Citrandarin 'San Diego' ou Citrandarin 'Riverside'	611171	unidade	74.146
Abacaxi (Ananas comosus L.)	Pérola	627902	unidade	247.722
Laranja (Citrus sinensis (L.) Osbeck)	Pera IAC com porta-enxerto limoeiro 'Cravo' (Citrus limonia Osbeck)	611158	unidade	74416
Açaí (Euterpe oleracea Mart.)	BRS Pai Dégua	627901	unidade	33.167
Maracujá (Passiflora foetida L.)	UFERSA BRSRM 153	627896	unidade	33.167
Manga (Mangifera indica L.)	Tommy Atkins com porta-enxerto IAC 101 Coquinho	605604	unidade	7.739

5.1.1 1 Estimativa das quantidades a serem contratadas de Açaí (Euterpe oleracea Mart.)

A estimativa das quantidades a serem contratadas de mudas de açaí foi definida com o objetivo de expandir o projeto piloto de diversificação de culturas, iniciado no ano de 2025, nos Projetos Públicos de Irrigação (PPIs) sob gestão da Codevasf no estado de Alagoas. A Codevasf mantém três projetos públicos de irrigação no estado: o Projeto de Irrigação do Boacica, em Igreja Nova (AL); o Projeto de Irrigação do Itiúba, em Porto Real do Colégio (AL); e o Projeto de Irrigação do Marituba, em Penedo (AL). A diversificação de culturas começou a ser executada de forma experimental no Projeto Boacica. Para isso, a Companhia repassou 1.500 mudas de açaí e implantou sistemas de irrigação por microaspersão, projetados para uma área de 0,5 hectare em 5 lotes de agricultores que aderiram à iniciativa (Figura 1).



Ministério da Integração e do desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Irrigação e Operações - AI



Figura 1: Implantação de unidades demonstrativas de diversificação de culturas com a cultura do açai no Projeto Público de Irrigação de Itiúba, no município de Porto Real do Colégio (AL).

O cultivo de arroz (rizicultura) é a atividade agrícola predominante nesses projetos. No entanto, sofre mais intensamente com as variações de preço, o que reduz a margem de lucro dos produtores e compromete a sustentabilidade destes projetos. O caminho mais seguro para garantir maior rentabilidade aos agricultores e sustentabilidade aos PPIs é a diversificação de cultivos, permitindo que não dependam apenas de um ou dois produtos. Diante disso, a diversificação de cultivos nos projetos de irrigação é uma estratégia que busca trazer maior segurança à produção agrícola das famílias. Nesse sentido, a introdução do açai — cultura com bom valor agregado e mercado consumidor consolidado — representa uma alternativa promissora.

Diante disso, as quantidades estimadas a serem contratadas para a cultura do açai foi dimensionada para a implantação de 80 hectares da cultura no ano de 2026, visando a ampliação da ação no Projeto Público de Irrigação de Boacica e expansão para os demais PPIs. Como para a cultura é adotada uma população de aproximadamente 400 plantas por hectare, há assim demanda de aproximadamente 32.000 mudas. O quantitativo de 33.167 mudas de açai previsto no Estudo Técnico Preliminar – ETP (quadro 2), superior à demanda inicialmente apresentada de 32.000 mudas, decorre de ajuste técnico realizado durante a consolidação das estimativas da contratação. O acréscimo de quantitativo foi estabelecido como margem técnica e operacional destinada a assegurar a adequada execução das ações de implantação e fortalecimento da cadeia produtiva do açai, considerando fatores inerentes ao fornecimento e estabelecimento da cultura, tais como perdas no transporte, necessidade de substituição de



mudas que eventualmente não atendam plenamente aos padrões de qualidade e vigor vegetativo, bem como possíveis replantios decorrentes da mortalidade inicial após o plantio.

5.1.1 2 Estimativa das quantidades a serem contratadas de banana, acerola, goiaba, manga, lima ácida, abacaxi, laranja e maracujá.

As estimativas das quantidades a serem contratadas das culturas de banana, acerola, goiaba, manga, lima ácida, abacaxi, laranja e maracujá foram definidas de forma a viabilizar a implantação do Programa Irrigar para Desenvolver no estado. Atualmente, encontram-se em execução no Estado 6 (seis) contratos sob gestão da Área de Irrigação e Operações (Contratos nº 0.0374.00/2025, 0.0375.00/2025, 0.0376.00/2025, 0.0377.00/2025 e 0.0284.00/2024), cujo objeto consiste no fornecimento e instalação de sistemas de irrigação destinados ao atendimento de agricultores familiares beneficiários do Programa Irrigar para Desenvolver (Figura 2). Nesse contexto, a contratação das mudas apresenta caráter complementar e indispensável à efetiva utilização da infraestrutura de irrigação já contratada, assegurando a integração entre os investimentos realizados e a efetiva implantação das áreas produtivas.



Figura 2: a) Visita técnica a beneficiários contemplados com sistemas de irrigação no município de Delmiro Gouveia – Alagoas; b) sistema de irrigação doado a beneficiário localizado no Projeto de Assentamento Genivaldo Moura no município de Delmiro Gouveia – Alagoas.

Conforme descrito no tópico 5 deste Estudo Técnico Preliminar, o Programa Irrigar para Desenvolver foi estruturado a partir de projeto piloto executado nos municípios de Flores de Goiás, São João da Aliança e Formosa,



no Estado de Goiás, ocasião em que cada unidade familiar foi contemplada com sistemas de irrigação destinados ao cultivo de até 2 (dois) hectares, especialmente com as culturas de manga e maracujá. Naquele modelo, os beneficiários também contaram com apoio financeiro complementar disponibilizado pela Goiás Fomento, mediante linha de crédito no valor de R\$ 40.000,00 por família, destinada à aquisição de insumos agrícolas, incluindo mudas, fertilizantes, corretivos e defensivos.

Entretanto, para a implantação do programa no Estado de Alagoas, não há previsão de disponibilização de linha de crédito específica aos beneficiários para custeio da implantação inicial das lavouras. Dessa forma, a disponibilização das mudas pela Codevasf mostra-se medida necessária e estratégica para reduzir os custos iniciais suportados pelas famílias atendidas, garantir a efetiva ocupação produtiva das áreas irrigadas e assegurar a viabilidade econômica e social do programa.

Assim, os quantitativos estimados foram dimensionados considerando a área irrigada prevista nos contratos em execução, os espaçamentos médios recomendados para cada cultura, a quantidade estimada de famílias beneficiárias e a necessidade de formação adequada dos pomares, observando-se critérios técnicos, agrônômicos e operacionais compatíveis com os objetivos do Programa Irrigar para Desenvolver.

5.2 Bahia

Para o estado da Bahia, serão licitadas mudas das espécies discriminadas no quadro 3, acompanhadas das respectivas estimativas de quantidades a serem contratadas.

Quadro 3: Detalhamento das espécies, cultivares/variedades e respectivas estimativas de quantidades a serem contratadas para o estado da Bahia.

ITEM	Variedade/Cultivar	CATMAT	Unidade	Quantidade Máxima Anual
Cacau (<i>Theobroma cacao</i> L.)	PS1319 ou CCN51 ou CC03	Unidade	24035	27.778
Cacau (<i>Theobroma cacao</i> L.)	CEPEC2204 com porta-enxerto CEPEC 2002 ou CEPEC2176 com porta-enxerto CEPEC 2002	Unidade	24035	27.778
Açaí (<i>Euterpe oleracea</i> Mart.)	Pai-Dégua	Unidade	61408	33.334
Mamão (<i>Carica papaya</i> L.)	Formosa	Unidade	34332	31.371
Laranja (<i>Citrus sinensis</i> (L.) Osbeck)	Pera IAC com porta-enxerto limoeiro 'Cravo' (<i>Citrus limonia</i> Osbeck)	Unidade	5117	72.600

5.2.1 Estimativa das quantidades a serem contratadas de Laranja (*Citrus sinensis* (L.) Osbeck)



Os quantitativos apresentados no Quadro 3 foram definidos com base em consulta à 2ª Superintendência regional. Em resposta, a Superintendência apresentou demanda de 71.400 mudas de citros (Laranja - *Citrus sinensis* (L.) Osbeck), para atender uma área de 150 hectares distribuídos em 50 lotes com área individual de 3 hectare/lote (peça 19, páginas 1 - 3). Conforme justificativa apresentada, o quantitativo é para atendimento de demandas de pequenos produtores do Projeto de Irrigação Baixio de Irecê, o qual está em fase de implantação.

Entretanto, conforme quadro 3, foi definido o quantitativo de 72.600 mudas para a referida cultura, quantitativo este superior ao inicialmente demandado pela 2ª Superintendência Regional da Codevasf no Estado da Bahia, correspondente a 71.400 mudas. Tal acréscimo decorre de ajuste técnico realizado durante a consolidação das estimativas de contratação.

A complementação de 1.200 mudas foi adotada como margem operacional de segurança, visando assegurar a plena execução das ações de apoio à agricultura irrigada familiar, considerando fatores inerentes ao fornecimento e implantação de mudas frutíferas, tais como perdas logísticas, mortalidade no transporte, necessidade de substituição de mudas com padrão fitossanitário inadequado e eventuais replantios iniciais nas áreas beneficiadas.

5.2.2 Estimativa das quantidades a serem contratadas de Cacau

Os quantitativos para a cultura do cacau (*Theobroma cacao* L.) foram definidos com base em demanda de emenda parlamentar apresentada nos Ofícios nº 47/2025/ORÇAMENTO/GDJL e 50/2025/ORÇAMENTO/GDJL (peça 19, páginas 4 - 7). Nos Referidos Ofícios, foi indicado recurso para implantação de sistemas de irrigação localizada por microaspersão, para 20 cooperados da Cooperativa Coopercacau 1000 (CNPJ: 44.697.137/0001-12), no município de Riachão das Neves – BA. Considerando que para o cultivo do cacau é adotado um espaçamento de 3 x 3 m, há a necessidade de 1.112 plantas por hectare, totalizando 22.240 plantas em uma área de 20 hectares.

Entretanto, conforme quadro 3, foi definido o quantitativo de 27.778 mudas para a referida cultura, quantitativo este superior ao inicialmente demandado, correspondente a 22.240 mudas. Tal acréscimo decorre de ajuste técnico realizado durante a consolidação das estimativas de contratação. A complementação considerou aspectos agrônômicos, operacionais e logísticos relacionados à implantação de áreas produtivas de cacau, cultura que demanda maior atenção quanto à uniformidade do plantio, formação de módulos produtivos e reposição de mudas em razão de perdas naturais decorrentes de transporte, armazenamento, adaptação inicial em campo e mortalidade pós-plantio.

Ressalta-se que a diferença quantitativa decorre exclusivamente de critérios técnicos de planejamento e segurança operacional da contratação, visando assegurar a efetividade da política pública e minimizar riscos de insuficiência



no atendimento das demandas durante a fase de implantação das culturas, observando-se os princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

5.2.3 Estimativa das quantidades a serem contratadas de mamão

Os quantitativos para a cultura do mamão foram definidos com base em demanda apresentada pela Cooperativa Agronorte, conforme Ofício nº 01/2025 (peça 19, página 8), no qual foi solicitada a implantação do Programa Irrigar para Desenvolver no município de Serra do Ramalho – BA, por meio de fornecimento de sistemas de irrigação e mudas de espécies frutíferas, de forma a contemplar, inicialmente, 20 cooperados. Após visita técnica (Figura 3), foi definido, juntamente com os cooperados, que a cultura do mamão seria a mais viável para o cultivo no local.



Figura 3: a) Visita técnica a lotes dos cooperados da cooperativa Agronorte, no município de Serra do Ramalho – BA; b) Reunião para celebração de cooperação técnica entre Codevasf, Sebrae, SENAR e IFBAIANO para implantação do Programa Irrigar para Desenvolver no município de Serra do Ramalho – BA.

Para a implantação do programa, foi celebrado Acordo de Cooperação Técnica nº 0.0100.00/2025 (peça 19, páginas 18 - 27) entre a Codevasf, a prefeitura de Serra do Ramalho, o Instituto Federal Baiano – IFBAIANO, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, sendo o SENAR a entidade responsável por fornecer assistência técnica e gerencial - ATEG aos cooperados contemplados no âmbito do programa. Entretanto, o SENAR atua com turmas de no mínimo 30 pessoas. Diante disso, o quantitativo de mudas foi calculado para uma área de 30 hectares, sendo 1 hectare por família. Considerando que para o cultivo do mamão é adotada uma população de aproximadamente 1.000 plantas por hectare, há assim demanda de aproximadamente 30.000 mudas. Entretanto, conforme quadro 3, foi definido o quantitativo de 31.371 mudas para a referida cultura, quantitativo este superior ao inicialmente demandado. A



Ministério da Integração e do desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Irrigação e Operações - AI

complementação considerou aspectos agronômicos, operacionais e logísticos relacionados à implantação de áreas produtivas de mamão, cultura que demanda maior atenção quanto à uniformidade do plantio, formação de módulos produtivos e reposição de mudas em razão de perdas naturais decorrentes de transporte, armazenamento, adaptação inicial em campo e mortalidade pós-plantio.

5.3 Distrito Federal

Para Distrito Federal, serão licitadas mudas das espécies discriminadas no quadro 4, acompanhadas das respectivas estimativas de quantidades a serem contratadas.

Quadro 4: Detalhamento das espécies, cultivares/variedades e respectivas estimativas de quantidades a serem contratadas para o Distrito Federal.

ITEM	Variedade/Cultivar	CATMAT	Unidade	Quantidade Máxima Anual
Banana (Musa spp.)	SCS451 Catarina (Prata Anã)	605604	Unidade	281.917
Acerola (Malpighia emarginata DC.)	Sertaneja BRS 152	611162	unidade	185.291
Goiaba (Psidium guajava L.)	Paluma com porta-enxerto BRS Guaraçá (Psidium guajava L. x Psidium guineense Sw.)	605600	unidade	63.395
Manga (Mangifera indica L.)	Palmer com porta-enxerto IAC 101 Coquinho	605604	unidade	15.478
Lima ácida Tahiti (Citrus latifolia (Yu. Tanaka) Tanaka)	CPMF 01 ou CPMF 02 (Tahiti), com porta-enxerto Citrandarin 'San Diego' ou Citrandarin 'Riverside'	611171	unidade	74.146
Abacaxi (Ananas comosus L.)	Pérola	627902	unidade	247.722
Laranja (Citrus sinensis (L.) Osbeck)	Pera IAC com porta-enxerto limoeiro 'Cravo' (Citrus limonia Osbeck)	611158	unidade	74416
Açaí (Euterpe oleracea Mart.)	BRS Pai Dégua	627901	unidade	33.167
Maracujá (Passiflora foetida L.)	UFERSA BRSRM 153	627896	unidade	33.167

5.3.1 Estimativa das quantidades a serem contratadas de banana, acerola, goiaba, manga, lima ácida, abacaxi, laranja, açaí e maracujá.

As estimativas das quantidades a serem contratadas das culturas de banana, acerola, goiaba, manga, lima ácida, abacaxi, laranja e maracujá foram definidas de forma a viabilizar a implantação do Programa Irrigar no Distrito Federal. Atualmente, encontram-se em execução no Distrito Federal 7 (sete) contratos sob gestão da Área de Irrigação e Operações (Contratos nº0.0402.00/2025, 0.0286.00/2024, 0.0288.00/2024, 0.0292.0/2024, 0.0303.00/2024, 0.0302.00/2024, 0.0301.00/2024), cujo objeto consiste no fornecimento e instalação de sistemas de irrigação destinados ao atendimento de agricultores familiares beneficiários do Programa Irrigar para Desenvolver (Figura 4). Nesse contexto, a contratação das mudas apresenta caráter complementar e indispensável à efetiva utilização da infraestrutura de irrigação já contratada, assegurando a integração entre os investimentos realizados e a efetiva implantação das áreas produtivas.



Figura 4: a) Visita técnica a lotes dos associados da Associação Rural Gabriela Monteiro – ARGAM, na Região Administrativa de Brazlândia - DF; b) Sistemas de irrigação implantados na área de beneficiários do Programa Irrigar para Desenvolver no Distrito Federal.

Conforme descrito no tópico 5 deste Estudo Técnico Preliminar, o Programa Irrigar para Desenvolver foi estruturado a partir de projeto piloto executado nos municípios de Flores de Goiás, São João da Aliança e Formosa, no Estado de Goiás, ocasião em que cada unidade familiar foi contemplada com sistemas de irrigação destinados ao cultivo de até 2 (dois) hectares, especialmente com as culturas de manga e maracujá. Naquele modelo, os beneficiários também contaram com apoio financeiro complementar disponibilizado pela Goiás Fomento,



Ministério da Integração e do desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Irrigação e Operações - AI

mediante linha de crédito no valor de R\$ 40.000,00 por família, destinada à aquisição de insumos agrícolas, incluindo mudas, fertilizantes, corretivos e defensivos.

Entretanto, para a implantação do programa no Distrito Federal, não há previsão de disponibilização de linha de crédito específica aos beneficiários para custeio da implantação inicial das lavouras. Dessa forma, a disponibilização das mudas pela Codevasf mostra-se medida necessária e estratégica para reduzir os custos iniciais suportados pelas famílias atendidas, garantir a efetiva ocupação produtiva das áreas irrigadas e assegurar a viabilidade econômica e social do programa.

Assim, os quantitativos estimados foram dimensionados considerando a área irrigada prevista nos contratos em execução, os espaçamentos médios recomendados para cada cultura, a quantidade estimada de famílias beneficiárias e a necessidade de formação adequada dos pomares, observando-se critérios técnicos, agrônômicos e operacionais compatíveis com os objetivos do Programa Irrigar para Desenvolver.

5.5 Mato Grosso

Para o estado do Mato Grosso, serão licitadas mudas das espécies discriminadas no quadro 5, acompanhadas das respectivas estimativas de quantidades a serem contratadas.

Quadro 5: Detalhamento das espécies, cultivares/variedades e respectivas estimativas de quantidades a serem contratadas para o Mato Grosso.

ITEM	Variedade/Cultivar	CATMAT	Unidade	Quantidade Máxima Anual
Banana (Musa spp.)	SCS451 Catarina (Prata Anã)	605604	Unidade	281.917
Acerola (Malpighia emarginata DC.)	Sertaneja BRS 152	611162	unidade	185.291
Goiaba (Psidium guajava L.)	Paluma com porta-enxerto BRS Guaraçá (Psidium guajava L. x Psidium guineense Sw.)	605600	unidade	63.395
Manga (Mangifera indica L.)	Palmer com porta-enxerto IAC 101 Coquinho	605604	unidade	46.888
Lima ácida Tahiti (Citrus latifolia (Yu. Tanaka) Tanaka)	CPMF 01 ou CPMF 02 (Tahiti), com porta-enxerto Citrandarin 'San Diego' ou Citrandarin 'Riverside'	611171	unidade	74.146
Abacaxi (Ananas comosus L.)	Pérola	627902	unidade	247.722



Ministério da Integração e do desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Irrigação e Operações - AI

Laranja (Citrus sinensis (L.) Osbeck)	Pera IAC com porta-enxerto limoeiro 'Cravo' (Citrus limonia Osbeck)	611158	unidade	74416
Açaí (Euterpe oleracea Mart.)	BRS Pai Dégua	627901	unidade	33.167
Maracujá (Passiflora foetida L.)	UFERSA BRSM 153	627896	unidade	33.167

5.5.1 Estimativa das quantidades a serem contratadas de banana, acerola, goiaba, manga, lima ácida, abacaxi, laranja, açaí e maracujá.

As estimativas das quantidades a serem contratadas das culturas de banana, acerola, goiaba, manga, lima ácida, abacaxi, laranja e maracujá foram definidas de forma a viabilizar a implantação do Programa Irrigar no Mato Grosso. Atualmente, encontram-se em execução no Estado 2 (dois) contratos sob gestão da Área de Irrigação e Operações (Contratos nº 0.0403.00/2025 e 0.0404.00/2025), cujo objeto consiste no fornecimento e instalação de sistemas de irrigação destinados ao atendimento de agricultores familiares beneficiários do Programa Irrigar para Desenvolver (Figura 5). Nesse contexto, a contratação das mudas apresenta caráter complementar e indispensável à efetiva utilização da infraestrutura de irrigação já contratada, assegurando a integração entre os investimentos realizados e a efetiva implantação das áreas produtivas.



Figura 5: a) Área de produtor contemplado com sistemas de irrigação no estado do Mato Grosso - MT; b) Reunião para apresentação do programa e celebração de parceria para implantação do Programa Irrigar para Desenvolver no estado do Mato Grosso - MT.



Ministério da Integração e do desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Irrigação e Operações - AI

Conforme descrito no tópico 5 deste Estudo Técnico Preliminar, o Programa Irrigar para Desenvolver foi estruturado a partir de projeto piloto executado nos municípios de Flores de Goiás, São João da Aliança e Formosa, no Estado de Goiás, ocasião em que cada unidade familiar foi contemplada com sistemas de irrigação destinados ao cultivo de até 2 (dois) hectares, especialmente com as culturas de manga e maracujá. Naquele modelo, os beneficiários também contaram com apoio financeiro complementar disponibilizado pela Goiás Fomento, mediante linha de crédito no valor de R\$ 40.000,00 por família, destinada à aquisição de insumos agrícolas, incluindo mudas, fertilizantes, corretivos e defensivos.

Entretanto, para a implantação do programa no estado do Mato Grosso, não há previsão de disponibilização de linha de crédito específica aos beneficiários para custeio da implantação inicial das lavouras. Dessa forma, a disponibilização das mudas pela Codevasf mostra-se medida necessária e estratégica para reduzir os custos iniciais suportados pelas famílias atendidas, garantir a efetiva ocupação produtiva das áreas irrigadas e assegurar a viabilidade econômica e social do programa.

Assim, os quantitativos estimados foram dimensionados considerando a área irrigada prevista nos contratos em execução, os espaçamentos médios recomendados para cada cultura, a quantidade estimada de famílias beneficiárias e a necessidade de formação adequada dos pomares, observando-se critérios técnicos, agrônômicos e operacionais compatíveis com os objetivos do Programa Irrigar para Desenvolver.

5.6 Pernambuco

Para o estado de Pernambuco, serão licitadas mudas das espécies discriminadas no quadro 6, acompanhadas das respectivas estimativas de quantidades a serem contratadas.

Quadro 6: Detalhamento das espécies, cultivares/variedades e respectivas estimativas de quantidades a serem contratadas para o estado de Pernambuco.

NOME POPULAR - (Nome científico)	Variedade/Cultivar	CATMAT	Unidade	Quantidade Máxima Anual
Banana (Musa spp.)	SCS451 Catarina (Prata Anã)	605604	Unidade	281.917
Acerola (Malpighia emarginata DC.)	Sertaneja BRS 152	611162	unidade	185.291
Goiaba (Psidium guajava L.)	Paluma com porta-enxerto BRS Guaraçá (Psidium guajava L. x Psidium guineense Sw.)	605600	unidade	63.395
Manga (Mangifera indica L.)	Palmer com porta-enxerto IAC 101 Coquinho	605604	unidade	7.739

**Ministério da Integração e do desenvolvimento Regional – MIDR**
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Irrigação e Operações - AI

Manga (Mangifera indica L.)	Tommy Atkins com porta-enxerto IAC 101 Coquinho	605604	unidade	7.739
Lima ácida Tahiti (Citrus latifolia (Yu. Tanaka) Tanaka)	CPMF 01 ou CPMF 02 (Tahiti), com porta-enxerto Citrandarin 'San Diego' ou Citrandarin 'Riverside'	611171	unidade	74.146
Abacaxi (Ananas comosus L.)	Pérola	627902	unidade	247.722
Laranja (Citrus sinensis (L.) Osbeck)	Pera IAC com porta-enxerto limoeiro 'Cravo' (Citrus limonia Osbeck)	611158	unidade	74416
Açaí (Euterpe oleracea Mart.)	BRS Pai Dégua	627901	unidade	33.167
Maracujá (Passiflora foetida L.)	UFERSA BRSRM 153	627896	unidade	33.167

5.4.1 Estimativa das quantidades a serem contratadas de banana, acerola, goiaba, manga, lima ácida, abacaxi, laranja, açaí e maracujá.

As estimativas das quantidades a serem contratadas das culturas de banana, acerola, goiaba, manga, lima ácida, abacaxi, laranja e maracujá foram definidas de forma a viabilizar a implantação do Programa Irrigar no Estado de Pernambuco. Atualmente, encontra-se em fase de celebração na plataforma Transferegov (plano de ação nº33068320260005-005725) Termo de Execução Descentralizada entre a Codevasf e o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte - MEMP , cujo objeto consiste no fornecimento e instalação de sistemas de irrigação e sistemas fotovoltaicos destinados ao atendimento de agricultores familiares beneficiários do Programa Irrigar para Desenvolver no município de Ibimirim – PE (Figura 6).



Figura 6: Visita técnica aos lotes de potenciais beneficiários das ações do TED a ser celebrado com o MEMP, para implantação do Programa Irrigar para Desenvolver no município de Ibimirim – PE.

Adicionalmente, foi celebrado, recentemente, o Acordo de Cooperação Técnica nº 0.0410.00/2025, entre a Codevasf e o Instituto Agrônomo de Pernambuco – IPA para implantação do Programa Irrigar para Desenvolver no estado (peça 19, páginas 9 - 17).

Nesse contexto, a contratação das mudas apresenta caráter complementar e indispensável à efetiva execução das ações que estão sendo planejadas para implantação do Programa Irrigar para Desenvolver no Estado, assegurando a integração entre os investimentos realizados e a efetiva implantação das áreas produtivas.

Assim, os quantitativos estimados foram dimensionados considerando a área irrigada prevista nessas ações, os espaçamentos médios recomendados para cada cultura, a quantidade estimada de famílias beneficiárias e a necessidade de formação adequada dos pomares, observando-se critérios técnicos, agrônômicos e operacionais compatíveis com os objetivos do Programa Irrigar para Desenvolver.

6. ESTIMATIVA PRELIMINAR DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (RILC ART. 21, VI)

Preços Globais Estimados:

Conforme levantamento de dados de custos de mercado, o valor total estimado para a contratação é de R\$ \$ 65.927.614,45 (sessenta e cinco milhões novecentos e vinte sete mil seiscentos e quatorze reais e quarenta e cinco centavos), com data-base em abril de 2026.



7. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (RILC Art. 21, VII)

Justifica-se o parcelamento da solução em itens, por assim promover maior vantajosidade econômica para a Administração Pública, visto que permite redução de custos pela maior competitividade e concorrência no certame, diminui riscos de eventuais problemas com a contratação de um único fornecedor e flexibiliza a execução do objeto.

CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (RILC Art. 21, VIII)

Esta não é uma contratação correlata ou interdependente. A aquisição e o fornecimento dos itens podem ser realizados separadamente, de forma a atender cada um dos projetos e/ou municípios beneficiados, no entanto, pode ser utilizada para adesão na ARP por outras unidades da Codevasf, tendo em vista que o objeto é voltado ao fortalecimento de atividades produtivas para atendimento de municípios da área de atuação da empresa, no estado da Bahia.

Prevê-se a admissão de adesão dos órgãos não participantes deste planejamento, sobretudo, outras Superintendências Regionais da Codevasf, que desenvolvem ações semelhantes em outros estados, justificando-se a economicidade nas adesões às ARPs, tendo em vista que os preços unitários podem ser menores quando se permite a carona devido ao ganho em escala nas aquisições, além do que, são itens comumente adquiridos pelos órgãos públicos, proporcionando enorme celeridade e vantajosidade para as entidades da administração pública.

8. DEMONSTRAÇÃO DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO (RILC Art. 21, IX)

A presente contratação não consta no Plano de Contratações Anual – PCA 2026, aprovado pelo Conselho de Administração da Codevasf, em razão de que, à época da elaboração e consolidação do referido plano, encontrava-se em andamento procedimento licitatório contemplando o mesmo objeto da contratação ora pretendida.

Naquele momento, considerou-se que a demanda institucional seria devidamente atendida por meio da licitação já instaurada, motivo pelo qual não houve a previsão de nova contratação específica no PCA 2026. Entretanto, durante a condução do certame anteriormente instaurado, verificou-se o fracasso de quase todos os itens licitados, em decorrência da ausência de propostas válidas e/ou do não atendimento das exigências estabelecidas no instrumento convocatório, inviabilizando a efetiva contratação pretendida.

Dessa forma, tornou-se necessária a realização de novo procedimento licitatório, a fim de assegurar o atendimento das demandas institucionais e a continuidade das ações e programas desenvolvidos pela Codevasf, especialmente considerando a relevância do objeto para a execução das atividades finalísticas da empresa. Assim, a ausência da contratação no PCA 2026 decorre de fato superveniente e devidamente justificado, não configurando omissão de.



No que se refere às perspectivas, objetivos estratégicos e indicadores, a contratação está alinhada ao Objetivo Estratégico OE14 - Desenvolver a Agricultura Irrigada com Inovação e Sustentabilidade e OE15 – Ampliar Parcerias e Investimentos em Projetos de Irrigação, o qual está atrelado o indicador “ID20 - Índice de Uso de Solo”, do Planejamento Estratégico Institucional da Codevasf, com vigência de 2025-2030.

Outrossim, esses objetivos estão alinhados ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável, que visa garantir a segurança alimentar, acabando com a fome e promovendo sistemas alimentares sustentáveis.

Ademais, consta da Programação de Licitações 2025 da Codevasf, disponível no link https://licitacoes.codevasf.gov.br/licitacoes/planejamento_anual_de_contratacoes.

9. RESULTADOS PRETENDIDOS (RILC Art. 21, X)

O apoio às atividades produtivas é uma das estratégias da Codevasf para estimular alternativas que viabilizem a sustentabilidade social, econômica, ambiental e cultural das famílias, principalmente, dos pequenos produtores das comunidades rurais de sua área de atuação. O apoio à agricultura familiar possibilita o desenvolvimento econômico e social do país, que pode ser realizado por meio da identificação das potencialidades e vocações regionais, organização dos processos produtivos e de comercialização, valorização do capital humano e da governança local.

Espera-se que após as contratações para o fornecimento, carga, transporte e descarga de mudas de plantas frutíferas a serem implantadas em áreas a serem irrigadas, proporcione os seguintes resultados:

- a) Fomente a produção agrícola e reduza os riscos climáticos inerentes à atividade agropecuária, garantindo o fornecimento de água adequado e com as espécies vegetais mais indicadas para a região.
- b) Promova o desenvolvimento local e regional das regiões a serem trabalhadas em consonância com a missão institucional da Codevasf;
- c) Contribua para o abastecimento do mercado de alimentos, com a produção de excedentes visando o aumento da renda da pequena propriedade agrícola;
- d) Promova a geração de emprego e renda com a dinamização da economia local;
- e) Redução da movimentação de populações rurais do interior para os grandes centros urbanos, contribuindo para o desenvolvimento de novos polos regionais, desenvolvendo o interior do País, em consonância com o programa coordenado pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, que visa promover a



descentralização do crescimento econômico e social a partir de territórios estratégicos em todas as regiões brasileiras.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS (RILC Art. 21, XI)

Uma vez que consta nos autos Parecer de Custos referente à Planilha Orçamentária, os autos deverão ser submetidos à análise e emissão de Parecer da Comissão de Licitação, bem como ao Parecer Jurídico competente, seguido da aprovação pela Diretora da Área de Irrigação e Operações. Após essas etapas, o processo será encaminhado à apreciação da Diretoria Executiva. Em caso de aprovação, dar-se-á prosseguimento à fase externa do processo licitatório.

Adicionalmente, a Codevasf designará formalmente gestor e/ou fiscal responsável pelo acompanhamento da execução contratual, em consonância com as especificações e os resultados pretendidos.

11. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (RILC Art. 21, XII)

O desenvolvimento regional sustentável é um dos objetivos a serem observados dentro da presente licitação. Todos as mudas de plantas frutíferas deverão obedecer às especificações e conjunto de princípios, de diretrizes, de normas, de procedimentos e de recomendações conforme o Termo de Referência.

Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, não se verifica impactos ambientais relevantes, sendo necessário tão somente que a licitante atenda aos critérios contidos na Instrução Normativa nº 1 de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que estabeleceu critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras na Administração Pública Federal.

O licitante vencedor deverá apresentar no ato do fornecimento documento que prove a certificação do bem fornecido.

Em caso de inexistência de documento que ateste a certificação, a Codevasf poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências deste TR, e o lote de mudas será devolvido para substituição, no prazo de 15 (quinze) dias, independentemente das aplicações das penalidades cabíveis.

12. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE (RILC ART. 21, XIII)

Constata-se a viabilidade e razoabilidade da presente contratação, uma vez que os insumos a serem adquiridos estão disponíveis no mercado nacional, o que permite ampla concorrência entre fornecedores, favorecendo a competitividade e a economicidade do processo licitatório.

Diante do exposto, a realização da licitação e das contratações subsequentes revela-se plenamente viável, considerando-se o interesse público envolvido, notadamente no que se refere à ampliação da capacidade produtiva agrícola e, conseqüentemente, à melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiárias e das regiões atendidas.



Ressalta-se, ainda, a necessidade da aquisição dos materiais vegetais objeto desta licitação, com o objetivo de atender às demandas já identificadas e às previstas para a área de atuação.

Assim, declara-se a viabilidade da contratação pretendida, nos termos propostos.

13. DA AVALIAÇÃO DA NECESSIDADE DE CLASSIFICAÇÃO DO ETP COMO SIGILOSO, NOS TERMOS DA LEI Nº 12.527/2011 (RILC Art. 21, XIV)

O Estudo Técnico Preliminar não possuirá caráter sigiloso por não se enquadrar no rol previsto no Art. 23 e nem se enquadrar nas situações previstas do Art.31 da referida lei.

14. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em diversas regiões onde a Codevasf atua para o desenvolvimento da irrigação, foram observados evolução dos parâmetros socioeconômicos ao longo do tempo e melhoria da qualidade de vida das comunidades/regiões contempladas.

A irrigação possibilitou aumento na produção, elevando o nível de renda do produtor e dinamizou a economia, com elevação do PIB dos municípios/regiões de atuação. Considerando a missão da Codevasf de promover o desenvolvimento regional de forma integrada e sustentável nas bacias hidrográficas, entende-se necessária a realização dessa aquisição, pois esta ação apresenta grande potencial para geração de emprego e renda, melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento de regiões da área de atuação da Codevasf.

Ainda nessa linha e corroborando com as ações implantadas pela Codevasf ao longo dos últimos anos, o seu Balanço Social 2022 indicou que a cada real do Orçamento Geral da União investido em ações de revitalização de bacias hidrográficas, infraestrutura hídrica, irrigação, inclusão produtiva e planejamento regional e inovação, R\$ 5,44 retornam a sociedade como lucro social. Entre os resultados apurados estão a geração de 293.326 empregos entre diretos, indiretos e induzidos por meio das ações nos territórios e comunidades localizados em bacias hidrográficas dos estados de sua área de atuação.

Brasília, 23 de Abril de 2026.

15. REFERÊNCIAS

ATLAS BR. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022. Disponível em <[HTTP://WWW.ATLASBRASIL.ORG.BR/CONSULTA/PLANILHA](http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/planilha)>.

CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. Fruticultura: análise das exportações brasileiras – 2023. Brasília: CNA, 2024. Disponível em: [HTTPS://WWW.CNABRASIL.ORG.BR/ASSETS/ARQUIVOS/144-CAPA-FRUTAS.PDF](https://www.cnabrazil.org.br/assets/arquivos/144-capas-frutas.pdf). Acesso em: 11 ago. 2025.



Ministério da Integração e do desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Irrigação e Operações - AI

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARBAÍBA
(CODEVASF) Área de Atuação. 2025. Disponível em
<[HTTPS://WWW.CODEVASF.GOV.BR/ACESSO-A-
INFORMACAO/INSTITUCIONAL/AREA-DE-ATUACAO](https://www.codevasf.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/area-de-atuacao)> , acessado em 07/08/2025.

EMATER – DF (2025). Custo de Produção – 2025 – 1º Semestre. Disponível em:
[HTTPS://WWW.EMATER.DF.GOV.BR/CUSTOS-DE-PRODUCAO/](https://www.emater.df.gov.br/custos-de-producao/). Acesso em 16/05/2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). PIB per capita: IBGE, em parceria
com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca
de Manaus (SUFRAMA). Disponível em: <[HTTPS://CIDADES.IBGE.GOV.BR/](https://cidades.ibge.gov.br/)>.

16.RESPOSÁVEIS

Cleiton de Almeida Gonçalves
Unidade de Apoio aos Projetos Públicos de Irrigação - AI/GAP/UPI
Chefe

DE ACORDO:

Alberto do Nascimento Silva
Gerência de Planejamento e Apoio à Produção Irrigada (AI/GAP) – Gerente

Alessandra Cristina Rossin
Área de Irrigação e Operações (AI) - Diretora

**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional**
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

Versão 12.0

MATRIZ DE RISCOS

PROCESSO ELETRÔNICO:	59500.001039/2026-01
OBJETO DA CONTRATAÇÃO:	Fornecimento, carga, transporte e descarga de mudas de plantas frutíferas, por Sistema de Registro de Preços (SRP), destinadas ao apoio à produção irrigada na área de atuação da Codevasf nos estados de Alagoas, Bahia, Distrito Federal, Mato Grosso e Pernambuco.
LOCAL DE EXECUÇÃO:	Alagoas, Bahia, Distrito Federal, Mato Grosso e Pernambuco.
UNIDADE SUPRIDORA:	AI
UNIDADE ORGÂNICA DEMANDANTE:	AI/GAP

Cód*	Etapa de Contratação	Fator de Risco/Causa (devido a...)	Evento de Risco/Incerteza (poderá ocorrer...)	Consequência (Ocasinando)	Responsável pelo Risco (Alocação)	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (Residual)	Resposta - Tipo de Tratamento	Plano de Tratamento
RC002	Gestão contratual	Empresa vencedora que apresentar proposta com impacto em seus lucros e com baixa capacidade de execução.	Poderá ocorrer imprevisibilidade na aquisição ou/e entrega de bens e serviços	1. Não entrega de bens e serviços à sociedade em função da não assinatura do contrato ou impossibilidade de execução contratual.	Contratada	3- Média	2- Pequeno	Risco Moderado	Transferir	PREVENTIVO: Contratada deverá assumir os compromissos assumidos e/ou deverá ser penalizada conforme previsto em Edital. ATENUANTE: "
RC003	Gestão contratual	Paralisação da cidade (Lockdown), região ou país de origem de fabricação do equipamento ou máquina devido a pandemia, bem como no local de recebimento.	Poderá ocorrer imprevisibilidade na aquisição ou/e entrega de bens e serviços	1. Dificuldade da aquisição de matéria-prima/insumos; 2. Atraso na execução do contrato; 3. Não entrega de bens ou serviços; 4. Não implementação de ações.	Compartilhado	1- Muito baixa	3- Moderado	Risco Moderado	Compartilhar	PREVENTIVO: Tomar medidas de segurança e adotar trabalho remoto, quando couber. Verificar em cada caso quando é possível ou não continuidade de determinado serviço. ATENUANTE: "
RC004	Gestão contratual	Alterações na legislação tributária que alterem os encargos, obrigações, escopo e os valores dos bens ou serviços previstos no contrato.	Poderá ocorrer atraso na execução do serviço e aumento de custos	1. Atraso na execução do contrato; 2. Não entrega de bens ou serviços; 3. Não implementação de ações.	Compartilhado	2- Baixa	2- Pequeno	Risco Baixo	Compartilhar	PREVENTIVO: Não há. ATENUANTE: "
RC005	Gestão contratual	Atraso nos pagamentos por período muito longo, superior a capacidade de suporte da empresa ou superior a 30 dias.	Poderá ocorrer imprevisibilidade nos pagamentos	1. Inoperância das empresas; 2. Desequilíbrio financeiro gerado pela gestão interna da contratada ou por atraso de pagamento das medições.	Contratante	3- Média	2- Pequeno	Risco Moderado	Transferir	PREVENTIVO: Encaminhar à AE/GEF a programação mensal de desembolso/pagamentos. ATENUANTE: "
RC006	Gestão contratual	Eventos climáticos imprevistos ou previstos (chuvas, alagamentos, outros)	Poderá ocorrer imprevisibilidade na aquisição ou/e entrega de bens e serviços	1. Atrasos na execução do cronograma; 2. Não entrega de bens ou serviços; 3. Não implementação de ações; 4. Aumento dos custos devido a necessidade de refazer serviços/obras danificadas.	Compartilhado	5- Muito alta	2- Pequeno	Risco Moderado	Compartilhar	PREVENTIVO: Verificar em cada caso específico (garoa/chuva intensa) se há possibilidade ou não de execução dos serviços e eventual necessidade de paralisação do contrato/ celebração termo aditivo de prazo ATENUANTE: "

Cód*	Etapa de Contratação	Fator de Risco/Causa (devido a...)	Evento de Risco/Incerteza (poderá ocorrer...)	Consequência (Ocasinando)	Responsável pelo Risco (Alocação)	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (Residual)	Resposta - Tipo de Tratamento	Plano de Tratamento
RC007	Gestão contratual	Não observância dos requisitos de segurança do trabalho; erros/falhas na gestão de pessoal pela Contratada	Poderá ocorrer adoecimento de funcionários e/ou acidente de trabalho	1. Acidentes envolvendo equipe do serviço; 2. Paralisação nas obras/serviços; 3. Atraso na execução do contrato; 4. Ações trabalhistas.	Contratada	2- Baixa	2- Pequeno	Risco Baixo	Evitar	PREVENTIVO: Seguir Legislação/Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança do Trabalho. Contratada deverá dar o suporte/assistência ao funcionário. ATENUANTE: "
RC008	Gestão contratual	Quebra de equipamentos e/ou veículos durante a execução dos serviços	Poderá ocorrer morosidade no processo e/ou atividade	1. Custos adicionais; 2. Atraso no cronograma de execução; 3. Atraso na execução do contrato.	Contratada	2- Baixa	1- Insignificante	Risco Baixo	Transferir	PREVENTIVO: Disponibilizar equipamentos e veículos em estado de novo e em boas condições de uso. Conserto imediato para não acarretar em atrasos nos serviços. Ou substituição do equipamento/veículo adequado. ATENUANTE: "
RC009	Gestão contratual	Erro de execução por subcontratada; não atendimento das condições de aceitação dos serviços ou irregularidade cometida nos casos de subcontratação de serviços.	Poderá ocorrer atraso na execução do serviço	1. Alteração de custos/prazos; 2. Paralisação dos serviços; 3. Não aprovação dos boletins de medição por parte da Codevasf; 4. Refazimento total ou parcial de serviços/ensaios (retrabalhos).	Contratada	2- Baixa	2- Pequeno	Risco Baixo	Transferir	PREVENTIVO: Contratada, a depender do caso, poderá ter que refazer/corrigir os serviços e/ou ensaios. ATENUANTE: "
RC010	Gestão contratual	Variação da inflação (IPCA) - Aumento do IPCA médio do período entre a data do recebimento da ordem de fornecimento até da data de entrega em relação a variação do menor e o maior valores no período de 12 meses anteriores a data de	Poderá ocorrer acréscimo dos custos operacionais	1. Atraso na execução do contrato; 2. Não entrega de bens ou serviços; 3. Não implementação de ações.	Compartilhado	1- Muito baixa	2- Pequeno	Risco Moderado	Aceitar	
RC011	Gestão contratual	Descumprimento, pela CONTRATANTE, de suas obrigações contratuais ou regulamentares, incluindo, mas não se limitando, ao descumprimento de prazos aplicáveis previstos no Contrato e/ou na legislação vigente	Poderá ocorrer descontinuidade dos serviços prestados e/ou bens entregues	1. Atraso na execução do contrato; 2. Não entrega de bens ou serviços;	Contratada	3- Média	2- Pequeno	Risco Moderado	Mitigar	PREVENTIVO: Controle da fiscalização. Verificar em cada caso a necessidade de aplicação de penalidades. ATENUANTE: "
RC012	Gestão contratual	Custos gerais superiores aos estimados (hospedagem, alimentação, equipamentos, pedágios, etc.)	Poderá ocorrer acréscimo dos custos operacionais	1. Custos adicionais; 2. Atraso no cronograma de execução; 3. Atraso na execução do contrato.	Contratada	1- Muito baixa	1- Insignificante	Risco Baixo	Transferir	PREVENTIVO: Contratada assumir os compromissos firmados na proposta financeira. ATENUANTE: "
RC013	Gestão contratual	Greve ou paralisações de fornecedores ou prestadores de serviço. Ex: caminhoneiros, fabricantes, setor de transportes	Poderá ocorrer imprevisibilidade na aquisição ou/e entrega de bens e serviços	1. Atraso na execução do contrato; 2. Atraso no cronograma; 3. Não entrega de bens ou serviços.	Contratada	2- Baixa	2- Pequeno	Risco Moderado	Mitigar	PREVENTIVO: Controle da fiscalização. Verificar em cada caso a necessidade de substituição de equipe e/ou aplicação de penalidades. Não pagamentos dos serviços inadequados/ realizar glosa. ATENUANTE: "
RC014	Gestão contratual	Necessidade de substituição de prestador de serviço. Demissão por solicitação do prestador de serviço ou pela contratante.	Poderá ocorrer imprevisibilidade na aquisição ou/e entrega de bens e serviços	1. Atraso no cronograma de execução; 2. Atraso na execução do contrato.	Contratada	2- Baixa	2- Pequeno	Risco Baixo	Transferir	PREVENTIVO: Substituição em 5 dias úteis do prestador de serviço. ATENUANTE: "

Cód*	Etapa de Contratação	Fator de Risco/Causa (devido a...)	Evento de Risco/Incerteza (poderá ocorrer...)	Consequência (Ocasinando)	Responsável pelo Risco (Alocação)	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (Residual)	Resposta - Tipo de Tratamento	Plano de Tratamento
RC015	Gestão contratual	Recusa de assinatura do contrato por parte da empresa	Poderá ocorrer imprevisibilidade na aquisição ou/e entrega de bens e serviços	1. Não entrega de bens e serviços à sociedade em função da não assinatura do contrato. 2. Atraso na licitação	Contratada	1- Muito baixa	2- Pequeno	Risco Moderado	Aceitar	PREVENTIVO: Verificar em cada caso a necessidade de aplicação de penalidades. ATENUANTE: "

Cód*	Etapa de Contratação	Fator de Risco/Causa (devido a...)	Evento de Risco/Incerteza (poderá ocorrer...)	Consequência (Ocasionando)	Responsável pelo Risco (Alocação)	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (Residual)	Resposta - Tipo de Tratamento	Plano de Tratamento

Cód*	Etapas de Contratação	Fator de Risco/Causa (devido a...)	Evento de Risco/Incerteza (poderá ocorrer...)	Consequência (Ocasinando)	Responsável pelo Risco (Alocação)	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (Residual)	Resposta - Tipo de Tratamento	Plano de Tratamento


Cód*	Etapas de Contratação	Fator de Risco/Causa (devido a...)	Evento de Risco/Incerteza (poderá ocorrer...)	Consequência (Ocasinando)	Responsável pelo Risco (Alocação)	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (Residual)	Resposta - Tipo de Tratamento	Plano de Tratamento

Cód*	Etapa de Contratação	Fator de Risco/Causa (devido a...)	Evento de Risco/Incerteza (poderá ocorrer...)	Consequência (Ocasionando)	Responsável pelo Risco (Alocação)	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (Residual)	Resposta - Tipo de Tratamento	Plano de Tratamento

* Ocultar as linhas que não forem utilizadas e formatar a altura das linhas.

COORDENADOR DO PROJETO OBJETO DA CONTRATAÇÃO - DEMANDANTE			
No	Alberto do Nascimento Silva	Lotação:	AI/GAP
ANALISTAS RESPONSÁVEIS PELO MAPEAMENTO DOS RISCOS DA CONTRATAÇÃO - DEMANDANTE			
No	Cleiton de Almeida Gonçalves	Lotação:	AI/GAP/UPI
No		Lotação:	
No		Lotação:	
No		Lotação:	
No		Lotação:	
LOCAL/DATA:		Brasília-DF, 22 de abril de 2026	

Obs.: Em 16 de dezembro de 2024, foi aprovado o "Plano de Gerenciamento de Riscos em Contratações e Doações da Codevasf", que contempla o Modelo de Elaboração do Mapa e Matriz de Contratações, por meio da Deliberação nº 57 de dezembro de 2024 (processo nº 59500.003411/2024-44-e). O Plano atende à recomendação nº 4 do Relatório de Auditoria nº 902916-Controladoria-Geral da União - CGU (Processo nº 59500.002345/2022-23-e) que em 31 de dezembro de 2024

<div><div></div><div>Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional Companhia de desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba</div></div>									
ITEM	NOME POPULAR - (Nome científico)	Variedade/Cultivar	Características Mínimas	CATMAT	Unidade	Quantidade Máxima Anual	Preço		
							Preço Unitário		Preço Total
1 - PERNAMBUCO	Banana (Musa spp.)	SCS451 Catarina (Prata Anã)	Muda certificada de Banana cultivar SCS451 Catarina (Prata Anã); produzida a partir de propagação in vitro, aclimatizada; diâmetro do pseudocaule com o mínimo de 1cm, medido a 5 cm a partir do coleto da planta; três folhas expandidas, no mínimo; presença de raízes ativas, com cor variando de branca a creme claro; comprimento de, no mínimo, 30cm; acondicionada em recipiente próprio para mudas com, no mínimo, 15cm de diâmetro e 25cm de altura; isenta de pragas e doenças; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	605604	Unidade	281.917	RS	-	RS
2 - PERNAMBUCO	Acerola (Malpighia emarginata DC.)	Sertanjo BRS 152	Muda certificada de Acerola cultivar Sertanjo BRS 152; produzida por estaqueio; com comprimento, a partir do colo, entre 50 e 70 cm; ter haste única, ereta e perfeita; isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 12 meses, a partir da estaqueio; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com, no mínimo, 6,5cm de diâmetro e 25cm de altura; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	611162	unidade	185.291	RS	-	RS
3 - PERNAMBUCO	Goiba (Psidium guajava L.)	Paluma com porta-enterto BRS Guaraci (Psidium guajava L. x Psidium guineense Sw.)	Muda certificada de Goiba cultivar Paluma com porta-enterto BRS Guaraci (Psidium guajava L. x Psidium guineense Sw.); com enterto feito entre 10 e 15cm de altura, medidos a partir do colo da planta; apresentar diâmetro do enterto o mínimo de 1cm, não apresentando diferença de mais de 0,5cm entre os diâmetros do enterto e do porta-enterto, medidos a 5cm do ponto de enxertia; com comprimento, a partir do colo, entre 40 e 50 cm; ter haste única, ereta e perfeita; isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 12 meses, contados a partir da semeadura do porta-enterto; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com dimensões mínimas de 15cm de diâmetro e 25cm de altura; substrato não deverá conter solo; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; deverá ser comprovadamente isenta de nematoides do gênero Meloidogyne, mediante análise laboratorial; e com identificador unitário.	605600	unidade	63.395	RS	-	RS
4 - PERNAMBUCO	Manga (Mangifera indica L.)	Palmer com porta-enterto IAC 101 Coquinho	Muda certificada de Manga cultivar Palmer com porta-enterto IAC 101 Coquinho; com enterto feito, no mínimo a 15cm de altura, medidos a partir do colo da planta; não apresentar diferença de mais de 1cm entre os diâmetros do enterto e do porta-enterto, medidos a 5cm do ponto de enxertia; com comprimento, a partir do colo, entre 50 e 70 cm; ter haste única, ereta e perfeita; isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 18 meses, contados a partir da semeadura do porta-enterto; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com dimensões mínimas de 15cm de diâmetro e 30cm de altura; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	605604	unidade	7.739	RS	-	RS
5 - PERNAMBUCO	Manga (Mangifera indica L.)	Tommy Atkins com porta-enterto IAC 101 Coquinho	Muda certificada de Manga cultivar Tommy Atkins com porta-enterto IAC 101 Coquinho; com enterto feito, no mínimo a 15cm de altura, medidos a partir do colo da planta; não apresentar diferença de mais de 1cm entre os diâmetros do enterto e do porta-enterto, medidos a 5cm do ponto de enxertia; com comprimento, a partir do colo, entre 50 e 70 cm; ter haste única, ereta e perfeita; isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 18 meses, contados a partir da semeadura do porta-enterto; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com dimensões mínimas de 15cm de diâmetro e 30cm de altura; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	605604	unidade	7.739	RS	-	RS
6 - PERNAMBUCO	Lima ácida Tahiti (Citrus latifolia (Yu. Tanaka) Tanaka)	CPMF 01 ou CPMF 02 (Tahiti), com porta-enterto Citrandarin 'San Diego' ou Citrandarin 'Riverside'	Muda certificada de Lima cultivar CPMF 01 ou CPMF 02 (Tahiti), com porta-enterto Citrandarin 'San Diego' ou Citrandarin 'Riverside'; com enterto feito entre 10 e 20cm de altura, medidos a partir do colo do porta-enterto; o enterto e o porta-enterto deverão constituir haste única e ereta, tolerando-se uma pequena curvatura logo acima do ponto de enxertia de, no máximo, 15°, e apresentar diferença menor ou igual a 0,5cm entre seus diâmetros, medidos a 5cm acima e abaixo do ponto de enxertia; tecido amarelado; ramos íntegros, sem danos físicos; com comprimento, a partir do colo, entre 50 e 60 cm; diâmetro mínimo de 0,5 cm, 5 cm acima do ponto de enxertia; corte do porta-enterto cicatrizado; estar isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 24 meses, contados a partir da semeadura do porta-enterto; sistema radicular bem desenvolvido, com raiz principal maior que 20cm, radicelas ocupando todo ou quase todo o volume do substrato, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com dimensões mínimas de 10cm de diâmetro e 30cm de altura; substrato não deverá conter solo; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	611171	unidade	74.146	RS	-	RS
7 - PERNAMBUCO	Abacaxi (Ananas comosus L.)	Pêrola	Muda certificada de abacaxi, cultivar Pêrola, produzida a partir de propagação in vitro ou secção do caule. Se, oriunda de propagação in vitro: deverá ser submetida à aclimatização; ter, na ocasião da comercialização, no mínimo 25cm de comprimento e 100g de peso; o material de propagação utilizado na propagação in vitro deverá ser retirado de gemas apicais ou laterais; e o número de subculturas não poderá ser superior a 5. Se, oriunda de secção do caule, na ocasião da comercialização, deverão apresentar comprimento mínimo de 25cm; peso mínimo de 150g; idade máxima de 12 meses, contada a partir do plantio das seções do caule; e raízes eliminadas. Não deve apresentar sintomas de estresse hídrico e nutricional; isenta de pragas e doenças; e com identificador unitário.	627902	unidade	247.722	RS	-	RS
8 - PERNAMBUCO	Laranja (Citrus sinensis L.) Osbeck	Pera IAC com porta-enterto limoeiro 'Cravo' (Citrus limonia Osbeck)	Muda certificada de Laranja cultivar Pera IAC com porta-enterto limoeiro 'Cravo' (Citrus limonia Osbeck); com enterto feito entre 10 e 20cm de altura, medidos a partir do colo do porta-enterto; o enterto e o porta-enterto deverão constituir haste única e ereta, tolerando-se uma pequena curvatura logo acima do ponto de enxertia de, no máximo, 15°, e apresentar diferença menor ou igual a 0,5cm entre seus diâmetros, medidos a 5cm acima e abaixo do ponto de enxertia; tecido amarelado; ramos íntegros, sem danos físicos; com comprimento, a partir do colo, entre 50 e 60 cm; diâmetro mínimo de 0,5 cm, 5 cm acima do ponto de enxertia; corte do porta-enterto cicatrizado; estar isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 18 meses, contados a partir da semeadura do porta-enterto; sistema radicular bem desenvolvido, com raiz principal maior que 20cm, radicelas ocupando todo ou quase todo o volume do substrato, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com dimensões mínimas de 10cm de diâmetro e 30cm de altura; substrato não deverá conter solo; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	611158	unidade	74416	RS	-	RS
9 - PERNAMBUCO	Açaí (Euterpe oleracea Mart.)	BRS Pai Dégua	Muda certificada de Açaí cultivar BRS Pai Dégua; apresentando 5 folhas completamente expandidas; com altura total entre 50cm e 75cm, medidos da superfície do substrato à ponta da 5ª folha; apresentar diâmetro do caule superior a 14mm, medidos a 1cm da superfície do substrato; a idade não deverá ultrapassar 18 meses, a partir da repicagem da semente pré-germinada; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com, no mínimo, 11cm de diâmetro e 25cm de altura; isenta de pragas e doenças; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	627901	unidade	33.167	RS	-	RS
10 - PERNAMBUCO	Maracujá (Passiflora foetida L.)	UFERSA BRSRM 153	Muda certificada de Maracujá cultivar UFERSA BRSRM 153; oriunda da semeadura de sementes; com altura total entre 15cm e 30cm, medidos a partir do colo; a idade não deverá ultrapassar 70 dias, a partir da semeadura; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com, no mínimo, 10cm de diâmetro e 20cm de altura; substrato não deverá conter solo; isenta de pragas e doenças; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	627896	unidade	33.167	RS	-	RS
11 - DISTRITO FEDERAL	Banana (Musa spp.)	SCS451 Catarina (Prata Anã)	Muda certificada de Banana cultivar SCS451 Catarina (Prata Anã); produzida a partir de propagação in vitro, aclimatizada; diâmetro do pseudocaule com o mínimo de 1cm, medido a 5 cm a partir do coleto da planta; três folhas expandidas, no mínimo; presença de raízes ativas, com cor variando de branca a creme claro; comprimento de, no mínimo, 30cm; acondicionada em recipiente próprio para mudas com, no mínimo, 15cm de diâmetro e 25cm de altura; isenta de pragas e doenças; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	605604	Unidade	281.917	RS	-	RS
12 - DISTRITO FEDERAL	Acerola (Malpighia emarginata DC.)	Sertanjo BRS 152	Muda certificada de Acerola cultivar Sertanjo BRS 152; produzida por estaqueio; com comprimento, a partir do colo, entre 50 e 70 cm; ter haste única, ereta e perfeita; isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 12 meses, a partir da estaqueio; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com, no mínimo, 6,5cm de diâmetro e 25cm de altura; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	611162	unidade	185.291	RS	-	RS
13 - DISTRITO FEDERAL	Goiba (Psidium guajava L.)	Paluma com porta-enterto BRS Guaraci (Psidium guajava L. x Psidium guineense Sw.)	Muda certificada de Goiba cultivar Paluma com porta-enterto BRS Guaraci (Psidium guajava L. x Psidium guineense Sw.); com enterto feito entre 10 e 15cm de altura, medidos a partir do colo da planta; apresentar diâmetro do enterto o mínimo de 1cm, não apresentando diferença de mais de 0,5cm entre os diâmetros do enterto e do porta-enterto, medidos a 5cm do ponto de enxertia; com comprimento, a partir do colo, entre 40 e 50 cm; ter haste única, ereta e perfeita; isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 12 meses, contados a partir da semeadura do porta-enterto; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com dimensões mínimas de 15cm de diâmetro e 25cm de altura; substrato não deverá conter solo; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; deverá ser comprovadamente isenta de nematoides do gênero Meloidogyne, mediante análise laboratorial; e com identificador unitário.	605600	unidade	63.395	RS	-	RS
14 - DISTRITO FEDERAL	Manga (Mangifera indica L.)	Palmer com porta-enterto IAC 101 Coquinho	Muda certificada de Manga cultivar Palmer com porta-enterto IAC 101 Coquinho; com enterto feito, no mínimo a 15cm de altura, medidos a partir do colo da planta; não apresentar diferença de mais de 1cm entre os diâmetros do enterto e do porta-enterto, medidos a 5cm do ponto de enxertia; com comprimento, a partir do colo, entre 50 e 70 cm; ter haste única, ereta e perfeita; isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 18 meses, contados a partir da semeadura do porta-enterto; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com dimensões mínimas de 15cm de diâmetro e 30cm de altura; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	605604	unidade	15.478	RS	-	RS

15 - DISTRITO FEDERAL	Lima ácida Tahiti (Citrus latifolia (Yu. Tanaka) Tanaka)	CPMF 01 ou CPMF 02 (Tahiti), com porta-enterto Citrandarin 'San Diego' ou Citrandarin 'Riverside'	Muda certificada de Lima cultivar CPMF 01 ou CPMF 02 (Tahiti), com porta-enterto Citrandarin 'San Diego' ou Citrandarin 'Riverside'; com enterto feito entre 10 e 20cm de altura, medidos a partir do colo do porta-enterto; o enterto e o porta-enterto deverão constituir haste única e ereta, tolerando-se uma pequena curvatura logo acima do ponto de enxertia de, no máximo, 15°, e apresentar diferença menor ou igual a 0,5cm entre seus diâmetros, medidos a 5cm acima e abaixo do ponto de enxertia; tecido amadurecido; ramos íntegros, sem danos físicos; com comprimento, a partir do colo, entre 50 e 60 cm; diâmetro mínimo de 0,5 cm, 5 cm acima do ponto de enxertia; corte do porta-enterto cicatrizado; estar isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 24 meses, contados a partir da semeadura do porta-enterto; sistema radicular bem desenvolvido, com raiz principal maior que 20cm, radículas ocupando todo ou quase todo o volume do substrato, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com dimensões mínimas de 10cm de diâmetro e 30cm de altura; substrato não deverá conter solo; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	611171	unidade	74.146	RS	-	RS	-
16 - DISTRITO FEDERAL	Abacaxi (Ananas comosus L.)	Pêrola	Muda certificada de abacaxi, cultivar Pêrola; produzida a partir de propagação in vitro ou seção do caule. Se, oriunda de propagação in vitro: deverá ser submetida à aclimação; ter, na ocasião da comercialização, no mínimo 25cm de comprimento e 100g de peso; o material de propagação utilizado na propagação in vitro deverá ser retirado de gema apical ou lateral; e o número de subcultivos não poderá ser superior a 5. Se, oriunda de seção do caule, na ocasião da comercialização, deverão apresentar comprimento mínimo de 25cm; peso mínimo de 150g; idade máxima de 12 meses, contada a partir do plantio das seções do caule; e raízes eliminadas. Não deve apresentar sintomas de estresse hídrico e nutricional; isenta de pragas e doenças; e com identificador unitário.	627902	unidade	247.722	RS	-	RS	-
17 - DISTRITO FEDERAL	Laranja (Citrus sinensis (L.) Osbeck)	Pera IAC com porta-enterto limoeiro 'Cravo' (Citrus limonia Osbeck)	Muda certificada de Laranja cultivar Pera IAC com porta-enterto limoeiro 'Cravo' (Citrus limonia Osbeck); com enterto feito entre 10 e 20cm de altura, medidos a partir do colo do porta-enterto; o enterto e o porta-enterto deverão constituir haste única e ereta, tolerando-se uma pequena curvatura logo acima do ponto de enxertia de, no máximo, 15°, e apresentar diferença menor ou igual a 0,5cm entre seus diâmetros, medidos a 5cm acima e abaixo do ponto de enxertia; tecido amadurecido; ramos íntegros, sem danos físicos; com comprimento, a partir do colo, entre 50 e 60 cm; diâmetro mínimo de 0,5 cm, 5 cm acima do ponto de enxertia; corte do porta-enterto cicatrizado; estar isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 18 meses, contados a partir da semeadura do porta-enterto; sistema radicular bem desenvolvido, com raiz principal maior que 20cm, radículas ocupando todo ou quase todo o volume do substrato, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com dimensões mínimas de 10cm de diâmetro e 30cm de altura; substrato não deverá conter solo; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	611158	unidade	74416	RS	-	RS	-
18 - DISTRITO FEDERAL	Açaí (Euterpe oleracea Mart.)	BRS Pai Dégua	Muda certificada de Açaí cultivar BRS Pai Dégua, apresentando 5 folhas completamente expandidas; com altura total entre 50cm e 75cm, medidos da superfície do substrato à ponta da 5ª folha; apresentar diâmetro do caule superior a 14mm, medidos a 1cm da superfície do substrato; a idade não deverá ultrapassar 18 meses, a partir da repicagem da semente pré-germinada; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com, no mínimo, 11cm de diâmetro e 25cm de altura; isenta de pragas e doenças; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	627901	unidade	33.167	RS	-	RS	-
19 - DISTRITO FEDERAL	Maracujá (Passiflora foetida L.)	UFERSA BRSRM 153	Muda certificada de Maracujá cultivar UFERSA BRSRM 153; oriunda da semeadura de sementes; com altura total entre 15cm e 30cm, medidos a partir do colo; a idade não deverá ultrapassar 70 dias, a partir da semeadura; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com, no mínimo, 10cm de diâmetro e 20cm de altura; substrato não deverá conter solo; isenta de pragas e doenças; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	627896	unidade	33.167	RS	-	RS	-
20 - MATO GROSSO	Banana (Musa spp.)	SCS451 Catarina (Prata Anã)	Muda certificada de Banana cultivar SCS451 Catarina (Prata Anã); produzida a partir de propagação in vitro; aclimatizada; diâmetro do pseudocaule com o mínimo de 1cm, medido a 5 cm a partir do coleto da planta; três folhas expandidas, no mínimo; presença de raízes ativas, com cor variando de branca a creme claro; comprimento de, no mínimo, 30cm; acondicionada em recipiente próprio para mudas com, no mínimo, 15cm de diâmetro e 25cm de altura; isenta de pragas e doenças; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	605604	Unidade	281.917	RS	-	RS	-
21 - MATO GROSSO	Acerola (Malpighia emarginata DC.)	Sertanija BRS 152	Muda certificada de Acerola cultivar Sertanija BRS 152; produzida por estaque; com comprimento, a partir do colo, entre 50 e 70 cm; ter haste única, ereta e perfeita; isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 12 meses, a partir da estaque; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com, no mínimo, 6,5cm de diâmetro e 25cm de altura; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	611162	unidade	185.291	RS	-	RS	-
22 - MATO GROSSO	Goiaiba (Psidium guajava L.)	Paluma com porta-enterto BRS Guaraçá (Psidium guajava L. x Psidium guineense Sw.)	Muda certificada de Goiaiba cultivar Paluma com porta-enterto BRS Guaraçá (Psidium guajava L. x Psidium guineense Sw.); com enterto feito entre 10 e 15cm de altura, medidos a partir do colo da planta; apresentar diâmetro do enterto o mínimo de 1cm, não apresentando diferença de mais de 0,5cm entre os diâmetros do enterto e do porta-enterto, medidos a 5cm do ponto de enxertia; com comprimento, a partir do colo, entre 40 e 50 cm; ter haste única, ereta e perfeita; isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 12 meses, contados a partir da semeadura do porta-enterto; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com dimensões mínimas de 15cm de diâmetro e 25cm de altura; substrato não deverá conter solo; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; deverá ser comprovadamente isenta de nematoides do gênero Meloidogyne, mediante análise laboratorial; e com identificador unitário.	605600	unidade	63.395	RS	-	RS	-
23 - MATO GROSSO	Manga (Mangifera indica L.)	Palmer com porta-enterto IAC 101 Coquinho	Muda certificada de Manga cultivar Palmer com porta-enterto IAC 101 Coquinho; com enterto feito, no mínimo a 15cm de altura, medidos a partir do colo da planta; não apresentar diferença de mais de 1cm entre os diâmetros do enterto e do porta-enterto, medidos a 5cm do ponto de enxertia; com comprimento, a partir do colo, entre 50 e 70 cm; ter haste única, ereta e perfeita; isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 18 meses, contados a partir da semeadura do porta-enterto; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com dimensões mínimas de 15cm de diâmetro e 30cm de altura; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	605604	unidade	46.888	RS	-	RS	-
24 - MATO GROSSO	Lima ácida Tahiti (Citrus latifolia (Yu. Tanaka) Tanaka)	CPMF 01 ou CPMF 02 (Tahiti), com porta-enterto Citrandarin 'San Diego' ou Citrandarin 'Riverside'	Muda certificada de Lima cultivar CPMF 01 ou CPMF 02 (Tahiti), com porta-enterto Citrandarin 'San Diego' ou Citrandarin 'Riverside'; com enterto feito entre 10 e 20cm de altura, medidos a partir do colo do porta-enterto; o enterto e o porta-enterto deverão constituir haste única e ereta, tolerando-se uma pequena curvatura logo acima do ponto de enxertia de, no máximo, 15°, e apresentar diferença menor ou igual a 0,5cm entre seus diâmetros, medidos a 5cm acima e abaixo do ponto de enxertia; tecido amadurecido; ramos íntegros, sem danos físicos; com comprimento, a partir do colo, entre 50 e 60 cm; diâmetro mínimo de 0,5 cm, 5 cm acima do ponto de enxertia; corte do porta-enterto cicatrizado; estar isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 24 meses, contados a partir da semeadura do porta-enterto; sistema radicular bem desenvolvido, com raiz principal maior que 20cm, radículas ocupando todo ou quase todo o volume do substrato, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com dimensões mínimas de 10cm de diâmetro e 30cm de altura; substrato não deverá conter solo; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	611171	unidade	74.146	RS	-	RS	-
25 - MATO GROSSO	Abacaxi (Ananas comosus L.)	Pêrola	Muda certificada de abacaxi, cultivar Pêrola; produzida a partir de propagação in vitro ou seção do caule. Se, oriunda de propagação in vitro: deverá ser submetida à aclimação; ter, na ocasião da comercialização, no mínimo 25cm de comprimento e 100g de peso; o material de propagação utilizado na propagação in vitro deverá ser retirado de gema apical ou lateral; e o número de subcultivos não poderá ser superior a 5. Se, oriunda de seção do caule, na ocasião da comercialização, deverão apresentar comprimento mínimo de 25cm; peso mínimo de 150g; idade máxima de 12 meses, contada a partir do plantio das seções do caule; e raízes eliminadas. Não deve apresentar sintomas de estresse hídrico e nutricional; isentas de pragas e doenças; e com identificador unitário.	627902	unidade	247.722	RS	-	RS	-
26 - MATO GROSSO	Laranja (Citrus sinensis (L.) Osbeck)	Pera IAC com porta-enterto limoeiro 'Cravo' (Citrus limonia Osbeck)	Muda certificada de Laranja cultivar Pera IAC com porta-enterto limoeiro 'Cravo' (Citrus limonia Osbeck); com enterto feito entre 10 e 20cm de altura, medidos a partir do colo do porta-enterto; o enterto e o porta-enterto deverão constituir haste única e ereta, tolerando-se uma pequena curvatura logo acima do ponto de enxertia de, no máximo, 15°, e apresentar diferença menor ou igual a 0,5cm entre seus diâmetros, medidos a 5cm acima e abaixo do ponto de enxertia; tecido amadurecido; ramos íntegros, sem danos físicos; com comprimento, a partir do colo, entre 50 e 60 cm; diâmetro mínimo de 0,5 cm, 5 cm acima do ponto de enxertia; corte do porta-enterto cicatrizado; estar isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 18 meses, contados a partir da semeadura do porta-enterto; sistema radicular bem desenvolvido, com raiz principal maior que 20cm, radículas ocupando todo ou quase todo o volume do substrato, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com dimensões mínimas de 10cm de diâmetro e 30cm de altura; substrato não deverá conter solo; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	611158	unidade	74416	RS	-	RS	-
27 - MATO GROSSO	Açaí (Euterpe oleracea Mart.)	BRS Pai Dégua	Muda certificada de Açaí cultivar BRS Pai Dégua, apresentando 5 folhas completamente expandidas; com altura total entre 50cm e 75cm, medidos da superfície do substrato à ponta da 5ª folha; apresentar diâmetro do caule superior a 14mm, medidos a 1cm da superfície do substrato; a idade não deverá ultrapassar 18 meses, a partir da repicagem da semente pré-germinada; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com, no mínimo, 11cm de diâmetro e 25cm de altura; isenta de pragas e doenças; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	627901	unidade	33.167	RS	-	RS	-
28 - MATO GROSSO	Maracujá (Passiflora foetida L.)	UFERSA BRSRM 153	Muda certificada de Maracujá cultivar UFERSA BRSRM 153; oriunda da semeadura de sementes; com altura total entre 15cm e 30cm, medidos a partir do colo; a idade não deverá ultrapassar 70 dias, a partir da semeadura; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com, no mínimo, 10cm de diâmetro e 20cm de altura; substrato não deverá conter solo; isenta de pragas e doenças; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	627896	unidade	33.167	RS	-	RS	-
29 - ALAGOAS	Banana (Musa spp.)	SCS451 Catarina (Prata Anã)	Muda certificada de Banana cultivar SCS451 Catarina (Prata Anã); produzida a partir de propagação in vitro; aclimatizada; diâmetro do pseudocaule com o mínimo de 1cm, medido a 5 cm a partir do coleto da planta; três folhas expandidas, no mínimo; presença de raízes ativas, com cor variando de branca a creme claro; comprimento de, no mínimo, 30cm; acondicionada em recipiente próprio para mudas com, no mínimo, 15cm de diâmetro e 25cm de altura; isenta de pragas e doenças; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	605604	Unidade	281.917	RS	-	RS	-
30 - ALAGOAS	Acerola (Malpighia emarginata DC.)	Sertanija BRS 152	Muda certificada de Acerola cultivar Sertanija BRS 152; produzida por estaque; com comprimento, a partir do colo, entre 50 e 70 cm; ter haste única, ereta e perfeita; isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 12 meses, a partir da estaque; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com, no mínimo, 6,5cm de diâmetro e 25cm de altura; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	611162	unidade	185.291	RS	-	RS	-

31 - ALAGOAS	Goiaba (Psidium guajava L.)	Paluma com porta-enterto BRS Guaracá (Psidium guajava L. x Psidium guineense Sw.)	Muda certificada de Goiaba cultivar Paluma com porta-enterto BRS Guaracá (Psidium guajava L. x Psidium guineense Sw.); com enxerto feito entre 10 e 15cm de altura, medidos a partir do colo da planta; apresentar diâmetro do enxerto o mínimo de 1cm, não apresentando diferença de mais de 0,5cm entre os diâmetros do enxerto e do porta-enterto, medidos a 5cm do ponto de enxertia; com comprimento, a partir do colo, entre 40 e 50 cm; ter haste única, ereta e perfeita; isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 12 meses, contados a partir da semeadura do porta-enterto; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com dimensões mínimas de 15cm de diâmetro e 25cm de altura; substrato não deverá conter solo; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; deverá ser comprovadamente isenta de nematóides do gênero Meloidogyne, mediante análise laboratorial; e com identificador unitário.	605600	unidade	63.395	RS	-	RS	-
32 - ALAGOAS	Manga (Mangifera indica L.)	Palmer com porta-enterto IAC 101 Coquinho	Muda certificada de Manga cultivar Palmer com porta-enterto IAC 101 Coquinho; com enxerto feito, no mínimo a 15cm de altura, medidos a partir do colo da planta; não apresentar diferença de mais de 1cm entre os diâmetros do enxerto e do porta-enterto, medidos a 5cm do ponto de enxertia; com comprimento, a partir do colo, entre 50 e 70 cm; ter haste única, ereta e perfeita; isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 18 meses, contados a partir da semeadura do porta-enterto; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com dimensões mínimas de 15cm de diâmetro e 30cm de altura; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	605604	unidade	15.478	RS	-	RS	-
33 - ALAGOAS	Lima ácida Tahiti (Citrus latifolia (Yu. Tanaka) Tanaka)	CPME 01 ou CPME 02 (Tahiti), com porta-enterto Citrandarin "San Diego" ou Citrandarin "Riverside"	Muda certificada de Lima cultivar CPME 01 ou CPME 02 (Tahiti), com porta-enterto Citrandarin "San Diego" ou Citrandarin "Riverside"; com enxerto feito entre 10 e 20cm de altura, medidos a partir do colo do porta-enterto; o enxerto e o porta-enterto deverão constituir haste única e ereta, tolerando-se uma pequena curvatura logo acima do ponto de enxertia de, no máximo, 15°, e apresentar diferença menor ou igual a 0,5cm entre seus diâmetros, medidos a 5cm acima e abaixo do ponto de enxertia; tecido amadurecido; ramos íntegros, sem danos físicos; com comprimento, a partir do colo, entre 50 e 60 cm; diâmetro mínimo de 0,5 cm, 5 cm acima do ponto de enxertia; corte do porta-enterto cicatrizado; estar isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 24 meses, contados a partir da semeadura do porta-enterto; sistema radicular bem desenvolvido, com raiz principal maior que 20cm, radículas ocupando todo o quase todo o volume do substrato, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com dimensões mínimas de 10cm de diâmetro e 30cm de altura; substrato não deverá conter solo; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	611171	unidade	74.146	RS	-	RS	-
34 - ALAGOAS	Abacaxi (Ananas comosus L.)	Pêrola	Muda certificada de abacaxi, cultivar Pêrola; produzida a partir de propagação in vitro ou seção do caule. Se, oriunda de propagação in vitro: deverá ser submetida à aclimatização; ter, na ocasião da comercialização, no mínimo 25cm de comprimento e 100g de peso; o material de propagação utilizado na propagação in vitro deverá ser retirado de gemas apicais ou laterais, e o número de subcultivos não poderá ser superior a 5. Se, oriunda de seção do caule, na ocasião da comercialização, deverá apresentar comprimento mínimo de 25cm, peso mínimo de 150g; idade máxima de 12 meses, contada a partir do plantio das seções do caule; e raízes eliminadas. Não deve apresentar sintomas de estresse hídrico e nutricional; isentas de pragas e doenças; e com identificador unitário.	627902	unidade	247.722	RS	-	RS	-
35 - ALAGOAS	Laranja (Citrus sinensis (L.) Osbeck)	Pera IAC com porta-enterto limoeiro "Cravo" (Citrus limonia Osbeck)	Muda certificada de Laranja cultivar Pera IAC com porta-enterto limoeiro "Cravo" (Citrus limonia Osbeck); com enxerto feito entre 10 e 20cm de altura, medidos a partir do colo do porta-enterto; o enxerto e o porta-enterto deverão constituir haste única e ereta, tolerando-se uma pequena curvatura logo acima do ponto de enxertia de, no máximo, 15°, e apresentar diferença menor ou igual a 0,5cm entre seus diâmetros, medidos a 5cm acima e abaixo do ponto de enxertia; tecido amadurecido; ramos íntegros, sem danos físicos; com comprimento, a partir do colo, entre 50 e 60 cm; diâmetro mínimo de 0,5 cm, 5 cm acima do ponto de enxertia; corte do porta-enterto cicatrizado; estar isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 18 meses, contados a partir da semeadura do porta-enterto; sistema radicular bem desenvolvido, com raiz principal maior que 20cm, radículas ocupando todo o quase todo o volume do substrato, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com dimensões mínimas de 10cm de diâmetro e 30cm de altura; substrato não deverá conter solo; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	611158	unidade	74416	RS	-	RS	-
36 - ALAGOAS	Açaí (Euterpe oleracea Mart.)	BRS Pai Dégua	Muda certificada de Açaí cultivar BRS Pai Dégua; apresentando 5 folhas completamente expandidas; com altura total entre 50cm e 75cm, medidos da superfície do substrato à ponta da 5ª folha; apresentar diâmetro do caule superior a 14mm, medidos a 1cm da superfície do substrato; a idade não deverá ultrapassar 18 meses, a partir da repicagem da semente pré-germinada; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com, no mínimo, 11cm de diâmetro e 25cm de altura; isenta de pragas e doenças; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	627901	unidade	33.167	RS	-	RS	-
37 - ALAGOAS	Maracujá (Passiflora foetida L.)	UFERSA BRSRM 153	Muda certificada de Maracujá cultivar UFERSA BRSRM 153; oriunda da semeadura de sementes; com altura total entre 15cm e 30cm, medidos a partir do colo; a idade não deverá ultrapassar 70 dias, a partir da semeadura; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com, no mínimo, 10cm de diâmetro e 20cm de altura; substrato não deverá conter solo; isenta de pragas e doenças; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	627896	unidade	33.167	RS	-	RS	-
38 - ALAGOAS	Manga (Mangifera indica L.)	Tommy Atkins com porta-enterto IAC 101 Coquinho	Muda certificada de Manga cultivar Tommy Atkins com porta-enterto IAC 101 Coquinho; com enxerto feito, no mínimo a 15cm de altura, medidos a partir do colo da planta; não apresentar diferença de mais de 1cm entre os diâmetros do enxerto e do porta-enterto, medidos a 5cm do ponto de enxertia; com comprimento, a partir do colo, entre 50 e 70 cm; ter haste única, ereta e perfeita; isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 18 meses, contados a partir da semeadura do porta-enterto; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com dimensões mínimas de 15cm de diâmetro e 30cm de altura, sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	605604	unidade	7.739	RS	-	RS	-
39 - BAHIA	Cacau (Theobroma cacao L.)	PS1319 ou CCN51 ou CC03	Muda certificada de Cacau; com enxerto feito acima de 15cm de altura, medidos a partir do colo da planta; apresentar 6 folhas totalmente expandidas; com comprimento, a partir do colo do porta-enterto até a ponta da 6ª folha, entre 30 e 60 cm; deverá ter haste única, ereta e perfeita; isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 18 meses, contados a partir da semeadura do porta-enterto; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com, no mínimo, 15cm de diâmetro e 30cm de altura; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	Unidade	24035	27.778	RS	-	RS	-
40 - BAHIA	Cacau (Theobroma cacao L.)	CEPEC2204 com porta-enterto CEPEC 2002 ou CEPEC2176 com porta-enterto CEPEC 2002	Muda certificada de Cacau; com enxerto feito acima de 15cm de altura, medidos a partir do colo da planta; apresentar 6 folhas totalmente expandidas; com comprimento, a partir do colo do porta-enterto até a ponta da 6ª folha, entre 30 e 60 cm; deverá ter haste única, ereta e perfeita; isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 18 meses, contados a partir da semeadura do porta-enterto; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com, no mínimo, 15cm de diâmetro e 30cm de altura; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	Unidade	24035	27.778	RS	-	RS	-
41 - BAHIA	Açaí (Euterpe oleracea Mart.)	Pai-d'égua	Muda certificada de Açaí; apresentando 5 folhas completamente expandidas; com altura total entre 50cm e 75cm, medidos da superfície do substrato à ponta da 5ª folha; apresentar diâmetro do caule superior a 14mm, medidos a 1cm da superfície do substrato; a idade não deverá ultrapassar 18 meses, a partir da repicagem da semente pré-germinada; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com, no mínimo, 11cm de diâmetro e 25cm de altura; isenta de pragas e doenças; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	Unidade	61408	33.334	RS	-	RS	-
42 - BAHIA	Mamão (Carica papaya L.)	FORMOSA	Muda certificada de Mamão cultivar Formosa, embudada individualmente, apresentando 2 a 4 pares de folhas definitivas; com altura total entre 15cm e 30cm, medidos a partir do colo; a idade não deverá ultrapassar 6 meses, a partir da semeadura; sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com, no mínimo, 15cm de diâmetro e 25cm de altura; isenta de pragas e doenças; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	Unidade	34332	31.371	RS	-	RS	-
43 - BAHIA	Laranja (Citrus sinensis (L.) Osbeck)	Pera IAC com porta-enterto limoeiro "Cravo" (Citrus limonia Osbeck)	Muda certificada de Laranja; com enxerto feito entre 10 e 20cm de altura, medidos a partir do colo do porta-enterto; o enxerto e o porta-enterto deverão constituir haste única e ereta, tolerando-se uma pequena curvatura logo acima do ponto de enxertia de, no máximo, 15°, e apresentar diferença menor ou igual a 0,5cm entre seus diâmetros, medidos a 5cm acima e abaixo do ponto de enxertia; tecido amadurecido; ramos íntegros, sem danos físicos; com comprimento, a partir do colo, entre 50 e 60 cm; diâmetro mínimo de 0,5 cm, 5 cm acima do ponto de enxertia; corte do porta-enterto cicatrizado; estar isenta de pragas e doenças; a idade não deverá ultrapassar 18 meses, contados a partir da semeadura do porta-enterto; sistema radicular bem desenvolvido, com raiz principal maior que 20cm, radículas ocupando todo o quase todo o volume do substrato, sem raízes enoveladas, retorcidas ou quebradas; acondicionada em recipiente próprio para mudas com dimensões mínimas de 10cm de diâmetro e 30cm de altura; substrato não deverá conter solo; sem sintomas de estresse hídrico e nutricional; e com identificador unitário.	Unidade	5117	72.600	RS	-	RS	-
TOTAL									RS	-



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

ANEXO II

CARTA DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

OBS.: Deverão ser respeitados os preços máximos, unitários e global orçados pela Codevasf.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

ANEXO II

CARTA DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA ITEM _____

DADOS DO PROPONENTE

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

FONE:

EMAIL:

SITE:

À

CODEVASF

SGA/Norte, Quadra 601, Conjunto I

CEP 70.830.901 – Brasília-DF

Ref.: Edital nº 90006/2026

Prezados Senhores,

Tendo examinado o Edital nº 90006/2026 e seus elementos técnicos constitutivos, nós, abaixo-assinados, oferecemos proposta para _____ (*Descrever o objeto da licitação, em descrição sucinta e clara, indicando o município e estado onde serão executados os serviços.*), para o ITEM _____, pelo valor global de R\$ _____, (VALOR TOTAL POR EXTENSO, EM REAIS), de acordo com a planilha de preços em anexo, que é parte integrante desta proposta.

Comprometendo-nos, se nossa proposta for aceita, a executar os serviços no prazo fixado no Edital e conforme Especificações Técnicas, a contar da data de emissão da(s) Nota(s) de Empenho pela CODEVASF.

Nos preços cotados, deverá estar incluso o transporte (frete) para o material objeto desta licitação.

Comprometendo-nos, se nossa proposta for aceita, a realizar o serviço no prazo de ____ (____) _____, a contar da data de assinatura do Contrato.

Concordamos em manter a validade desta proposta por um período de 60 (sessenta) dias desde a data fixada para abertura das propostas (____/____/____), representando um compromisso que pode ser aceito a qualquer tempo antes da expiração do prazo.

Até que seja preparado e assinado um contrato formal, esta proposta, será considerada um contrato de obrigação entre as partes.

Na oportunidade, credenciamos junto à CODEVASF o(a) Sr.(ª) _____, carteira de Identidade n.º _____, Órgão Expedidor _____, CPF n.º _____, residente e domiciliado(a) na rua _____, n.º _____, bairro _____, na cidade _____.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

de _____, Estado de _____, ao(à) qual outorgamos os mais amplos poderes inclusive para interpor recursos, quando cabíveis transigir, desistir, assinar contratos, atas e documentos, enfim, praticar os demais atos no presente processo licitatório.

Declaramos, que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em pauta, e ainda, que concordamos plenamente com as condições constantes no presente Edital e seus anexos, e que nos preços propostos estão inclusos todos os tributos e despesas, de qualquer natureza, incidentes sobre o fornecimento.

Atenciosamente,

FIRMA LICITANTE/CNPJ

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba- Codevasf
Secretaria De Licitações e Contratos – PR/SL

ANEXO III

MINUTA DA ATA E/OU DE CONTRATO



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC.

Minuta

**CONTRATO que entre si fazem a
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS
VALES DO SÃO FRANCISCO E DO
PARNAÍBA-CODEVASF e a empresa
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, na forma abaixo.**

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

- **CODEVASF**, empresa pública federal, inscrita no CNPJ nº 00.399.857/0001-26, autorizada sua criação pela Lei nº 6.088/1974, com alterações posteriores, entidade integrante da Administração Pública Indireta (art. 4º, II, “b”, do Decreto-Lei nº 200/1967), vinculada ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR, nos termos do Decreto 12.504/2025, com Sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601, Conjunto I, CEP 70.830-019, Brasília, Distrito Federal, doravante denominada **CODEVASF**, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, **LUCAS FELIPE DE OLIVEIRA**, matrícula 125580-1, e por seu Diretor da Área de _____, _____, matrícula _____, e a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, estabelecida na _____, CEP _____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por _____, matrícula nº _____ (ou CPF oculto em atenção à LGPD, adotando-se o seguinte padrão: CPF nº ***.123.123-**), sendo que a sequência 123.123, deve ser substituída pelos números que constam no CPF), resolvem celebrar o presente Contrato, de acordo com a autorização da Diretoria Executiva da Codevasf, expressa na Resolução nº _____, de ____ de _____ de _____, constante à Peça ____ do Processo nº **59500.001039/2026-01-e** que, na forma do art. 68 da Lei nº 13.303/2016, será regulado pelas cláusulas e condições seguintes, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado:

1. Cláusula Primeira – OBJETO

- 1.1. Fornecimento, carga, transporte e descarga de mudas de plantas frutíferas, por Sistema de Registro de Preços (SRP), destinadas ao apoio à produção irrigada na área de atuação da Codevasf nos estados de Alagoas, Bahia, Distrito Federal, Mato Grosso e Pernambuco, conforme especificações e quantitativo estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital 90006/2026.
- 1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.
- 1.3. Discriminação do objeto:



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)
1				
2				
3				
...				

2. Cláusula Segunda - DOS DOCUMENTOS

- 2.1. Os serviços objeto deste contrato serão executados com fiel observância a este instrumento e demais documentos a seguir mencionados, que integram o presente contrato, independentemente de transcrição:
- a) Edital 90006/2026 e seus Anexos;
 - b) Termo de Referência e Anexos;
 - c) Proposta da CONTRATADA, e sua documentação, datada de ____/____/____;
 - d) Ata de Registro de Preços;
 - e) Cronograma físico-financeiro;
 - f) Matriz de Risco;
 - g) Demais documentos contidos no Processo nº 59500.002837/2025-61.
- 2.2. Em caso de divergência entre os documentos mencionados no item anterior e os termos deste contrato, prevalecerão os termos deste último.

3. Cláusula Terceira - PRAZO

- 3.1. O prazo de execução será de 365 (trezentos e sessenta e cinco), conforme item 14.2 do Termo de Referência, que integra o Edital 90006/2026, contado da data de emissão da Ordem de Fornecimento expedida pela CODEVASF, podendo ser prorrogado, mediante manifestação expressa das partes.
- 3.2. O prazo máximo para emissão da Ordem de Fornecimento é de 60 (sessenta) dias, contados da data de assinatura do contrato.
- 3.3. O prazo para vigência do contrato, contado em dias, a partir da data de sua assinatura, compreende o prazo máximo para emissão da Ordem de Fornecimento, o prazo de execução do objeto informado acima, acrescido de mais 60 (sessenta) dias consecutivos para recebimento definitivo e expedição do Termo de Encerramento Físico dos fornecimentos e mais 30 (trinta) dias para pagamento da Nota Fiscal, perfazendo um prazo total de vigência de 515 dias., conforme item 14.4. do Termo de Referência, que integra o Edital 90006/2026.
- 3.4. O contrato terá eficácia legal a partir da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, qualquer que seja o valor envolvido, tendo início e vencimento em dia de expediente



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC.

na Codevasf, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último, podendo ser prorrogado, caso:

- a) haja interesse da Codevasf;
- b) sejam comprovadas as condições iniciais de habilitação financeira da contratada;
- c) seja constatada em pesquisa que os preços contratados permanecem vantajosos para a Codevasf;
- d) esteja justificada e motivada tecnicamente por escrito, em processo correspondente;
- e) esteja previamente autorizada pela autoridade competente.

3.5. Os pedidos de prorrogação de vigência dos contratos pelo contratado serão analisados pelo Fiscal do Contrato e/ou ao titular da unidade orgânica demandante, que emitirá parecer quanto à necessidade de prorrogação e o encaminhará ao Gestor do Contrato para providências decorrentes.

3.6. Qualquer pedido de aditamento de prazo, no interesse da CONTRATADA, somente será apreciado pela CODEVASF se manifestado expressamente, por escrito, até 30 (trinta) dias antes do vencimento do Contrato.

3.7. A expedição da “Ordem de Fornecimento” somente se efetivará após a publicação do extrato do Contrato no “Diário Oficial da União”.

3.8. Os prazos de início das etapas de execução, de conclusão e de entrega do objeto contratado admitirão prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei;
- c) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- d) quando necessária a modificação do regime de execução do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- e) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução do serviço;
- f) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do serviço ou do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC.

sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

- 3.9. A cada prorrogação a CONTRATADA deverá apresentar prova de regularização com tributos (Fazenda Federal), Previdência Social (CND), Débitos Trabalhistas (CNDT) e FGTS ou comprovante de regularidade do SICAF e no Cadastro Informativo dos Créditos não quitados de Órgãos e Entidades Federais – CADIN. Caso não se verifique que a empresa regularizou sua situação, estará sujeita às sanções previstas neste Edital, bem como ao enquadramento nos motivos do Art. 155 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf.
- 3.10. O Termo Aditivo que prorrogar vigência contratual que implique em alteração no valor do contrato conterá cláusula especificando o respectivo valor.

4. Cláusula Quarta - VALOR

- 4.1. O valor global deste contrato é de **R\$ (.....)**, obedecidos os preços **por item** constantes da Proposta Financeira da CONTRATADA.
- 4.2. O valor-teto estabelecido na Nota de Empenho emitida pela CODEVASF não poderá ser ultrapassado pela CONTRATADA, salvo no caso de expedição de empenho complementar.
- 4.3. A infringência do disposto no item anterior impedirá a CONTRATADA de participar de novas licitações ou assinar contratos com a CODEVASF, pelo prazo de 06 (seis) meses, a partir da verificação do evento.
- 4.4. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação. No caso de omissão, considerar-se-ão como inclusas nos preços.

5. Cláusula Quinta - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 5.1. As despesas correrão à conta Programa de Trabalho nº _____ – _____ **(especificar número e nome do programa de trabalho)**, Categoria Econômica _____, sob gestão da Área de Gestão Administrativa e Suporte Logístico da Codevasf, conforme Nota de Empenho nº _____, emitida em ____/____/20____.

6. Cláusula Sexta - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 6.1. O pagamento do objeto deste Edital será realizado conforme as condições estabelecidas no item 15 do Termo de Referência, Anexo I que integra o Edital 90006/2026, que faz parte integrante do mesmo. Será efetuado em reais, contra a apresentação das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pela Fiscalização da CODEVASF, e de acordo com o cumprimento dos seguintes eventos, observados ainda os subitens seguintes.
- a) 100% (cem por cento) após a entrega, e montagem se for o caso, no local de recepção, com o atesto da nota fiscal de agente fiscalizador indicado pela CODEVASF que estará no local para essa tarefa.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC.

- 6.2. Para efeito de pagamento será observado o prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do ateste pela fiscalização da Codevasf nas faturas/notas fiscais da contratada.
- 6.2.1. O atesto da fiscalização deverá ser efetuado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a entrega das faturas/notas fiscais.
- 6.2.2. Caso a fiscalização não ateste a faturas/notas fiscais, os documentos apresentados serão devolvidos à empresa contratada, sendo o prazo estabelecido no subitem 6.2 reiniciado após a entrega da nova documentação corrigida.
- 6.3. As Faturas/Notas Fiscais deverão vir acompanhadas da documentação relativa a cada fornecimento faturado, devidamente atestado pela Fiscalização, isentas de erros ou omissões, com destaque das alíquotas tributárias incidentes e com a indicação do domicílio bancário, agência, localidade e número da conta corrente para recebimento dos respectivos créditos.
- 6.3.1. Por não ser a CODEVASF contribuinte do ICMS, fica estabelecido que a alíquota do imposto a ser destacada na nota fiscal será aquela praticada na operação interna, conforme art. 155, § 2º, inciso VII, letra “b”, da Constituição Federal/88.
- 6.3.2. A Nota Fiscal/Fatura deverá destacar:
- a) O valor do IR e demais contribuições incidentes, para fins de retenção na fonte, de acordo com o artigo 2º da IN/SRF Nº 1.234/2012 e suas alterações, ou informar a isenção, não incidência ou alíquota zero, e respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço prestado.
- 6.4. Os documentos de cobrança indicarão, obrigatoriamente, o número e a data de emissão da Nota de Empenho, emitida pela CODEVASF, e, que cubram a execução do objeto
- 6.5. É de inteira responsabilidade da empresa contratada a entrega à CODEVASF dos documentos de cobrança acompanhados dos seus respectivos anexos de forma clara, objetiva e ordenada, que se não atendido, implica desconsideração pela CODEVASF dos prazos estabelecidos.
- 6.6. As faturas só serão liberadas para pagamento depois de aprovadas pela área gestora, e deverão estar isentas de erros ou omissões, sem o que, serão, de forma imediata, devolvidas ao licitante vencedor para correções, não se alterando a data de adimplemento da obrigação.
- 6.7. No ato da entrega, será feita a conferência de cada item entregue, atestando que os mesmos estão de acordo com as especificações técnicas que integraram este Termo de Referência.
- 6.8. O pagamento será efetuado após a conferência dos itens e da nota fiscal, em moeda corrente nacional, após o atesto do Fiscal do Contrato na nota fiscal e encaminhada para pagamento. A CONTRATADA deverá estar em situação regular no SICAF.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC.

- 6.9. Caso a contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES NACIONAL, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.
- 6.10. O pagamento será efetuado através de ordem bancária, e creditado em qualquer entidade bancária indicada na proposta, devendo para isto, ficarem explicitados o nome do Banco, Agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após a aceitação e atesto das Notas Fiscais/Faturas.
- 6.11. A contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas.
- 6.12. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, após a assinatura do contrato, de comprovada repercussão nos preços contratuais, ensejará a revisão destes, para mais ou para menos, conforme o caso.
- 6.13. Ficam excluídos da hipótese referida no item anterior, tributos ou encargos legais que, por sua natureza jurídica tributária (impostos diretos e/ou pessoais) não reflitam diretamente nos preços do objeto contratual.
- 6.14. Eventual solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato será analisada consoante os pressupostos da Teoria da Imprevisão, nos termos como dispõe o artigo 81, inciso VI, da Lei nº 13.303/2016.
- 6.15. Será considerado em atraso, o pagamento efetuado após o prazo estabelecido no subitem 6.2, caso em que a CODEVASF efetuará atualização financeira, aplicando-se a seguinte fórmula:

$AM = P \times I$, onde:

AM = Atualização Monetária;

P = Valor da Parcela a ser paga; e

I = Percentual de atualização monetária, assim apurado:

$I = (1+im1/100)^{dx1/30} \times (1+im2/100)^{dx2/30} \times \dots \times (1+imn/100)^{dxn/30} - 1$, onde:

i = Variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA no mês “m”;

d = Número de dias em atraso no mês “m”;

m = Meses considerados para o cálculo da atualização monetária

- 6.15.1. Não sendo conhecido o índice para o período, será utilizado no cálculo, o último índice conhecido.
- 6.15.2. Quando utilizar o último índice conhecido, o cálculo do valor ajustado será procedido tão logo seja publicado o índice definitivo correspondente ao período de atraso. Não caberá qualquer remuneração a título de correção monetária para pagamento decorrente do acerto de índice.

7. Cláusula Sétima – REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC.

- 7.1. Os preços referentes ao contrato firmado com a CONTRATADA permanecerão válidos pelo período de um ano contado da data limite de apresentação da proposta. Após o período estabelecido, serão adotados os critérios de reajustamento previstos no item 16 do Termo de Referência, Anexo I do Edital nº 90006/2026.

FÓRMULA DE REAJUSTAMENTO

$$R = V \left[\frac{I1 - I0}{I0} \right], \text{ onde:}$$

Onde:

“R” é o valor do reajuste procurado

“V” é o valor contratual a ser reajustado

“I1” é o índice correspondente ao mês do aniversário da Proposta

“I0” é o índice inicial correspondente à data de apresentação da Proposta

- 7.1.1. O índice a ser considerado no reajustamento será extraído da tabela publicadas na revista Conjuntura Econômica, editada pela Fundação Getúlio Vargas: índice IPAEP-DI Suprimentos Agropecuários – Código: 1473840.
- 7.1.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste
- 7.1.3. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 7.1.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

8. Cláusula Oitava - MULTA

- 8.1. Nos casos de atrasos na execução do fornecimento do objeto contratado, por culpa exclusiva da CONTRATADA, cabe a aplicação de multa sobre o valor do contrato por dia, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos, conforme abaixo:
- a) 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na entrega, até o máximo de 12% (doze por cento).
- 8.2. Nos casos de inexecução total ou parcial do objeto, por culpa exclusiva da CONTRATADA, será cobrada multa baseada no valor do contrato, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos, conforme abaixo:
- a) Até o máximo de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de inexecução parcial do contrato conforme a Tabela 1;



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC.

- b) Até o máximo de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de descumprimento das obrigações contratuais descritas na Tabela 2;
- c) 12% (doze por cento) do valor do contrato no caso de inexecução total.

Tabela 01 – Inadimplências e o respectivo grau de penalidade - inexecução parcial

Inadimplências	Grau de Penalidade	Percentual do valor do contrato
Execução parcial de até 80% do valor contratual	01	2%
Execução parcial de até 60% do valor contratual	02	4%
Execução parcial de até 40% do valor contratual	03	8%
Execução parcial de até 20% do valor contratual	04	10%

Tabela 02 – Descumprimento de obrigação contratual e a respectivo penalidade

Ocorrência	Cálculo da multa
Não atendimento às determinações estipuladas pela FISCALIZAÇÃO, no prazo por ela estabelecido, desde que seja comunicada à CONTRATADA, através de comunicação formal do fiscal.	R\$ 100,00 por dia de atraso
Não apresentação de itens exigidos em cláusulas editalícias ou contratuais, dentro do prazo estabelecido.	R\$ 500,00 por dia de atraso

- 8.3. Comprovando o impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificados e aceitos pela FISCALIZAÇÃO, em relação a um dos eventos arrolados na Tabela 01, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.
- 8.4. A multa será calculada na forma prevista no edital ou no contrato e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado, conforme previsão do artigo 167 do RILC.
- 8.5. Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pela Codevasf, após regular processo administrativo, observando-se o seguinte.
 - a. A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;
 - b. Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a contratada será convocada para complementação do seu valor no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da convocação;
 - c. Não havendo qualquer importância a ser recebida pela contratada, esta será convocada a recolher à Gerência de Finanças da Codevasf – AA/GFN - o valor total da multa, no prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data da comunicação.
- 8.6. O licitante vencedor terá um prazo inicialmente de 10(dez) dias úteis para defesa prévia e, posteriormente, diante de uma eventual decisão que lhe tenha sido desfavorável, terá mais um prazo de 10(dez) dias úteis, contado a partir da data de cientificação da aplicação multa,



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC.

para apresentar recurso à Codevasf. Ouvida a fiscalização e acompanhamento do contrato, o recurso será encaminhado à Assessoria Jurídica da Sede, que procederá ao seu exame.

- 8.7. Após o procedimento estabelecido no item anterior, o recurso será apreciado pela Diretoria Executiva da Codevasf, que poderá dar provimento ou não ao recurso.
- 8.8. Em caso de provimento do recurso, a Codevasf se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.
- 8.9. Caso a Diretoria Executiva mantenha a multa, não caberá novo recurso administrativo

9. Cláusula Nona - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 9.1. Como garantia para a completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, fica estipulada uma "Garantia de Execução" no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, que deverá ser entregue em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do instrumento, em espécie, Seguro Garantia emitida por seguradora autorizada pela SUSEP ou Fiança Bancária, a critério da contratada, conforme item 18 do Termo de Referência.

9. Cláusula Décima – RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS FORNECIMENTOS

- 9.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no item 20 do Termo de Referência, Anexo I do Edital 90006/2026.

10. Cláusula Décima Primeira – FISCALIZAÇÃO

- 10.1. A gestão do contrato, bem como a fiscalização da execução dos fornecimentos/serviços será realizada pela CODEVASF, por técnicos designados, a quem compete verificar se o Licitante vencedor está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram.
- 10.2. A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se o Licitante vencedor mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias
- 10.3. A Fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a Contratada, inclusive rejeitando fornecimentos que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas vigentes relacionadas ao objeto deste Termo de Referência e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a Contratada a assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos materiais, e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão
- 10.4. A Fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer fornecimento que não esteja sendo executado dentro dos termos do contrato, dando conhecimento do fato à Área responsável pela execução do contrato.
- 10.5. Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC.

fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.

- 10.6. Das decisões da Fiscalização poderá a Contratada recorrer à Área de Irrigação e Operações da Codevasf responsável pelo acompanhamento do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos a multas serão feitos na forma prevista na respectiva cláusula.
- 10.7. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.
- 10.8. Fica assegurado aos técnicos da CODEVASF o direito de, a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou através de terceiros, da execução dos fornecimentos prestados pelo licitante vencedor, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos fornecimentos.
- 10.9. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. Cláusula Décima Segunda - CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

- 11.1. A observância ao Critério de Sustentabilidade Ambiental será de acordo o previsto no item 21 do Termo de Referência, Anexo I do Edital 90006/2026.

12. Cláusula Décima Terceira - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1. A contratada fica obrigada a garantir a plena entrega de todas as mudas referente ao item pretendido, conforme especificações constantes neste Termo de Referência e em seus anexos.
- 12.2. A contratada deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei 12.846/2013, do Decreto nº 11.129/22, da lei 13.303/2016, e da Política de Integridade da Codevasf, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.
- 12.3. A contratada deverá apresentar, quando solicitado, atestado de origem genética ou do certificado de sementes ou de mudas ou do termo de conformidade das mudas objeto desta licitação.
- 12.4. Serão de responsabilidade do licitante vencedor o fornecimento abaixo, cujos custos correrão por sua exclusiva conta: a) Fornecimento de manuais, em língua portuguesa, em 02 (duas) vias por produtor beneficiário, com recomendações referentes à devida aclimação das mudas do recebimento até o plantio das mudas à campo;



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC.

- 12.5. A descarga das mudas adquiridas deve ser avisada, via e-mail ou telefone, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data da entrega, de modo a permitir o acompanhamento do recebimento dos materiais a serem entregues.
- 12.6. A contratada deverá comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 12.7. A contratada deverá comprovar, por meio da Nota Fiscal de fornecimento, que as mudas foram produzidas por produtor/cooperado com inscrição no RENASEM.
- 12.8. A contratada deverá substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.
- 12.9. A contratada deverá manter, durante toda a execução do serviço, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação

13. Cláusula Décima Quarta - OBRIGAÇÕES DA CODEVASF.

- 13.1. Exigir da CONTRATADA o cumprimento integral deste Contrato.
- 13.2. Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela CONTRATADA, através de correspondências protocoladas.
- 13.3. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato.
- 13.4. Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas a CONTRATADA, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.
- 13.5. Rejeitar todo e qualquer fornecimento inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.
- 13.6. Emitir parecer para liberação das faturas, e receber os fornecimentos/serviços contratados.
- 13.7. Efetuar o pagamento no prazo previsto no contrato.

14. Cláusula Décima Quinta - DA GARANTIA DOS BENS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- 14.4. A garantia consta do Termo de Referência – Anexo I, parte integrante do Edital em questão.

15. Cláusula Décima Sexta – DA MATRIZ DE RISCO

- 15.4. A matriz de risco está apresentada em anexo a este contrato, com o objetivo de definir os riscos a que está exposta à execução do objeto, advindas de eventos supervenientes à contratação, dado relevante para sua identificação, prevenção e respectivas responsabilidades pela eventual ocorrência, bem como para o dimensionamento das propostas pelas licitantes.
- 15.5. A contratada não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste cuja responsabilidade na Matriz de Riscos seja da Codevasf.
- 15.6. A contratada é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, sem limitação, daqueles alocados para a contratada.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC.

- 15.7. Constitui peça integrante do contrato a Matriz de Riscos, independentemente de transcrição no instrumento.
- 15.8. A contratada tem pleno conhecimento, quando da participação do processo licitatório, da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos e deve levar tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.
- 15.9. O termo risco no contrato é designado como um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, tem um efeito em pelo menos um objetivo do objeto contratual. O risco é o resultado da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento futuro e o impacto resultante caso ele ocorra. Esse conceito pode ser ainda mais específico ao se classificar o risco como a probabilidade de ocorrência de um determinado evento que gere impactos econômicos positivos ou negativos, bem como no prazo de execução do contrato.
- 15.10. Sempre que atendidas as condições do contrato e mantidas as disposições do contrato e as disposições da matriz de riscos, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.
- 15.11. A Contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ou aditivo de prazo nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade na matriz de riscos.
- 15.12. Os casos omissos na matriz de riscos serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.
- 15.13. A referida matriz de riscos é parte integrante do contrato, pois tais obrigações são de resultado e devidamente delimitadas neste TR.

16. Cláusula Décima Sétima – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 16.4. Para a apuração das infrações contratuais ou outras cometidas nas Licitações Codevasf, a Codevasf, respeitado o contraditório e ampla defesa, deverá instaurar processo para apuração da responsabilidade do infrator, podendo impor as seguintes penalidades ao contratado ou licitante:

I. Advertência, nos seguintes casos:

a) descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar a aplicação de sanção mais grave; ou;

b) inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

I.1) A licitante será notificada que, em caso de inobservância ou reincidência, sanção mais elevada poderá ser aplicada.

I.2) Considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato, bem como não causem prejuízos à Codevasf.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC.

- II. Multa, na forma descrita no Termo de Referência, Anexo I deste Edital;
 - III. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a CODEVASF, por prazo não superior a 02 (dois) anos, o licitante e contratado que:
 - a) Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato;
 - b) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documento falso;
 - c) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - e) Não manter a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;
 - f) Fraudar a licitação ou praticar atos fraudulentos na execução do contrato;
 - g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; ou
 - h) Der causa à inexecução total ou parcial do contrato.
- 16.4.1. A sanção prevista no inciso I do subitem 16.1 consiste em uma comunicação formal ao licitante/contratado, advertindo-lhe sobre o descumprimento de obrigação legal assumida, cláusula contratual ou falha na execução do serviço ou fornecimento, determinando que seja sanada **a impropriedade, notificando-o** de que, em caso de inobservância ou reincidência, sanção mais elevada poderá ser aplicada.
- 16.4.2. As sanções definidas no inciso III do subitem 16.1 poderão ser majoradas em 1/2 (um meio) nos seguintes casos, em função do prazo base originário da sanção:
- a) Se o apenado for reincidente; e
 - b) Se a falta do apenado tiver produzido prejuízos relevantes para a empresa.
- 16.4.3. As sanções definidas no inciso III do subitem 16.1 **poderão ser atenuadas em 1/4 (um quarto)** nos seguintes casos em função do prazo base originário da sanção:
- a) Se o apenado não for reincidente;
 - b) Se a falta do apenado não tiver produzido prejuízos relevantes para a empresa;
 - c) Se o apenado tiver reconhecido a falta e se dispuser a tomar medidas para corrigi-la; e
 - d) Se o apenado comprovar a existência e a eficácia de procedimentos internos de integridade, de acordo com os requisitos do artigo 56 do Decreto nº. 11.129/2022.
- 16.5. Aos atos praticados após a etapa da licitação poderão ser aplicadas as penalidades constantes do subitem 16.1 deste Contrato.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC.

- 16.6. Na aplicação de sanções ao contratado será assegurada a observância do contraditório e ampla defesa, garantindo-se o prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentação de defesa prévia pelo contratado.
- 16.7. As sanções de advertência e de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar podem ser cumuladas com a de multa.
- 16.8. A sanção de suspensão, prevista no subitem 16.1 observará os parâmetros estabelecidos no RILC da CODEVASF, e poderá ser aplicada às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos:
- a. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - b. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; ou
 - c. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a CODEVASF, em virtude de atos ilícitos praticados.
- 16.9. Constituem atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, as condutas descritas nos incisos de I a V, do art. 5º da Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), sujeitando-se as empresas licitantes e as empresas contratadas às penalidades previstas no art. 6º, da mesma lei, seguindo a regulamentação do Decreto nº 11.129/2022.
- 17.6.1. Os atos previstos no item 16.1, que também sejam tipificados como atos lesivos à lei 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, conforme regulamentação do Decreto nº 11.129/2022.
- 16.10. Constitui crime contra a Administração Pública, sujeitando-se às penalidades do Código Penal Brasileiro, as condutas descritas nos artigos 337-E a 337-O, em razão do disposto no art. 41 da Lei 13.303/2016.
- 16.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).
- 16.12. No caso da aplicação das penas de advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Codevasf, caberá recurso no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da intimação ou da lavratura da ata.

17. Cláusula Décima Oitava – POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO

- 17.4. As partes CONTRATANTES comprometem-se a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, em especial a Lei nº 12.846, de 1º de Agosto de 2013, e o Decreto nº 11.129/2022, de 11 de julho de 2022.
- 17.5. A CONTRATADA declara, por si e por seus administradores, funcionários, representantes e outras pessoas que agem em seu nome, direta ou indiretamente, estar ciente dos dispositivos contidos na Lei nº 12.846/2013, além de se obrigar expressamente a tomar todas as providências para fazer com que seus administradores, funcionários e representantes tomem ciência quanto ao teor da mencionada Lei nº 12.846/2013, Lei Anticorrupção e da responsabilidade objetiva da empresa contratada em razão do descumprimento.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC.

- 17.6. A CONTRATADA, no desempenho das atividades objeto deste CONTRATO, compromete-se perante a CONTRATANTE a abster-se de praticar ato(s) que possa(m) constituir violação à legislação aplicável ao presente instrumento pactual, incluindo aqueles descritos na Lei nº 12.846/2013, em especial no seu artigo 5º.
- 17.7. Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e suas regulamentações, por parte do(a) CONTRATADO(a), em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar a Instauração do Procedimento de Apuração da Responsabilidade Administrativa – PAR, nos termos do Decreto nº 11.129/2022, Instrução Normativa CGU nº 13/2019, e da Norma de Apuração Correcional da Codevasf (N-359), com aplicação das sanções administrativas porventura cabíveis, sendo cabível, ainda, o ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei nº 12.846/2013.
- 17.8. Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seus respectivos código de ética e conduta, a CONTRATADA se obriga a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições: (I) não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente; (II) adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento da legislação anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados e (III) submeter-se à auditoria interna ou outro controle interno que a CONTRATANTE determinar, como apresentação de quaisquer documentos solicitados a fim de esclarecer pendências ou dúvidas acerca da conduta da CONTRATADA e seus agentes.
- 17.9. A CONTRATADA se obriga a notificar a CONTRATANTE, imediatamente, por escrito, a respeito de qualquer suspeita ou violação das legislações anticorrupção vigentes, bem como nos casos em que obtiver ciência de qualquer prática de suborno ou corrupção.
- 17.10. A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a rescisão deste CONTRATO, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente.
- 17.11. As infrações administrativas à Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, ao Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf, bem como às infrações administrativas previstas nos editais e contratos que também sejam tipificadas como atos lesivos na Lei nº 12.846/2016, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, nos termos previstos no art. 16 do Decreto nº 11.129/2022 e da Norma de Apuração Correcional da Codevasf (N-359).
- 18. Cláusula Décima Nona – POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**
- 18.1. A Contratada deverá apresentar, quando da assinatura do contrato, o Termo de Observância a Política de Transações com Partes Relacionadas, devidamente assinado, conforme modelo constante do Anexo VI do Edital 90006/2026.
- 19. Cláusula Vigésima – CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE**



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC.

19.1. A observância ao Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf será de acordo com o previsto no item 26 do Edital 90006/2026.

20. Cláusula Vigésima Primeira - ADITAMENTO CONTRATUAL

20.1. A celebração de termo aditivo contratual está condicionada a verificação da regularidade em relação aos encargos sociais, trabalhistas e com a Fazenda Pública, a ser comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.

21. Cláusula Vigésima Segunda - DANO PATRIMONIAL OU EXTRAPATRIMONIAL

21.1. A CONTRATADA será responsável, na forma da lei, por quaisquer danos ou prejuízos provenientes de vícios e/ou defeitos na execução dos serviços contratados causados à CODEVASF ou a terceiros.

21.2. Correrão por conta da CONTRATADA as despesas que tiverem de ser feitas, por ela ou pela CODEVASF, para reparação desses danos ou prejuízos.

21.3. A CODEVASF não indenizará os prejuízos que possam advir de erro ou equívoco na proposta da contratada.

22. Cláusula Vigésima Terceira - DOS FORNECIMENTOS EXTRACONTRATUAIS

22.1. Respeitados os limites estabelecidos no parágrafo 1º do artigo 81 da Lei 13.303/2016, os fornecimentos eventualmente necessários e não previstos na Planilha de Preços deverão ter execução previamente autorizada por Termo de Alteração Contratual.

22.2. Devem ser registradas por meio de termo aditivo eventuais alterações que ocorrerem durante a execução do contrato, especialmente as referentes aos fornecimentos extras motivados pela CODEVASF. Os fornecimentos extras contratuais não contemplados na planilha de preços da CONTRATADA deverão ter seus preços fixados mediante prévio acordo. Ambas as hipóteses deverão ser previamente autorizadas/aprovadas pela CODEVASF ou por preposto por ela designado.

23. Cláusula Vigésima Quarta - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E DA CONFIDENCIALIDADE

23.1. As Partes se comprometem a tratar os dados pessoais a que tiverem acesso em virtude deste Contrato em estrita conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018) e demais regulamentações aplicáveis. O tratamento de dados deverá observar os princípios da finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação e responsabilização e prestação de contas (art. 6º da LGPD).

23.2. A obrigação de proteção abrange todos os dados pessoais de agentes públicos, prepostos, colaboradores da CONTRATADA, cidadãos e quaisquer outros titulares de dados envolvidos direta ou indiretamente na execução do objeto contratual.

23.3. Compete à CONTRATADA, na qualidade de Operadora de dados pessoais, e sem prejuízo de outras obrigações previstas em lei e neste Contrato:



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC.

- a) Utilizar os dados pessoais exclusivamente para as finalidades específicas e necessárias à execução do Contrato, sendo vedado qualquer uso que exceda o objeto contratado.
 - b) Não divulgar, compartilhar, transferir ou de qualquer forma dar acesso aos dados a terceiros não autorizados, salvo mediante prévia e expressa autorização por escrito da CONTRATANTE ou em caso de obrigação legal.
 - c) Adotar e comprovar, sempre que solicitado pela fiscalização do Contrato, a implementação de medidas de segurança, técnicas e administrativas, aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
 - d) Manter política interna de segurança da informação e proteção de dados e realizar a capacitação de seus colaboradores e prepostos que terão acesso aos dados.
 - e) Comunicar formalmente à CONTRATANTE, em prazo não superior a 48 (quarenta e oito) horas, a ocorrência de qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares, acompanhado das informações sobre a natureza do incidente, os titulares afetados, as medidas adotadas e os riscos relacionados (§1º do art. 48 da LGPD).
- 23.4. A CONTRATANTE, na qualidade de Controladora, assegurará que o tratamento dos dados sob sua guarda atenda às mesmas exigências de segurança e finalidade.
- 23.5. O armazenamento dos dados pessoais se dará apenas pelo período estritamente necessário para o cumprimento das obrigações contratuais, para a fiscalização dos serviços prestados e para o atendimento a obrigações legais ou regulatórias, conforme o art. 16 da LGPD.
- 23.5.1. Findo o prazo de tratamento ou o Contrato, os dados pessoais deverão ser eliminados de forma segura ou devidamente anonimizados pela CONTRATADA, mediante comprovação à CONTRATANTE, ressalvada a guarda para cumprimento de obrigação legal.
- 23.6. As Partes se comprometem a cooperar para garantir o pleno exercício dos direitos dos titulares de dados previstos no art. 18 da LGPD (acesso, correção, eliminação, etc.), assegurando canais para solicitações, que serão direcionadas e respondidas pelo Encarregado de Proteção de Dados (DPO) da CONTRATANTE.
- 23.6.1. A CONTRATADA deverá indicar formalmente à CONTRATANTE um ponto de contato (responsável) para tratar de quaisquer demandas relacionadas à LGPD.
- 23.7. Eventuais repasses de dados a subcontratados ou parceiros da CONTRATADA somente poderão ocorrer com autorização prévia e expressa da CONTRATANTE, devendo o subcontratado aderir, por meio de instrumento contratual específico, às mesmas obrigações de proteção de dados aqui estipuladas.
- 23.8. O descumprimento das obrigações previstas nesta cláusula sujeitará a Parte infratora, sem prejuízo da apuração de sua responsabilidade civil, penal e administrativa, às seguintes consequências:
- a) Aplicação das sanções previstas no art. 52 da LGPD, a serem impostas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC.

b) Aplicação das sanções administrativas previstas neste Contrato, incluindo advertência, multa de até 2% (dois por cento) do valor global atualizado do Contrato, e, a depender da gravidade, rescisão contratual e inscrição em cadastros restritivos.

c) Obrigação de reparar integralmente os danos materiais e morais, individuais ou coletivos, causados à outra Parte ou a terceiros.

d) Obrigação de ressarcir a Parte inocente por quaisquer multas, condenações ou prejuízos que esta venha a sofrer em processos judiciais ou administrativos em decorrência de falha da Parte infratora no cumprimento das normas de proteção de dados.

23.9. As obrigações de confidencialidade e proteção de dados previstas nesta cláusula sobreviverão ao término deste Contrato, permanecendo em vigor enquanto os dados pessoais estiverem sob a guarda de qualquer das Partes.

24. Cláusula Vigésima Quinta - RESCISÃO

24.1. Constituem **motivos, dentre outros, para rescisão do contrato:**

- i. o não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- ii. a lentidão no seu cumprimento, levando a Codevasf a presumir, por meio de parecer técnico devidamente fundamentado, a não conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
- iii. o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
- iv. a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Codevasf;
- v. a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, exceto se admitida no edital e no contrato e autorizada pela Codevasf, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;
- vi. o não atendimento das determinações regulares do preposto da Codevasf designado para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- vii. o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em registro próprio;
- viii. a decretação da falência ou a instauração de insolvência civil;
- ix. a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- x. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que faça a Codevasf presumir, por meio de parecer técnico devidamente fundamentado, prejuízo à execução da obra ou serviço;
- xi. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- xii. a supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 81 da Lei 13.303/2016;



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC.

- xiii. a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
 - xiv. o atraso superior 60 (sessenta) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes já recebidas ou executadas, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
 - xv. a não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;
 - xvi. a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
 - xvii. descumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- 24.2. Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa, sem prejuízo das sanções cabíveis

25. Cláusula Vigésima Sexta - PUBLICAÇÃO

- 25.1. A CODEVASF providenciará a publicação do presente Contrato, em extrato, no Diário Oficial da União – Seção 3, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

26. Cláusula Vigésima Sétima - FORO

- 26.1. O Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do local de execução do objeto será o competente para dirimir questões oriundas da presente convocação, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 26.2. E, por estarem de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente instrumento contratual que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes.

LUCAS FELIPE DE OLIVEIRA
Diretor-presidente da Codevasf

Responsável legal da CONTRATADA



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 90006/2026
PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS Nº 90006/2026
PROCESSO Nº 59500.001039/2026-01-e
Item (ns) _____

Aos _____ dias de _____ do ano de _____, a **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA - CODEVASF**, empresa pública federal, inscrita no CNPJ nº 00.399.857/0001-26, autorizada sua criação pela Lei nº 6.088/1974, com alterações posteriores, entidade integrante da Administração Pública Indireta (art. 4º, II, “b”, do Decreto-Lei nº 200/1967), vinculada ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR, nos termos do Decreto 12.504/2025, com Sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601, Conjunto I, CEP 70.830-019, Brasília, Distrito Federal, doravante denominada CODEVASF, neste ato representada por seu Diretor Presidente, LUCAS FELIPE DE OLIVEIRA, matrícula 125580-1, e de acordo com a Lei nº 13.303/2016, Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto 11.462/2023 e Decreto nº 8.538/15, e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no **Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 90006/2026**, com o objeto detalhado nesta Ata, cujo resultado foi publicado no Diário Oficial da União em ____/____/____, Edição ____, Seção ____, Pág. ____ e, homologado pela Resolução nº ____, de ____/____/____, da Diretoria Executiva, constante do Processo nº 59500.001039/2026-01-e, RESOLVE registrar os preços da seguinte empresa detentora da Ata: _____ (**considerar a razão social da empresa**) – **CNPJ nº _____**, (**razão social da empresa e CNPJ em negrito**) com sede na _____, CEP: _____, telefone nº (____)_____, E-mail: _____, representada por seu representante legal, Sr(a). _____, (**nome em caixa alta**) CPF nº _____.xxx.xxx-__ (**Tarjar os três primeiros e os dois últimos dígitos**), atendendo às condições previstas no Edital e às constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, em conformidade com os itens a seguir elencados, com suas características e respectivas quantidades, mediante as condições seguintes:

1. DO OBJETO

- 1.1. A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto o Fornecimento, carga, transporte e descarga de mudas de plantas frutíferas, por Sistema de Registro de Preços (SRP), destinadas ao apoio à produção irrigada na área de atuação da Codevasf nos estados da Bahia (2ª/SR), Pernambuco (3ª/SR e 15ª/SR), Alagoas (5ª/SR), Maranhão (8ª/SR), Rio Grande do Norte (12ª/SR), Mato Grosso (Sede) e Distrito Federal (Sede), especificados no Termo de Referência, Anexo I do Edital do **Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 90006/2026**, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

- 2.1. Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA/MODELO	UNID.	QTD	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$)
VALOR TOTAL						
VALOR TOTAL DA ATA						

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR

- 3.1. O órgão gerenciador será a **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA - CODEVASF – SEDE - 195006**.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que estejam enquadrados no art. 1º da Lei 13.303/2016 e que não tenham participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas pela Codevasf.
- 4.1.1. É facultada aos órgãos ou entidade da Administração Direta Municipal, Distrital ou Estadual a adesão às Atas de Registro de Preços da Codevasf, devendo apresentar parecer favorável de sua Assessoria Jurídica.
- 4.1.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão
- 4.1.3. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 4.1.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 4.1.5. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

- 4.1.6. As adesões à Ata de Registro de Preços não poderão exceder, na totalidade, ao dobro de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.
- 4.1.7. Ao órgão não participante que aderir à presente ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
- 4.1.8. A adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação deverá observar o disposto no Procedimento para Processos de Adesão a Atas de Registro de Preços da Codevasf.

5. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 5.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, contrato poderá ser prorrogado uma vez, considerando as justificativas constantes no Anexo I do Termo de Referência, deste Edital.

6. DA REALIZAÇÃO DOS FORNECIMENTOS

- 6.1. Durante a realização dos fornecimentos contratados, deverá ser observado o disposto no **Edital do Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 90006/2026** e seus anexos.

7. DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

- 7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, nas seguintes situações:
- a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto no inciso VI do art. 81 da Lei n.º 13.303/16;
 - b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
 - c) ou na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados.
- 7.2. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.



- 7.2.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 7.2.2. Na hipótese prevista no item 7.2.1, o gerenciador convocará os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.
- 7.2.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.
- 7.2.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no inciso VI do art. 81 da Lei n.º 13.303/16.
- 7.3. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 7.3.1. Para fins do disposto no item 7.3, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 7.3.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no item 8, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação vigente.
- 7.3.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no item 7.3.2, o gerenciador convocará os fornecedores remanescentes do certame, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.
- 7.3.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- 7.3.5. Na hipótese de comprovação do disposto no caput e no item 7.3 e subitem 7.3.1, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.



- 7.3.6. O órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no inciso VI do art. 81 da Lei n.º 13.303/16.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

- 8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

- a) Descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
- b) Não assinar o contrato, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- c) Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 7.3.2; ou
- d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021 ou no inciso III do art. 83 da Lei 13.303, de 2016.

- 8.1.1. Na hipótese prevista na alínea d) do item 8.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

- 8.1.2. O cancelamento do registro de preços nas hipóteses previstas no caput será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

- 8.1.3. Na hipótese de cancelamento do registro de preços do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação.

- 8.1.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) por razão de interesse público;
- b) a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior;
- c) ou se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto nos subitens 7.2.3 e 7.3.4.

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



- 9.1. O detentor da Ata de Registro de Preços estará sujeito à aplicação das sanções administrativas previstas no item 23 do Edital do **Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 90006/2026**, no caso de descumprimento injustificado, parcial ou total, das condições estipuladas.
- 9.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
- 9.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências abaixo, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor:

I - Descumprir as condições da ata de registro de preços;

II - Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV - Sofrer sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração ou ser declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10. DA AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO

- 10.1. A contratação e os demais atos inerentes à presente Ata de Registro de Preços serão autorizados, caso a caso, pela autoridade competente e, no caso dos órgãos usuários, pela respectiva autoridade responsável de cada órgão.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 11.1. Integram esta Ata de Registro de Preços o Edital do **Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 90006/2026**, seus anexos, e a proposta da empresa vencedora, conforme identificada no preâmbulo, para os itens relacionados no item 2 desta ata.
- 11.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 81 da Lei nº 13.303/2016.
- 11.3. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

- 11.4. O Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do local de execução do objeto será o competente para dirimir questões oriundas da presente convocação, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 11.5. Aos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf e demais normas aplicáveis.

LUCAS FELIPE DE OLIVEIRA

Diretor Presidente da CODEVASF

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DO(S) FORNECEDOR(S) REGISTRADO(S)
(Nome da empresa)



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

ANEXO IV

Termo de Observância ao Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf

Nº do Instrumento: (Informar contrato, convênio ou instrumento congênere.)

Período de Vigência do Instrumento: (Informar Período.)

Finalidade do Instrumento: (Informar finalidade.)

A pessoa física/jurídica , CPF/CNPJ nº , por meio de seu representante legal abaixo assinado, vem afirmar aderência, ciência e concordância com as normas, políticas e práticas estabelecidas no Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf e compromete-se a respeitá-las e cumpri-las integralmente, bem como fazer com que seus empregados o façam quando no exercício de suas atividades nas dependências da Codevasf ou para a Empresa.

Compreendo que o Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf reflete o compromisso com a dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais que devem nortear o serviço público, seja no exercício do cargo em comissão, função de confiança ou gratificada ou emprego, ou fora dele, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção e conhecer e cumprir as normas previstas na Lei 12.846/2013 ("Lei Anticorrupção"), regulamentada pelo Decreto nº 11.129/2022.

Assumo, também, a responsabilidade de denunciar à Ouvidoria e/ou Comissão de Ética da Codevasf sobre qualquer comportamento ou situação que esteja em desacordo com as disposições do Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf, por meio dos seguintes canais:

- ☐ Ouvidoria da Codevasf: <https://sistema.ouvidorias.gov.br>
- ☐ Comissão de Ética da Codevasf: etica@codevasf.gov.br.

A assinatura deste Termo é expressão de livre consentimento e concordância do cumprimento das normas, políticas e práticas estabelecidas no Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf.

(Informar o local.) , (Dia.) de (Mês.) de (Ano.)

Assinatura / carimbo do responsável/representante legal

Nome completo:

CPF:

Cargo:



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

ANEXO V – CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE DA CODEVASF

(Disponível em: <https://www.codevasf.gov.br/acesso-a-informacao/governanca/comissao-de-etica/codigo-de-conduta-etica-e-integridade-da-codevasf>)



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

ANEXO VI

TERMO DE OBSERVÂNCIA DA POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS DA CODEVASF E DE IDENTIFICAÇÃO DE PARTES RELACIONADAS EXTERNAS

Nº do Instrumento: (Informar contrato, convênio ou instrumento congênere.)

Período de Vigência do Instrumento: (Informar Período.)

Finalidade do Instrumento: (Informar finalidade.)

A pessoa física/jurídica , CPF/CNPJ nº , por meio de seu representante legal abaixo subscrito, declara que:

i) está ciente, afirma aderência e concordância com as normas e práticas estabelecidas na Política de Transações com Partes Relacionadas da Codevasf;

ii) compreende que, nos termos da Política, deve informar à Codevasf se existem membros da sua família ou de membros das famílias dos sócios/acionistas, e correlatos, até o 2º grau (detalhamento na Tabela 1), para fins de identificação de quaisquer transações entre eles e a Codevasf;

Conforme disposto acima, assinale uma das opções abaixo:

- a. () Declara, para fins de cumprimento da Política de Transações com Partes Relacionadas da Codevasf, que não tem conhecimento de membro da minha família ou de membros das famílias dos sócios/acionistas, até 2º grau e correlatos, que diretamente ou por meio de entidade tem relação direta ou indireta de forma contratual, trabalhista ou negocial com a Codevasf.
- b. () Declara, para fins de cumprimento da Política de Transações com Partes Relacionadas da Codevasf, que tem conhecimento de membro da minha família ou de membros das famílias dos sócios/acionistas, até 2º grau e correlatos, que diretamente ou por meio de entidade tem relação contratual, trabalhista ou negocial com a Codevasf, e presto as seguintes informações:

Pessoa física ou sócio/acionista que tem relação com a Codevasf*:

Nome da Pessoa Física:	Grau de Parentesco:	Nome do Agente Público da Codevasf:	Forma da Relação com a Codevasf
	Pai, Mãe, Padrasto, Madrasta, Filho, Neto, Outro		Conselheiro, Diretor, Empregado, Comissionado, Prestador de Serviço, Outro.

* Preencher apenas se for assinalado o item ii) b.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

A assinatura deste Termo é expressão de livre consentimento e concordância do cumprimento das normas e práticas estabelecidas na Política de Transações com Partes Relacionadas da Codevasf disponível em:

(Informar o local.) , (Dia.) de (Mês.) de (Ano.)

Assinatura / carimbo do responsável/representante legal

Nome completo:

CPF:

Cargo:

Tabela 1: Demonstração de parentes em linha reta ou colateral por consanguinidade ou afinidade até o 2º grau, nas relações de trabalho ou emprego.

FORMAS DE PARENTESCO		PARENTES EM LINHA RETA		PARENTES EM LINHA COLATERAL	
GRAU		CONSANGUINIDADE	AFINIDADE	CONSANGUINIDADE	AFINIDADE
1º	Ascendentes	Pai ou mãe (inclusive madrasta e padrasto)	Sogro ou sogra (inclusive madrasta/padrasto do cônjuge ou companheiro(a))	-	-
	Descendentes	Filhos	Enteados, genros ou noras (inclusive do cônjuge ou companheiro(a))	-	-
2º	Ascendentes	Avô ou avó	Avô ou avó do cônjuge ou companheiro(a)	-	-
	Descendentes	Netos	Netos do cônjuge ou companheiro(a)	-	-
				Irmãos	Cunhados

O Cônjuge ou Companheiro, embora não seja considerado parente, encontra-se sujeito às vedações contidas na súmula vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria de Licitações e Contratos – PR/SLC

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído da (empresa) doravante denominado (Licitante), para fins do disposto no item (completar) do Edital nº XX/20..., declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar da licitação de nº XX/20.. foi elaborada de maneira independente (Empresa), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação de nº XX/20... ,por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da licitação de nº XX/20.. não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação de nº XX/20... por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação de nº XX/20... quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação de nº XX/20... não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação de nº XX/20.... antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação de nº XX/20.. não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da CODEVASF antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, em ____ de _____ de _____

(representante legal do licitante/ consórcio, no âmbito da licitação, com identificação completa)